

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Julho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1284 • Director: José Casanova

Da irresponsabilidade à fuga para a frente

A decisão do PS, em consonância com o PSD e o PP, no dia imediato ao referendo sobre a despenalização do aborto, de aprovar a proposta ao Presidente da República de convocação de mais dois referendos causa enorme perplexidade.

Ao agir como o fez, o PS dá mostras de ter entrado numa escalada de grande irresponsabilidade nas suas decisões.

■ Octávio Teixeira Pág. 20

Portugal e o futuro da União Europeia

Outros debates andam por aí. Um sobre o futuro da União Europeia. Em que escasseiam amostras de democracia.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 21

Álvaro Cunhal no Porto

A defesa dos interesses, direitos e liberdades da classe operária e dos trabalhadores em geral é uma das tarefas centrais que se colocam na actualidade.

Pág. 22

Sobre o Fundo de Coesão

Ao longo de quase um ano, durante o qual se aprovaram diversos relatórios com incidência directa ou indirecta sobre o Fundo de Coesão, tem-se verificado uma regressão lenta mas clara nas formulações utilizadas quando se fala do Fundo e das perspectivas do futuro quadro financeiro com ele directamente relacionado.

■ Honório Novo Pág. 24

Neste número



O País e o mundo na Atalaia

M... festa! ... 4-5-6 Setembro ...

Comunistas defendem

Mais dinheiro para as autarquias

Pág. 5

O PCP não dá por encerrada a questão do estatuto financeiro das autarquias locais e está empenhado em continuar a luta por uma legislação que reponha a capacidade financeira perdida pelas autarquias por anos de incumprimento da lei - afirma Octávio Teixeira ao «Avante!»



Cabos d'Ávila Concentração dia 1 de Julho junto ao Ministério da Economia

História de trabalho e lutas

Encerrada desde o início de Dezembro, a mais antiga fábrica de condutores eléctricos espera que o Governo lhe encontre comprador. Arredados deste processo e sem garantias quanto ao futuro, os trabalhadores não baixam os braços. A história de uma luta contada por Carlos José Ribeiro, Rosa Faria, Aida Catarino, José Ferreira e Armindo Baltazar.

Centrais



Enquanto a implementação continua na Atalaia, foi apresentada a programação da Festa do Avante!

RESUMO

1 Quarta-feira

Os trabalhadores da EPAC realizam um «funeral» simbólico da empresa ■ É distribuído um panfleto anónimo em Albergaria-a-Velha que apela à formação de milícias populares contra o tráfico e consumo de droga ■ A Áustria assume a presidência da UE ■ Na Guiné-Bissau, o conflito armado estende-se ao centro do território, enquanto representantes do Governo e da junta militar se reúnem na fragata portuguesa «Vasco da Gama» ■ David Trimble é eleito primeiro-ministro da Irlanda do Norte, na primeira sessão da nova assembleia semiautónoma.

2 Quinta-feira

O Tribunal de Loures ordena a detenção de 53 arguidos num processo do caso FUP/FP-25 de Abril, decisão contestada pelo Ministério Público ■ O ministro da Economia anuncia a elaboração de um Fundo de Solidariedade para o Comércio ■ É apresentada no Comité de Descolonização da ONU uma petição a favor da autodeterminação de Timor ■ Na Irlanda do Norte, dez igrejas católicas são incendiadas ■ Graves incêndios consomem o estado norte-americano da Flórida, obrigando 30 mil pessoas a serem evacuadas.

3 Sexta-feira

No Porto, Álvaro Cunhal participa num encontro sobre a actualidade dos ideais comunistas ■ Realiza-se a 8ª Assembleia da Organização Concelhia de Braga do PCP ■ É anunciado que Artur Santos Silva é o responsável por «Porto-Capital da Cultura 2001», no dia em que a União Europeia recusa o projecto dos molhes do Douro ■ No Ulster, um homem é assassinado e duas igrejas protestantes são incendiadas ■ Na Rússia, o general e opositor de Ieltsin, Lev Rokhline, é assassinado ■ O primeiro-ministro do Senegal, Habib Thiam, apresenta a sua demissão.

4 Sábado

A Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP promove uma festa popular na mata da Madre de Deus ■ A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental decide que também poderá intervir na Guiné-Bissau, caso a mediação pacífica não resulte ■ Algumas ruas de Portadown, na Irlanda do Norte, são

isoladas com blindados devido às comemorações da Ordem de Orange ■ O emissário norte-americano Richard Holbrooke pede aos separatistas do Kosovo que encontrem uma plataforma comum de entendimento para poderem negociar com Belgrado.

5 Domingo

Um incêndio de grandes proporções atinge a localidade de Lobão da Beira, em Tondela ■ Os protestantes da Ordem de Orange são impedidos pelas autoridades de desfilar num bairro católico de Portadown, no Ulster ■ Reunidos no Cairo, a Jordânia, o Egipto e a Palestina pedem a Israel que deixe de considerar Jerusalém como a sua capital ■ No sul da Europa, várias pessoas morrem em sequência da vaga de calor e dos incêndios.

6 Segunda-feira

Os trabalhadores da administração local cumprem uma greve de 24 horas, reivindicando aumentos salariais, revalorização das carreiras profissionais e a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco ■ A CGTP-IN acusa o Governo de legislar sobre alterações à lei laboral sem ter competências para tal ■ A Comissão Europeia mostra-se preocupada com as contas públicas de Portugal e a evolução da inflação ■ A imprensa noticia que a Nato vai incorporar mais oficiais gerais portugueses ■ Passam quatro semanas sobre o início da crise guineense ■ Registam-se violentos confrontos em diversas regiões da Irlanda do Norte.

7 Terça-feira

Carlos Carvalhas regressa a Lisboa, após visita às repúblicas da África do Sul e de Angola ■ A programação da Festa do Avante! deste ano é apresentada em conferência de imprensa, em Lisboa ■ Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, garante, em entrevista ao DN, que Xanana Gusmão será libertado nos próximos dias ■ A organização humanitária Médicos Sem Fronteira alerta para situação humanitária preocupante na Guiné-Bissau, com degradação «alarmante» da situação sanitária ■ Tony Blair aceita encontro com a Ordem de Orange visando saída do impasse criado em Drumcree-Portadown ■ O Tribunal de Milão condena Silvio Berlusconi a dois anos e nove meses de prisão por corrupção, tendo este interposto recurso.

EDITORIAL

Um certo método de análise

A semana que passou foi, naturalmente, dominada pelas análises aos resultados do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e às decisões tomadas pela santíssima trindade partidária, na Assembleia da República, sobre os dois referendos que se seguem. A quase generalidade dos comentadores políticos fez dos temas em questão a questão do momento, cada um à sua maneira que é, em muitos casos, a maneira de vários. E se é certo que um leitor regular e atento pode prever, regra geral, com grande rigor o que cada um desses comentadores vai dizer sobre cada matéria, também é verdade que, por vezes, esse leitor atento depara com certos métodos de análise que não lembrariam ao diabo. Como agora aconteceu. No que ao PCP diz respeito, esses comentadores - ressaltando as naturais excepções - dividiram-se em dois grupos: o dos que, pura e simplesmente, o arrumaram na gaveta do silêncio; e o dos que, pura e simplesmente, o expuseram no banco da derrota. Vale a pena deitar uma vista de olhos a alguns dos textos que melhor exemplificam essas posturas.

No «Público», São José Almeida, na sequência de um complexo processo de análise, concluiu, triunfante, que «o PCP é o único partido claramente derrotado». Porquê? SJA explica: porque o PCP «teve desde cedo posição oficial a favor», «envolveu-se de corpo e alma na campanha política» e «é o único que ficou sem espaço de manobra para poder recuar e fugir à assunção da derrota». De tão frondosa argumentação emerge, com nitidez, a certeza de que se o Sim tivesse ganho, SJA jamais escreveria que o PCP era «o único partido claramente vencedor».

No mesmo «Público», Vital Moreira ensinou as «lições do primeiro referendo». Assim: «a grande vencedora é indubitavelmente a Igreja Católica», mas vencedora é também «a direita política, o PP e o PSD», apesar de não terem tido «uma posição partidária oficial»; «a esquerda é a grande derrotada desta contenda» e «quem se sai muito mal deste episódio é seguramente o Partido Socialista»; quanto à abstenção, ela resulta da «falta de um empenhado envolvimento partidário» e o referendo acabou por constituir «uma humilhação (...) para a maioria da Assembleia da República que votou a favor da despenalização agora ingloriamente chumbada»; e «a principal lição deste referendo» está contida no erro que foi misturar «a via parlamentar» com «a via referendária» - origem da tal «humilhação». Eis as «lições»: todas, completas, acabadas. Vital Moreira esqueceu-se apenas de ensinar aos leitores quais os

caminhos que é necessário percorrer para escrever um texto sobre o referendo sem fazer uma única referência concreta ao PCP e, mais do que isso, envolvendo-o implicitamente em culpas que a evidência, a verdade, o rigor e a seriedade exigem ser imputadas ao PS, ao PSD, ao PP...

A mesma linha de silenciamento total do PCP foi diligentemente seguida por Fernando Madrinha, no «Expresso», e por Boaventura Sousa Santos na «Visão». Madrinha, num texto muito a propósito intitulado «Puro teatro?», declama que «há mil explicações para o desastre, mas só uma delas dispensa muitas das outras: se os mais altos responsáveis políticos se desinteressaram do referendo, dado que fugiram a participar na campanha, por que haveria o povo de se interessar?». É óbvio que, para Madrinha, «os mais altos responsáveis políticos» são Guterres, Marcelo e Portas...

Cobrando o PCP com um espesso manto de silêncio, Boaventura Sousa Santos opta, também, na sua análise ao referendo, pela modalidade de «lição».

No texto «O referendo, The Day After», oferece-nos quatro lições das quais é justo sublinhar aquela que, partindo da constatação da

existência de um «abissal desequilíbrio» (...) «entre os diferentes interesses sociais organizados», nos conduz à notabilíssima conclusão de que a batalha que culminou com o referendo de 28 de Junho se travou entre «de um lado, a Igreja» (...) e «do outro grupos amorfos de cidadãos superficialmente unidos por um fogacho eleitoral». Infelizmente, BSS nada ensina sobre as razões que, nestas circunstâncias díspares, levaram a que o Sim tivesse obtido 49% dos votos expressos...

Sem dúvida numa outra linha de apreciação, Alfredo Barroso - embora «de pé atrás» - lembrou incisivamente no «Expresso», que «à esquerda, só o PCP teve a coragem de ir à luta, assumindo as suas responsabilidades sem tibezas». Verdade incontornável, esta. Mesmo com o acrescento que AB lhe introduziu, não se sabe se em jeito de lamento se de regozijo: «Mas o PCP, hoje, é apenas uma pequena parcela da esquerda. Sozinho não vai lá.»

Sendo certo que, para se determinar a grandeza desta «parcela da esquerda» que o PCP é, importaria definir com rigor o que é, hoje, a esquerda, também é verdade que o PCP «sozinho não vai lá» - entendendo-se este «lá» como vitória da esquerda em referendos e eleições com as consequências que daí adviriam. Resta acrescentar apenas e para que tudo fique esclarecido que o PCP não quer ir «lá» com qualquer companhia e que sem o PCP também ninguém «lá» vai.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
EUROPA	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Portugal 2000

Quase concluído o primeiro conjunto de debates do «Portugal 2000», correspondente ao período que vai até às férias de Verão, e quando já se desenvolvem contactos para um vasto conjunto de iniciativas que terão lugar a partir de meados de Setembro, torna-se desde já possível adiantar duas notas políticas.

A primeira para sublinhar o acolhimento muito favorável que tem tido a proposta do PCP - aprovada, como se sabe, na reunião de Fevereiro do Comité Central - de realização de um amplo processo de diálogo e de debate, alargado ao vasto campo da esquerda, dos que se situam criticamente em relação às orientações e políticas neoliberais.

Acolhimento que se tem manifestado de forma expressiva através da participação plural nos painéis e na assistência dos debates realizados, e cuja largueza política não

encontra paralelo em iniciativas unitárias do Partido realizadas desde há muitos anos. E que têm igualmente marcado as expressões de concordância e de apreço com a concretização de um processo de diálogo e de debate, à esquerda, com as características e os objectivos propostos para o «Portugal 2000»: com respeito pela pluralidade das expressões e das diferenças e em cujo quadro o PCP assume, naturalmente, o seu protagonismo e voz próprias; e orientado para a construção de convergências políticas, susceptíveis de contribuir para a afirmação e a viabilização de um projecto de esquerda e de poder, alternativo a um rotativismo centrado no PSD ou no PS comprometido no fundamental com o prosseguimento de políticas de inspiração neo-liberal.

A segunda nota política é para sublinhar a perspectiva que o PCP enunciou com muita clareza desde a primeira hora, de que a afir-

mação de um projecto de esquerda e de poder para um novo rumo democrático não é um processo que esteja limitado temporalmente e muito menos balizado pelas próximas eleições legislativas.

O facto do arranque deste processo estar a exceder as melhores expectativas é, naturalmente, muito auspicioso.

Mas isso não deve precipitar uma avaliação menos rigorosa do caminho que há para percorrer. E das condições que os comunistas, muitos socialistas, ecologistas, outros democratas, precisarão de reunir - e que hoje não estão, obviamente reunidas.

Mas quando se sabe para onde se vai, de acordo com o que se viu, não é verdade que o caminho se faz caminhando ?

■ Edgar Correia

Afinal, são caricaturas!

“Aquilo da ameaça de não pagar impostos era caricatura”

(Bagão Félix, dirigente do movimento do Não no referendo de 28 de Junho, in “Jornal de Notícias”)

Os partidários do Não, no qual convergiu tudo o que de mais reaccionário, conservador e obscurantista sobrevive na sociedade portuguesa, deram neste referendo um eloquente exemplo da curiosa noção do seu conceito democrático.

Antes, durante e depois. Na imposição de um referendo concebido para paralisar o processo legislativo, no desvirtuamento e desqualificação do debate, na leitura dos seus resultados e nas ilações políticas que dele tentaram retirar.

Não constitui novidade que a arma dos partidários do Não, à falta de outros argumentos, tenha assentado na mentira mais descarada, na exploração primária de sentimentos, na irracionalidade mais pura, tudo com o único e estratégico objectivo de desvirtuar deliberadamente o centro do debate e da decisão em causa. Como não constitui igualmente novidade que toda essa campanha tenha sido acompanhada das mais diversas e deploráveis formas de coacção psicológica, social, religiosa e política.

O que constitui novidade é a confissão, a partir dos seus mais altos responsáveis, que afinal a campanha do Não assentou na caricatura, na mentira e no embuste.

Questão particularmente tão mais interessante quanto se observar que teve origem naqueles mesmos que, na noite das eleições, se apressaram, ainda no pressuposto que o Sim poderia ser vitorioso, a desvalorizar o referendo e a democracia política. Para os “democrá-

uticos” dirigentes do Não, a eventual vitória do Sim tinha já resposta antecipadamente dada. De nada valeria. Só ao Não era reconhecido valor vinculativo, a democracia havia ficado “sem quorum”, a abstenção inibia a legitimidade de aprovar a Lei.

As acusações aos “políticos, à elite e classe política” e o aproveitamento instrumental que muitos fizeram da abstenção (de Portas a Marcelo, entre tantos outros) recaí com todo o seu peso e significado sobre exactamente aqueles que as lançaram para o ar. Os que sem escrúpulos e sem vergonha recorreram à mentira, à baixa política, à negociata de bastidores para continuar a iludir um problema real da sociedade portuguesa.

Comportamentos e atitudes pecaminosas, a que uma próxima deslocação ao confessionário lhes trará o alívio da consciência e lhes assegurará o sono tranquilo, enquanto que, para dezenas e dezenas de milhares de mulheres, subsistirá sem alternativa o caminho da clandestinidade e do risco à sua integridade física e mental, perante a necessidade de ultrapassar uma gravidez não desejada.

Até à próxima batalha, já não muito distante, onde continuarão a percorrer o caminho da mentira e da caricatura na argumentação e debate político à imagem e dimensão das caricaturas que são estas criaturas.

■ Jorge Cordeiro

COLÔMBIA

As recentes declarações do general norte-americano Charles Wilhem (M.D. Jul. 98), comandante das forças de acção rápida com base em Miami - “A Colômbia representa uma ameaça maior que Cuba para a segurança do hemisfério” - mês e meio sobre outras proferidas por um funcionário da Embaixada dos EUA, em Bogotá, - “Se a Colômbia fracassa a médio prazo na sua busca para alcançar a paz, os Estados Unidos, obrigatoriamente, meterá as mãos no assunto, só ou acompanhado, mas não estará disposto a que a solução do conflito se adie indefinidamente”, não podem ser mais explícitas sobre as intenções e projectos quanto a uma intervenção militar dos EUA na Colômbia. E confirmam o alerta lançado, já em Abril, pelo PC Colombiano.

Com efeito, as ameaças, pressões e ingerências directas dos EUA na Colômbia têm-se multiplicado. Forte contingente de “conselheiros” militares está radicado no país; navios americanos patrulham águas territoriais; aviões violam o espaço aéreo; a Administração Clinton e o Congresso exigem alterações legislativas para legalizar as suas intromissões, enquanto o embaixador norte-americano na Colômbia se pronuncia sem peias sobre a política interna; e a “ajuda militar” não falha - em 1998 foi de 37 milhões de dólares.

Tudo em nome do benemérito combate à droga, suportado por uma insidiosa campanha de propaganda relacionando a guerrilha com o narco tráfico. Pretendem assim convencer o mundo da necessidade e legitimidade de tal intervenção. Mas o real propósito é procurar esmagar a prolongada e heróica luta do povo colombiano, brutalmente sacrificado aos interesses das transnacionais através dum regime violento, subserviente e corrupto.

No último ano recrudesceram os massacres de populações, os sequestros, os assassinatos selectivos. Metade dos dirigentes sindicais assassinados, no mundo, em 1997 eram colombianos. Foram mortos autarcas, dirigentes do PCC, activistas dos direitos humanos. Os grupos paramilitares apoiados, treinados e financiados pelas FFAA, executaram e deceparam camponeses, sequestraram e mataram trabalhadores que se destacaram na luta reivindicativa e social. Há um mês assassinaram e incineraram 25 pessoas em Barrancabermeja - e vangloriaram-se do seu feito. A essência fascista destes grupos, aglutinados nas “Autodefensas Unidas de Colômbia”, o carácter sanguinário das suas acções e o terror que espalham, obrigaram dezenas de milhar de pessoas a deslocar-se das suas regiões.

O terrorismo de Estado, tem sido e é a política oficial face ao conflito armado, às exigências dum vida democrática e de soluções para os graves problemas sociais. A recusa sistemática do governo a negociações sérias que garantam a paz com democracia, as farsas eleitorais que recentemente se repetiram e o agudizar das condições de vida da população tiveram ultimamente importantes respostas de massas e da guerrilha, que há 34 anos iniciou a sua luta em defesa dos interesses das populações rurais. Jornadas nacionais de protesto, com greves, paralisações de “braços caídos”, marchas e concentrações envolveram operários, camponeses, função pública, taxistas, estudantes. A manifestação de 30 mil trabalhadores da indústria petrolífera contra a privatização do sector, as marchas nacionais dos plantadores de café, a jornada nacional de Maio contra a impunidade “Chega de violência, Diálogo já!” são, com a nova ofensiva da guerrilha, expressão importante da conjugação de diferentes formas de luta contra a violência e a política neoliberal do regime, pela democracia e a solução política negociada do conflito armado.

■ Manuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

Conflito diplomático

O governo português rejeitou a nota diplomática que recebeu das autoridades guineenses, acusando Lisboa de não ter tomado uma posição firme de condenação da rebelião militar em Bissau. A nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros garante que "o Governo português continua empenhado numa solução política".

Entretanto prossegue a guerra e o balanço de vítimas de um mês de confrontos armados não é ainda conhecido. De acordo com forças militares guineenses, os obuses fazem em média cinco mortos diários entre a população civil que ainda permanece na cidade.

Por outro lado, face à situação de escassez de bens alimentares, muitos guineenses estão a comer as sementes da lavoura. Assim, se o conflito se prolongar, é de temer uma fome generalizada no país.

Política Social

A Comissão Europeia anunciou que vai apresentar queixa ao Tribunal Europeu contra seis países, entre os quais Portugal, por incumprimento de directivas da União Europeia na área da política social.

No que respeita a Portugal, está em causa a não transposição, para a legislação nacional, de uma directiva em vigor desde Setembro de 1996 sobre criação de comissões de

empresa (para consulta aos trabalhadores).

A não aplicação de directivas sobre a igualdade de tratamento de homens e mulheres nas carreiras profissionais e Segurança Social, duração de tempo de trabalho e regras de segurança laboral, são algumas das directivas em que se regista incumprimento - nomeadamente por parte da França, Itália, Luxemburgo, Alemanha e Grécia.

Tuberculose regressa

Os serviços de saúde estão a detectar uma média de 11 casos de tuberculose multi-resistente por mês. Ao longo do último ano, foram contabilizados 132 destes casos mais difíceis da doença, metade dos quais no distrito de Lisboa.

Um estudo, realizado pela Direcção-Geral de Saúde, revela a existência de 96 freguesias-foco - locais onde se regista uma maior concentração de doentes. O distrito do Porto é o que regista mais freguesias-foco. Em

Lisboa, os focos da doença concentram-se sobretudo em alguns bairros antigos da cidade.

Apesar da taxa de incidência da doença ter registado um ligeiro recuo entre 1996 e 1997, as formas de tuberculose que estão a aparecer são graves e difíceis do ponto de vista clínico.

Armas racistas

As audições da Comissão Verdade e Reconciliação sul-africana (CVR) sobre o programa militar de investigação sobre armas química e biológica secretas vão ser retomadas. As audições sobre o programa químico e biológico, começadas em Junho, revelaram que foram realizados trabalhos secretos por investigadores durante o regime de "apartheid" para pôr em prática um programa de esterilização em massa das mulheres negras e uma bactéria "racista" nociva que apenas atinge os negros.

Trabalho infantil

A linha verde da Confederação Nacional sobre Trabalho Infantil (Cnasti) - aberta em Dezembro de 1997 - ainda só recebeu meia centena de denúncias de casos de exploração laboral de crianças.

O plano de acção - esta semana debatido em reunião realizada no Porto - prevê a continuação da luta para que a utilização do trabalho infantil seja criminalizada.

Actualmente, as



multas aplicadas aos exploradores de mão-de-obra infantil são ridículas.

Por outro lado, para melhor conhecer a situação real no nosso país,

a confederação está a fazer protocolos com universidades para elabo-

ração de estudos sobre o trabalho infantil em Portugal.

Escassez de água potável

A escassez de água potável no planeta vai desencadear a eclosão de graves conflitos mundiais durante o século XXI, alertou, na EXPO-98, o investigador marítimo Jean-Michel Cousteau.

Falando aos jornalistas durante uma conferência de imprensa no Pavilhão dos Estados Unidos da exposição mundial de Lisboa, o filho do investigador francês Jacques Cousteau apelou aos responsáveis políticos e organizações internacionais para que

"antecipem soluções, de forma a evitar esses conflitos no futuro".

"O maior problema actualmente tem a ver com o esgotamento de recursos. Se não for desenvolvida uma renovação sustentável, a população mundial terá grandes problemas em alimentar-se e em ter água potável", explicou.

Jean-Michel Cousteau salientou que "a população tem de perceber que está ligada aos oceanos e a qualidade da água e dos ecossistemas definirá a sua qualidade de vida".

"Vinte por cento da população mundial não tem acesso a água potável", referiu o oceanógrafo.

Relativamente a soluções, na opinião do investigador, todos os países deveriam começar por investir no sistema educativo nacional, porque as crianças "até à adolescência são muito sensíveis a estas questões".



PAC penaliza agricultura portuguesa

Um parecer do CES - Conselho Económico e Social reconhece que a PAC é desfavorável a Portugal e, em geral, prejudicial para as regiões do Sul da Europa.

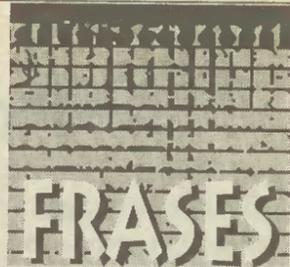
No estudo do CES afirma-se que as propostas da Agenda 2000, a concretizarem-se,

"conduziriam a uma concentração adicional de recursos financeiros nos sectores agrícolas das regiões do norte, em prejuízo relativo das regiões do Sul, em particular dos produtos característicos das regiões mediterrânicas e da pequena agri-

cultura, cuja situação se tem vindo a agravar na sequência da política de livre troca con-

substanciada em acordos comerciais estabelecidos, quer com países exteriores à UE

quer com outras regiões do globo altamente concorrenciais relativamente à Europa".



“Quem manda no PS?”

(Alberto Martins, citado em «Público», 02.07.98)

“O PS é um Partido Socialista?”

(Manuel Alegre, citado em «Público», 02.07.98)

“Manuel Alegre terá dito que o resultado de domingo é uma derrota da cultura de esquerda. Permite-me dizer que é, pura e simplesmente, uma derrota da cultura. O que é motivo para preocupação. O que se passou no domingo não foi deixar tudo na mesma: foi andar para trás.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 03.07.98)

“(...) não é motivo para preocupação que 5 777 676 homens e mulheres em Portugal tenham passivamente aceite que, com a legislação tal como está, o seu “dever” de cidadãos cumpridores da lei é dirigirem-se à primeira esquadra e denunciarem a mulher que souberem que fez um aborto e assim abrirem a possibilidade de a lançarem três anos na cadeia?”

(idem)

“Depois de obter a rendição do grupo parlamentar, (Guterres) queria também que o PS não participasse na campanha a favor da sua própria lei (de interrupção voluntária de gravidez). E não consta que tenha tido grandes dificuldades em conseguir o que queria. A partir dessa altura, não foi só a despenalização do aborto que ficou prejudicada. Também a autonomia e o património histórico e cultural do PS foram, quanto a mim, definitivamente enterrados. É de presumir que o engº Guterres esteja satisfeito com ambos os resultados.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 03.7.98)

“Com o referendo da regionalização (o PS) quer que as pessoas votem sim e nós também, mas o PS e o PSD também querem que as pessoas respondam sim no outro boletim sobre a construção europeia. O PS quer uma resposta por arrastamento e isto é uma fraude.”

(Odete Santos, numa sessão de esclarecimento nas Caldas da Rainha - «Público», 06.07.98)

“O PS quer ganhar as próximas eleições por maioria absoluta e sabe que não o conseguirá se contar com a hostilidade da Igreja. Imagine-se a Igreja a advertir os fiéis que não devem votar no “partido do aborto”.”

(Boaventura Sousa Santos - «Visão», 02.07.98)

“António Guterres terá, finalmente, o partido que pretendia. E, na verdade, merece. Um PS de evangelho na mão direita e cartão de crédito na mão esquerda, para catequizar os eleitores.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 06.07.98)

“É preciso um Viagra ideológico para a esquerda?”

(pergunta vinda da assistência durante um debate do ciclo «Portugal 2000» organizado pelo PCP em Coimbra, citada em «Público», 03.07.98)

Octávio Teixeira
sobre a Lei de Finanças Locais

Prosseguir



a luta por mais descentralização

“A nova lei padece de insuficiências manifestas, nomeadamente no plano da verba mínima a transferir e nos critérios de distribuição”

O Grupo Parlamentar do PCP não dá por encerrada a questão do estatuto financeiro das autarquias locais e está firmemente determinado a prosseguir a luta por uma revisão da Lei que observe neste domínio mais descentralização. A garantia foi dada pelo líder parlamentar comunista, em declaração ao “Avante!” no decorrer da qual reiterou a disposição e empenhamento do PCP em continuar essa batalha por uma lei das finanças locais que venha a repor a capacidade financeira perdida pelas autarquias por anos de incumprimento da lei. Assegurado por Octávio Teixeira foi igualmente o propósito da bancada comunista de manter um elevado grau de empenho na luta “por mais descentralização administrativa e financeira”, objectivo pelo qual se continuará bater.

Com esta tomada de posição, complementar de posições igualmente por si assumidas na semana transacta, quer em declaração de voto, quer em nota aos órgãos de comunicação social, resulta claro que a bancada comunista não desiste de ver concretizado um objectivo que considera essencial: a recuperação da capacidade financeira das autarquias perdida por anos de incumprimento das leis de finanças locais.

No recente debate e subsequente votação da nova Lei de Finanças Locais esta mesma postura voltou a ficar evidencia-

da. Aprovado na semana transacta, o diploma, recorde-se, passou com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PCP e os votos contra do PSD e PP.

Solução menos gravosa

Na base do sentido de voto dos parlamentares comunistas - que não deixaram de tecer fortes críticas a aspectos em sua opinião insuficientes da nova lei - e não obstante as diferenças entre as posições por si defendidas e as prevalentes no texto final,

pesou sobretudo a consideração de que no actual contexto esta era a solução menos gravosa para as autarquias.

Não se sentindo nem vinculado nem politicamente responsável pelo diploma, consciente de que as medidas nele contidas não são as por si defendidas, nem agora nem no futuro, o Grupo Parlamentar do PCP entendeu, todavia, que não deveria inviabilizar algumas das medidas nele previstas, e, desde logo - como é sublinhado na declaração de voto -, o próprio aumento, embora insuficiente,

das verbas a transferir para as autarquias e de algumas melhorias dos critérios de distribuição pelos municípios.

O contrário, como salienta o texto, comportaria inevitáveis prejuízos para as autarquias e para as populações, sendo convicção dos parlamentares comunistas que “a alternativa imediata seria manter em vigor o actual regime”, o que, do seu ponto de vista, em termos comparativos, “seria prejudicial para as autarquias”.

E se não foi possível ir mais longe - importa sublinhar que a proposta do Governo sofreu várias melhorias de ordem técnica quer na versão apresentada à Assembleia quer já no próprio debate aí entretanto ocorrido que a aproximaram do documento subscrito pelo PCP -, tal ficou a dever-se, exclusivamente, como salientou Octávio Teixeira, “às posições de intransigência assumidas pelo Governo e pela bancada do PS”.

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP está convicto, aliás - e esta foi como já se disse uma das razões determinantes para a abstenção da sua bancada, de que se a nova lei fosse inviabilizada o “Governo elaboraria uma proposta de lei de Orçamento do Estado para 1999 com menos de 22 milhões de contos e aproveitaria para imputar à oposição a responsabilidade por esse facto”.

“O Governo e o PS procurariam tirar proveito político de duas maneiras: aliviando o OE pelas verbas transferidas a menos e responsabilizando outros por esse facto”, conclui Octávio Teixeira, lembrando que, nesta medida, e em primeiríssimo lugar, os prejudicados, “seriam os municípios portugueses”.

Alterações positivas

Mas se este “elevado sentido de responsabilidade” presidiu à ponderação dos deputados

comunistas e justificou plenamente a sua opção pela abstenção, assim rejeitando, no respeito pelos interesses das autarquias locais, “a ideia do quanto pior melhor”, como sublinhou Octávio Teixeira, não é menos verdade que para o seu sentido de voto pesou igualmente o facto de o diploma na sua versão final reflectir uma evolução positiva que correspondeu à incorporação de preocupações e medidas inscritas no projecto do PCP.

São disso testemunho, entre outras, a criação de um esquema que torna as receitas municipais menos vulneráveis à conjuntura, associando-as a vários impostos e não apenas ao IVA, bem como a separação do acréscimo de verbas das autarquias da transferência de encargos com outras atribuições e competências, passando estas a ser feitas em processo separado e articulado sempre

Verbas insuficientes

Para a apreciação que fez da nova lei de Finanças Locais e para a opção por si adoptada no momento de votar o Grupo Parlamentar do PCP levou em conta não apenas as suas próprias posições sobre a matéria, como também todas as opiniões que chegaram ao seu conhecimento oriundas de estruturas, organizações e entidades de alguma maneira relacionadas com esta problemática.

Uma vez mais, como aliás é seu hábito, este princípio foi inteiramente assumido e respeitado, tendo considerado, designadamente, todas as informações a que teve acesso provenientes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em particular dos membros do seu Conselho Directivo e do seu Presidente.

Para este mesmo aspecto fez questão de chamar a atenção o Grupo Parlamentar do PCP, em nota aos órgãos de comunicação social, onde explica de forma detalhada os aspectos essenciais de todo este processo, bem como do seu posicionamento e sentido final de voto.

Recordada é, concretamente, a coincidência de opinião entre o PCP e o Presidente da ANMP (por este expressa em comunicado) quanto à insuficiência de verbas a transferir e quanto aos critérios de distribuição. Mas foi igualmente reafirmada a opinião do PCP de “ser preferível, para as autarquias locais, a viabilização da nova lei e não o seu chumbo puro e simples. Porque nas circunstâncias actuais só havia objectivamente duas hipóteses possíveis: ou a nova lei, ainda que insuficiente, ou a manutenção da lei actual.

Verberado, noutro plano, é o comportamento do PSD em todo este processo, a quem os deputados comunistas acusam de “oportunistismo político”. “Depois de sucessivos cortes de verbas das autarquias quando esteve no Governo”, recordam, o PSD vem agora apresentar “um projecto de lei que ligava aumentos de verbas a novos encargos com atribuições e competências, sempre preocupados com os critérios de convergência e o Pacto de Estabilidade com vista à moeda única”.



O PCP entende que a nova lei de Finanças Locais carece de uma revisão mais descentralizadora

Lei de Finanças Locais

em conjugação com as autarquias.

Valorizadas pelo Grupo comunista foram também as correcções ao texto inicial introduzidas em sede de trabalho parlamentar, a que atribuem grande

importância, como é o caso da alteração aos critérios de distribuição num sentido favorável aos municípios que eram mais desfavorecidos em termos relativos, designadamente para os que têm menos de dez mil eleitores.

Entre as melhorias conseguidas por proposta dos deputados do PCP, realce ainda para a maior transparência das situações de financiamento excepcionais e dos auxílios às autarquias locais, diminuindo a margem de arbítrio, e, bem assim, para a regulação em termos mais favoráveis às autar-



quias da retenção de verbas para cobrança de dívidas.

Nota de relevo merece ainda a cobrança de juros de mora no caso de a administração central atrasar as

transferências de receitas das autarquias, e, por último, a previsão de cobrança de taxas no caso de prejuízos causados aos municípios pela exploração de inertes na respectiva área, como por exemplo pedreiras, cuja reparação implica por vezes grandes gastos para as autarquias afectadas.

Suprir insuficiências

Este conjunto de melhorias no articulado da nova lei não faz esquecer, entretanto, como nos

disse Octávio Teixeira, as "insuficiências manifestas de que a mesma padece", nomeadamente no plano da verba mínima a transferir e nos critérios de distribuição.

Motivo de sobra, pois, para que a formação comunista entenda que a nova lei "carece de uma revisão mais descentralizadora", tanto mais que - é ainda o líder parlamentar comunista a lembrá-lo - "a reforma fiscal sobre o património, com a afectação de impostos que revertem para as autarquias, imporá também a sua revisão".

Só então, conclui, "podemos ter efectivamente uma lei de finanças locais que dote as autarquias dos meios financeiros que fortaleçam o poder local", que se constitua, simultaneamente, "em instrumento de justiça e progresso ao serviço das populações".

Cinco princípios

Apesar de persistirem manifestas insuficiências no diploma, designadamente quanto à verba mínima a transferir e quanto aos critérios de distribuição, importa observar que a proposta de lei do Governo recentemente aprovada incorporou um conjunto significativo de melhorias de ordem técnica próximas das contempladas no projecto de lei do PCP.

"Sério, realista e tecnicamente apurado", como o definiu Luís Sá, em Junho passado, quando a questão esteve em debate no Parlamento, o projecto de lei do PCP - que desde a primeira hora sempre se bateu ao lado das autarquias por um regime de finanças locais justo e criterioso - tem como trave mestra do seu articulado uma visão descentralizadora.

Nos seus objectivos fundamentais - coincidentes com as aspirações dos municípios e freguesias - o diploma do PCP, em síntese, obedece a cinco grandes princípios, assim resumidos por Luís Sá, por ocasião do debate da proposta de lei de finanças locais:

- A afectação aos municípios de um montante que vise caminhar determinadamente

para repor o nível de meios financeiros que correspondam ao que teria resultado da aplicação da lei de finanças locais em vigor.

- A adopção de um critério de variação do FEF que garanta uma maior e melhor equidade na repartição das receitas públicas e que o defenda de vulnerabilidades de conjuntura.

- A opção por critérios simplificados, consolidados, mais claros e transparentes para a distribuição do FEF pelos municípios, por forma a assegurar uma mais correcta redistribuição dos recursos.

- O reforço da capacidade financeira das freguesias, não apenas pelo aumento substancial dos recursos, mas também através da autonomização plena dos mecanismos de transferência.

- A consagração de disposições que impeçam a transferência forçada e compulsiva de novos encargos para as autarquias, bem como a redução das suas receitas através do recurso à multiplicação de isenções sobre receitas que pertencem às autarquias.



Os comunistas estão determinados a lutar por uma lei das Finanças Locais que venha a repor a capacidade financeira perdida pelas autarquias por anos de incumprimento da Lei

Primeiros projectos no BTE Legislação do Trabalho é matéria da AR

A CGTP contesta a competência do Governo para legislar sobre as matérias a que dizem respeito os cinco projectos de lei que, por publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego, foram colocados, dia 3, à discussão pública.

Em conferência de imprensa dada segunda-feira, após uma reunião da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, Carvalho da Silva declarou que a central está disposta a exigir a fiscalização da constitucionalidade orgânica dos projectos de diploma sobre o conceito de retribuição, os procedimentos administrativos na organização do tempo de trabalho, a dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade, a protecção dos jovens no trabalho e o Conselho Europeu de Empresa (estas duas matérias resultantes da transposição de directivas da UE).

«O Governo não pediu autorização legislativa para este processo, chamando a si a competência para legislar sobre matérias que são da competência exclusiva da Assembleia da República», afirmou o coordenador da CGTP, que protestou também por, a vencer esta forma legislativa, a discussão pública durante 30 dias decorrer num período em que muitos trabalhadores já estão de férias.

A CGTP, que consultou especialistas em Direito laboral e constitucionalistas, defende que a matéria tocada por aqueles projectos - a primeira «dose» de uma série de alterações que o Governo se prepara para realizar durante o Verão, misturando modificações lesivas dos interesses dos trabalhadores com satisfação de propostas e legítimas reivindicações do movimento sindical - «tem um

enquadramento constitucional que a coloca no âmbito dos direitos de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias, seguindo o mesmo regime destes últimos, nos termos do disposto no artigo 17º da Constituição». Quer isto dizer que «beneficia das mesmas garantias constantes do artigo 18º da Constituição, em matéria de reserva de lei restritiva e do princípio da proibição do retrocesso em termos materiais, constituindo ainda, nos termos conjugados das referidas dispo-

sições constitucionais, reserva relativa de competência da AR». Chamado a pronunciar-se, em 1991, sobre questões de idêntico enquadramento, «esta foi também a posição seguida pelo Tribunal Constitucional», lembra a CGTP.

Para a *Inter*, «a insistência do Governo em promover uma revisão avulsa da legislação laboral é uma clara cedência às exigências patronais». No entender da central, «o que é necessário e urgente é que o Governo proceda à criação de uma equipa técnica com vista à sistematização da legislação existente, objectivo há muito assumido pelo próprio Governo e com o qual a CGTP-IN concorda desde a primeira hora».

Oportuna repescagem

«Estamos em crer que esta repescagem não se fica a dever apenas a falta de notícias importantes», comenta o departamento de Informação da CGTP-IN, reagindo à manchete do «DN» de segunda-feira, que se reportava a um relatório da OIT divulgado em Novembro.

Nos dias 12 e 17 de Novembro, recorda o DIF/CGTP, já o «DN» havia tratado o mesmo assunto (a diminuição do número de trabalhadores sindicalizados), embora a partir do relatório do Ministério do Emprego que serviu de base ao estudo da OIT e com «a preocupação de referir as causas da dessindicalização», apontadas no documento e por dirigentes sindicais que o matutino ouviu.

Esta vez, prevaleceu «a preocupação obsessiva de fornecer números desfavoráveis aos sindicatos e ao sindicalismo», acusa a CGTP, que cita alguns dos motivos da quebra de sindicalização ignorados pelo «DN»: a precarização das relações laborais, o desemprego, o crescimento desorganizado do sector terciário, das PME's, do trabalho por conta própria...

A central «estranha a coincidência desta repescada notícia com a publicação pelo Governo de um conjunto de projectos de diplomas que são gravosos dos interesses e direitos dos trabalhadores».

Vigília na Defesa

Preocupado com o futuro que o Governo está a preparar para os estabelecimentos fabris das Forças Armadas, o STEFFA/CGTP iniciou na terça-feira uma vigília junto ao Ministério da Defesa, exigindo que Veiga Simão cumpra a promessa, feita em Março, de dar a conhecer o projecto de reestruturação do sector num prazo de 60 dias... «Já passaram quase quatro meses», protesta o sindicato, numa nota onde lembra que tem denunciado «as intenções do Governo e os interesses privados no sector, envolvendo empresas cujos accionistas têm responsabilidades nos Estabelecimentos e nas próprias Forças Armadas».



A vigília iniciou-se anteontem à tarde e la prolongar-se até quarta-feira

TRABALHADORES

Bancos e seguros

Os sindicatos do sector financeiro têm marcada uma nova reunião para terça-feira, dia 14, com o objectivo de prosseguir a análise dos problemas laborais e os critérios de actuação conjunta em defesa dos interesses dos trabalhadores. De acordo com a «Separata», publicação do Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Norte, teve lugar um primeiro encontro no dia 26 de Maio, em Lisboa, na sede dos Bancários do Sul e Ilhas, reflectindo «uma confluência cada vez maior dos interesses dos trabalhadores da área financeira e as mudanças operadas nos respectivos sectores de actividade».

McDonald's não respeita

No Café Imperial, no Porto, tal como nos restaurantes McDonald's que funcionam no Via Catarina e Central Shopping, não são respeitados direitos dos trabalhadores, o que levou o Sindicato da Hotelaria do Norte a promover uma acção de protesto, no passado dia 30. No folheto distribuído aos jornalistas e a centenas de pessoas à porta do Café Imperial, o sindicato acusa a empresa responsável pela exploração daqueles estabelecimentos de ter «praticamente todos os trabalhadores» contratados a prazo e a tempo parcial, alterar «constantemente» os horários e as folgas, praticar polivalências ilegais, não fornecer equipamento para trabalhos de limpeza e manutenção, proibir a actividade sindical e perseguir dirigentes e activistas sindicais, prolongar os horários sem pagar trabalho extra e de não cumprir a tabela salarial mínima.

Socigalva processa

Todo o pessoal do Parque Previdente, em Vila Franca de Xira, foi exortado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa a manifestar a sua indignação contra medidas repressivas desencadeadas na Socigalva, em especial contra um delegado sindical. Avelino Amorim, relata o sindicato, viu-se alvo de um processo disciplinar porque não respeitou as indicações que a gerência lhe transmitiu antes de um plenário de trabalhadores, realizado dia 17 de Junho, e que não estava autorizado. Num comunicado que distribuiu no Parque Previdente e fez chegar à nossa Redacção, o sindicato condena o despalante da gerência, que procurou imiscuir-se na organização dos trabalhadores e tentou colocar-se acima da lei, que não lhe concede mais do que o direito a uma comunicação da data e hora de realização dos plênários, que não necessitam de qualquer autorização patronal.

Forte adesão em todo o País
Greve nas autarquias
exige acção de Guterres

Serviços de atendimento encerrados e lixo por recolher foram efeitos sentidos em dezenas de concelhos, durante segunda-feira e anteontem, devido à greve nacional dos trabalhadores da Administração Local, dia 6, «que este Governo poderia ter evitado, se houvesse vontade política para encontrar soluções e aceitar propostas».

Na nota que divulgou ao fim da manhã de segunda-feira, o STAL afirmava ainda que «a forte adesão que a greve está a sentir por todo o País é a prova cabal das razões da luta dos trabalhadores e deve constituir um sinal para o Governo de que é urgente uma mudança na política até agora seguida para o sector».

Retomando a linha da carta-aberta entregue sexta-feira ao primeiro-ministro – e que, tal como o pré-aviso de greve, foi subscrita juntamente com o STML – o STAL defendia,

perante os primeiros resultados da paralisação, que «o engenheiro António Guterres deve intervir energicamente no sentido de dar resposta às reivindicações que estiveram na origem da marcação da greve».

Os motivos da luta dos trabalhadores das autarquias prendem-se com promessas e compromissos não cumpridos pelo Governo, designadamente quanto a revalorização de salários e carreiras, publicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e uniformização das regras de progressão e de

contagem do tempo de serviço. Além de exigirem a equiparação de valores do índice 100 e do salário mínimo nacional, os sindicatos chamam ainda a atenção para o facto de o salário médio ser, na Administração Local, inferior em cerca de 16 contos à média nacional.

Entre os concelhos com elevados níveis de adesão à greve, o STAL referiu Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima, Aveiro, Braga, Coimbra, Loures, Amadora, Mafra, Alpiarça, Cartaxo, Coruche, Barreiro, Seixal, Vila Viçosa, Borba, Arraiolos, Évora, Viana do Alentejo, Mértola, Serpa, Alcácer do Sal, Almada, Moita, Palmela, Santiago do Cacém. Também o STML registou forte adesão e encerramento de serviços, logo às primeiras horas de segunda-feira, na CM de Lisboa.

O STAL protestou contra incidentes registados em Oeiras, onde a própria PSP aceitou fazer pressões, ao lado de um responsável da Câmara, para que trabalhadores não fizessem greve. O sector de Higiene e Limpeza acabou por enviar um abaixo-assinado a Isaltino Morais.

Natureza

A federação da Função Pública congratulou-se com o espírito de unidade e luta revelado pelos guardas e vigilantes da Natureza, nos primeiros dias da greve iniciada dia 1, no Norte, e que prosseguiu dia 2, no Centro, e dia 3, em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A paralisação destinou-se a protestar contra o impasse nas negociações do caderno reivindicativo apresentado em Março de 1996 à ministra do Ambiente.

Ferroviários mantêm

A greve de 24 horas, convocada para segunda-feira na CP, Refer e Emef pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses continuava a ser preparada em reuniões nos locais de trabalho e nas estruturas sindicais, confirmou ao «Avante!» o coordenador da FSTFP/CGTP. A federação aguarda que as administrações convoquem reuniões para resolver os problemas e evitar o prolongamento do conflito, adiantou José Manuel Oliveira.

Motoristas dia 20

Combustíveis, mercadorias perigosas e outros transportes vão ser afectados por uma greve de motoristas, convocada pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos para 20 de Julho. As razões da luta prendem-se com a defesa dos postos de trabalho (que estão a ser postos em causa pelos exames eliminatórios de reciclagem), contra o pagamento dos cursos de formação (que os patrões estão a cobrar), por melhores salários e condições de trabalho dignas - informou a Festruc/CGTP, que deu anteontem uma conferência de imprensa em Aveiras.

Comprar a sede

A CGTP-IN vai lançar em Outubro uma campanha de angariação de fundos para comprar a sua sede nacional, de acordo com uma decisão tomada no último Conselho Nacional, dia 30 de Junho. A campanha deverá iniciar-se por altura das comemorações do aniversário da central (1 de Outubro) e prolongar-se por um ano. A sede, que ocupa três andares na Rua Vítor Cordon, em Lisboa, custa 420 mil contos, dos quais a Inter já pagou 60 mil ao proprietário, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, segundo a Agência Lusa, que reporta o início deste processo ainda ao anterior Governo. No Conselho Nacional foi aprovada documentação-base para a conferência sobre organização sindical e ficou marcado um plenário nacional de sindicatos para dia 22, quarta-feira.

Capitais

A conferência sindical das capitais europeias tem lugar em Lisboa, de 15 a 18 de Julho, anunciou a USL/CGTP, que na próxima terça-feira divulgará publicamente os contornos da reunião.



Funeral digno para a morte anunciada

«Os serviços prestados pela EPAC ao País merecem um funeral com dignidade», já que ao longo dos últimos anos o Governo e a administração têm vindo a cavar a sepultura da empresa. Este foi o ponto de partida para mais uma acção de protesto dos trabalhadores, apoiados pelo CESP/CGTP, que no dia 1 de Julho se concentraram à porta da sede da Empresa para Agroalimentação e Cereais. Enquanto o Governo avança na concretização do negócio com Jorge de Mello e a Nutrinveste e com a preparação da privatização de uma EPAC Comercial sem passivo e com apenas 170 trabalhadores, o pessoal da empresa intensifica a luta contra tal política e em defesa do emprego com direitos para todos ou de reformas antecipadas, como noutros processos semelhantes aconteceu. As preocupações agravam-se à medida que vão surgindo notícias sobre o fim da EPAC-mãe até ao final deste ano, sem que estejam acautelados os interesses da economia nacional e o futuro dos trabalhadores.

Convergência na Telecom

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom propôs às diferentes estruturas sindicais da empresa a realização de reuniões «para que em convergência na acção se procurem os meios e as ferramentas para enfrentar com sucesso a dureza do processo negocial» de revisão do Acordo de Empresa.

Na passada sexta-feira, a CT divulgou uma série de consensos e compromissos, subscritos pelo Sinttav, o STPT, o Sindetelco, o SNTCT, o STT, o Sicomp, o Snaq, a Fentcop, o SQTd, o STRUC, a Fetese/Sitese e o Tensiq, salientando que «a convergência na acção não só é o caminho certo para enfrentar com sucesso o presente, mas também para garantir o futuro dos trabalhadores da PT».

As ORTs da Telecom comprometeram-se a prosseguir as reuniões a um ritmo semanal, a não dar acordo final às negociações do AE/98 sem antes reunirem entre si, e a enviar um ofício a Murteira Nabo, exigindo o empenhamento pessoal do presidente da empresa no pro-

cesso negocial. Foi aprovada uma lista de 12 «pontos nucleares para tornar possível a assinatura do AE/98», entre os quais se incluem «uma tabela

salarial digna e de acordo com a capacidade financeira da PT, a vigorar a partir de 1 de Junho» e a negociação da estrutura de carreiras.

Irregularidades na Yazaki

Desde Abril, a Yazaki Saltano, em Ovar, está a discriminar todos os delegados sindicais e alguns trabalhadores associados do SIEC, não lhes pagando a actualização salarial prevista contratualmente. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, ao enviar à comunicação social o boletim da comissão sindical da empresa, denuncia ainda outras situações irregulares: a restrição à actividade sindical dentro da Yazaki, a proibição de plênários de trabalhadores convocados ao abrigo da lei, o impedimento da entrada de dirigentes do SIEC/CGTP nas instalações da fábrica e limitações ilegítimas à movimentação de trabalhadores e delegados sindicais.

Na folha da comissão sindical da Yazaki Saltano é dado destaque aos contactos sindicais com a Presidência da República, a AR e grupos parlamentares, o Ministério do Trabalho, o presidente da CM de Ovar, a delegada de Saúde do concelho e a Inspeção do Trabalho. Nas reuniões foram referidas preocupações em matéria de higiene, segurança e saúde (normas desrespeitadas, aciden-

tes de trabalho e o flagelo das tendinites), bem como a abusiva contratação a prazo, a violação da contratação colectiva (particularmente no que toca a classificações profissionais) e os «convites» à rescisão de contratos.

Grundig

Pelo terceiro mês consecutivo, o pessoal da unidade de produção audio hi-fi da Grundig, em Braga, não recebeu os salários em devido tempo, denunciaram na semana passada as organizações representativas dos trabalhadores.

Também nas instalações do complexo industrial, foi desencadeado um processo de despedimento colectivo pela Origin, empresa do grupo Philips, prestadora de serviços na área da informática. Ambas as situações, segundo as ORTs, são reflexo da deslocalização de actividades para a Áustria, que levou ao despedimento de mais de 500 pessoas entre Novembro de 1996 e Maio de 1997.

SETÚBAL Vereador suspende mandato

O Gabinete de Imprensa da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, em nota à comunicação social, informou que o vereador do PCP na Câmara Municipal, Ruben de Carvalho, suspendeu por 120 dias o seu mandato, a partir de 23 de Junho. Ruben de Carvalho, que será substituído por Manuel Pisco, candidato que se lhe segue na lista da CDU, apresentou o pedido de suspensão de mandato devido às múltiplas actividades que no momento se lhe colocam no Partido - Regionalização, Debates «Portugal 2000» e Festa do «Avante!», entre outras.

ESPOSENDE PCP inaugura Sede

Com a aquisição de uma nova Sede do PCP em Esposende - sita no gaveto das ruas Barão de Esposende e Rodrigues de Faria (Edifício da CGD) -, foi finalmente concretizada uma velha aspiração de comunistas e outros democratas que, a partir de agora, passaram a ter condições mais favoráveis ao desenvolvimento da sua actividade. Uma tal iniciativa implicou, contudo, responsabilidades materiais muito pesadas que, apenas com a solidariedade de camaradas e amigos do Partido, poderão ser suportadas. Assim, apelando ao contributo financeiro de quantos vêm no PCP «uma força indispensável à consolidação da democracia e ao progresso do País e da terra», a Comissão Concelhia de Esposende espera poder concretizar, até Março de 1999, a campanha de Fundos de 5000 contos que se propôs para a aquisição da Sede.

SETÚBAL PAC lança incerteza

Por sua vez, a Comissão de Agricultura da DORS, em nota à imprensa, mostra-se preocupada com as dificuldades e incertezas que a futura PAC (Política Agrícola Comum) perspectiva para a pequena e média exploração agrícola, lembrando algumas das medidas que o PCP tem defendido: criação de infra-estruturas; apoio técnico e formação profissional; bonificação de crédito e juros; extensão do subsídio de gasóleo às viaturas que trabalham na agricultura; acções de defesa dos aquíferos e das águas armazenadas; garantia de preços mínimos remuneradores à produção; uma nova reforma agrária que o abandono de terras justifica. No plano estritamente regional e no quadro de um plano agrícola nacional, a Comissão de Agricultura da DORS defende a constituição de um Centro Tecnológico para defesa e promoção dos produtos regionais agrícolas, designadamente o queijo de Azeitão, a maçã riscadinha, a cebola de Alcocheté ou o vinho de moscatel de Setúbal, e medidas visando outras produções com relevo regional, como, por exemplo, os vinhos tintos, a hortofrutícolas e em especial os seus primores, a floricultura e a suinicultura.

LUXEMBURGO Conviver e reorganizar

No passado dia 27 de Junho, realizou-se um jantar-convívio com a participação de 35 militantes e simpatizantes do PCP, em Dommeldange, no Luxemburgo. Esta iniciativa insere-se no esforço de reorganização da actividade local do Partido. Das intervenções proferidas, destaca-se a necessidade de melhorar o contacto entre os camaradas e a sua participação no trabalho colectivo, e deste modo melhorar a intervenção do Partido junto da comunidade emigrante neste país.

PONTE DE SÔR Prossegue autoritarismo

Depois de das discriminações que praticou contra os trabalhadores da Câmara, que levou inclusive a que estes se apresentassem de cara tapada numa conferência de imprensa que deram, o Presidente da Câmara de Ponte de Sôr continua a tomar novas atitudes de arrogância e de autoritarismo, denuncia a Comissão Concelhia do PCP. Começando por impedir os representantes sindicais de receberem chamadas telefónicas e de exercerem as suas funções, conforme previsto na legislação laboral, agora pretende também cercear o direito de liberdade de expressão aos munícipes, mandando retirar as faixas de propaganda política que o PCP havia colocado na cidade. Faixas que reclamavam «Mais dinheiro e mais emprego para o Alentejo», «Mais emprego com direitos». A população não deixará de tirar as necessárias conclusões destes actos de prepotência e abuso de poder que os comunistas, ao mesmo tempo que manifestam a sua disponibilidade para continuar a lutar pela melhoria de condições de vida da população, prometem continuar a denunciar.

Referendo sobre IVG Organizações analizam resultados

Várias organizações do PCP, após a realização de uma primeira análise aos resultados obtidos no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nas respectivas regiões, saúdam os eleitores que votaram SIM e reafirmam a sua firme disposição de prosseguir a luta contra esse flagelo social que é o aborto clandestino.

Em tomada de posição pública, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, face aos resultados do referendo sobre a despenalização do aborto, saudou o povo alentejano e particularmente a sua juventude pela «clara e inequívoca» vitória do SIM em todos os concelhos do Alentejo, «testemunho da sua maturidade e elevada consciência política e do seu empenho em transformar a sociedade à luz dos valores mais progressistas da esquerda».

Entretanto, para o OIRA, a abstenção verificada confirma, tal como o PCP sempre defendeu, que a despenalização da IVG não deveria ter sido referendada. Ao ceder às pressões do PSD e do PP, o PS «não só pôs em causa o prestígio e a credibilidade» da Assembleia da República, como interrompeu um processo legislativo que «constituiria um verdadeiro passo civilizacional» no combate ao aborto clandestino e na criação de condições de saúde e dignidade da mulher, por que o PCP promete continuar a lutar.

A terminar, os comunistas do Alentejo chamam a atenção para a hipocrisia do PS, do PSD e do PP - que agora reagem como se não tivessem contribuído para a abstenção - e condenam a atitude de António Guterres que, depois de há anos ter votado favoravelmente a despenalização do aborto até às 12 semanas, agora se manifestou pelo «não», enfraquecendo o empenho do seu partido na campanha.

Alpiarça

A Comissão Concelhia de Alpiarça, por sua vez, saúda os eleitores que com o voto no SIM «pretendiam contribuir para pôr termo ao aborto clandestino, despenalizar a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas e resolver um

grave problema de saúde pública que nos coloca na cauda da Europa.

Apesar dos 67,2% de abstenção verificados em Alpiarça, o SIM ganhando por maioria esmagadora (86,7%) - à mais alta percentagem do distrito e a terceira do país - contribuiu para a sua vitória também no distrito de Santarém (56,57%).

Este é um resultado que «confirma a forte influência do PCP no concelho», o único partido a fazer campanha para o referendo, diz a Concelhia de Alpiarça que, ao mesmo tempo, marca a 9ª Assembleia de Organização Concelhia para 31 de Outubro próximo e um debate sobre «Regionalização, Descentralização e Desenvolvimento».

Setúbal

No distrito de Setúbal, apesar do nível de participação

(33,4%), o SIM venceu em todos os concelhos, em todas as freguesias e em praticamente todas as mesas de voto (excepto uma), alcançando os 81,9%.

Na sua apreciação aos resultados do referendo, a Direcção da Organização Regional de Setúbal atribui a elevada abstenção à «falta de empenhamento do Partido Socialista» e aos efeitos da «campanha mistificadora e terrorista da direita». Um quadro onde ressalta «a justeza das posições do PCP» contra a realização do referendo, quando na Assembleia da República estava já aprovada uma lei de despenalização da IVG. Aliás, o papel que coube ao PCP na «batalha das ideias e dos ideais» está patente no facto de entre os primeiros quatro distritos do país com maior grau de participação dos eleitores, estarem dois com clara influência dos comunistas, um dos quais Setúbal.

A DORS saúda, pois, os membros do Partido e os democratas que intervieram nesta batalha e assegura-lhes o empenho do PCP na prossecução dos objectivos em causa, que mantêm plena validade.

Alcobaça

Em Alcobaça, o SIM ganhou em 12 das 19 freguesias do concelho, obtendo 47,8% dos votos. Resultados que, segundo a Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP, confirmaram a tendência já verificada nas últimas eleições autárquicas «de uma histórica viragem de voto ao encontro das posições defendidas pela esquerda necessária».

Saudando os eleitores que votaram SIM, a Concelhia de Alcobaça considera, assim, que uma das questões que desde já se coloca aos comunistas é «a necessidade de reforçar ainda mais a acção e o estudo dos problemas concelhios», em conjunto com amigos e aliados, visando ganhar as próximas eleições para as autarquias.

Por outro lado, o PCP considera que o PSD e o PS «fracassaram» porque, «não tendo assumido posição política sobre matérias do Código Penal e do Serviço de Saúde Público», foram incapazes de resolver as contradições existentes entre a política de direita que executam e as aspirações das bases eleitorais que os sustentam.

Câmara de Évora PS em «desespero»

Em resposta à conferência de imprensa dada pelos vereadores do PS na Câmara Municipal de Évora, a Comissão Concelhia do PCP decidiu emitir um comunicado onde denuncia o comportamento de «chicana política» destes vereadores nos últimos seis meses.

Há mais de 20 anos que o PCP e a CDU são responsáveis pela autarquia de Évora, onde vêm realizando um trabalho honesto e competente, reconhecido pela população, dizem os comunistas. E não obstante a perda da maioria absoluta nas últimas eleições autárquicas por 200 escassos votos, o PCP e a CDU continuaram a ser as forças políticas «mais consideradas e credibilizadas no concelho», cifrando-se em mais de 3000 os votos que obtiveram acima da votação do Partido Socialista.

Apesar, contudo, de poder reservar para si e para os vereadores do PCP/CDU a gestão do município, o Presidente da Câmara atribuiu pelouros a vereadores dos outros partidos, convidando-os a assumirem responsabilidades. Os vereadores do PS, porém, não só não quiseram aceitar qualquer pelouro como se têm tentado denegrir a boa imagem do município e, na sua primeira votação em reunião pública da Câmara, «recusaram-se delegar as competências, previstas na lei, no Presidente da Câmara». Uma decisão que tem contribuído significativamente para atrasar decisões e dificultar o funcionamento das reuniões camarárias.

Por outro lado, não é verdade que os vereadores eleitos pelo PS tenham dificuldades sistemáticas, como dizem, de acesso à informação que lhes diz respeito. Eles conhecem a existência na Câmara de Évora de um gabinete de apoio a toda a vereação e

se não o utilizam é precisamente porque se têm demitido das suas responsabilidades.

A intervenção camarária dos eleitos socialistas, prossegue a Comissão Concelhia do PCP na sua denúncia, apenas tem servido «os interesses individuais de amigos e próximos», ignorando a defesa dos interesses gerais da população. E através do bloqueio à actividade camarária e do recurso ao insulto pessoal, mostra claramente o seu «desespero» pela não obtenção de resultados eleitorais que lhes permitiria colocar a Câmara so serviços de alguns «lobbies».

Os comunistas garantem, no entanto, que «com ou sem participação dos vereadores eleito pelo PS», a gestão na Câmara de Évora «não está nem ficará bloqueada e afirmar-se-á sempre na defesa, desenvolvimento e resolução dos problemas e vida da população do concelho».

CAMARADAS FALECIDOS

António Varela Matos

Faleceu no passado dia 5 de Julho, com 73 anos de idade, no Couço, o camarada António Varela Matos. Militante de grande firmeza e dedicação, era tido em grande consideração pela população local.

José Manuel Colaço

Faleceu recentemente o camarada José Manuel Colaço (Zé da Horta), natural de Mértola e radicado no Samouco, concelho de Alcocheté.

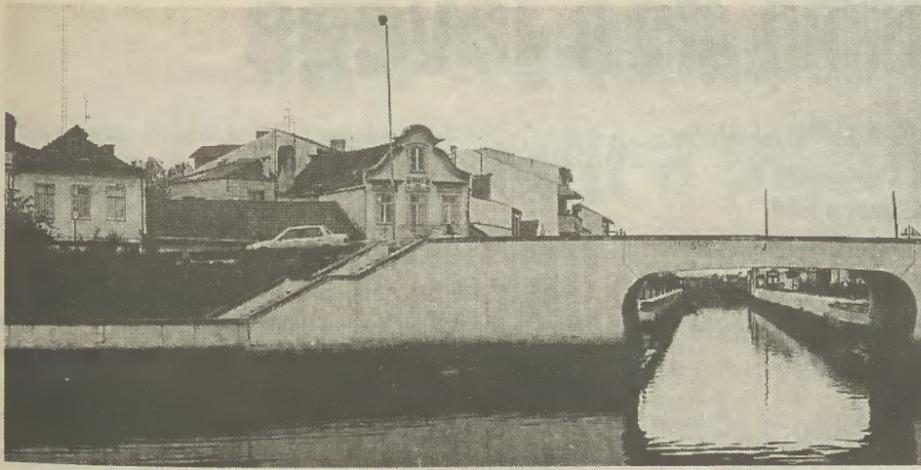
Muito estimado entre a organização do Partido e a população local, o seu funeral foi uma grande demonstração de pesar e consideração.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Rectificação

Na última edição do «Avante!», na notícia sobre o falecimento do camarada Manuel Luís dos Santos («Gaitas»), foi-lhe erradamente atribuído o nome de Miguel. Pelo lapso apresentamos as maiores desculpas aos familiares do camarada e aos leitores do nosso jornal.

Manuel Luís dos Santos («Gaitas»), recentemente falecido com 83 anos de idade, era irmão de José Adelino dos Santos, assassinado pela Pide em 1958. Aderiu ao PCP em 1944, onde sempre militou com grande dedicação. Teve tarefas de responsabilidade na clandestinidade, uma delas, durante anos, como «ponto de apoio» ao trabalho da Direcção Regional do Partido.



Ria de Aveiro Que futuro?

«Que futuro para a nossa Ria?» foi o tema do debate que, integrado na iniciativa do PCP «Portugal 2000 - debates para uma política de esquerda», se realizou na passada sexta-feira, no Orfeão de Ovar, com intervenções de Álvaro Reis, conhecido ambientalista de Ovar e dirigente das FAPAS (Fundação para a Protecção das Espécies), de António Romão, presidente da Assembleia Geral da NADO (Náutica Desportiva Ovarense), e de António José Macedo, dirigente sindical das pescas.

Dirigida por Manuela Mourão Correia de Sá, eleita pela CDU na Assembleia de Freguesia de Ovar, e encerrada por Honório Novo, deputado do PCP no Parlamento Europeu, esta iniciativa sobre a Ria de Aveiro teve a presença de cerca de cem pessoas - agricultores, pescadores, dirigentes desportivos -, que encheram por completo o auditório. Entretanto, algumas entidades com responsabilidades na matéria (JAPA, SIMRIA, Câmara Municipal de Ovar, Associação dos Municípios da Ria), apesar de convidadas com antecedência, optaram por não comparecer.

As intervenções dos convidados seguiu-se um debate que, pela sua vivacidade, revelou a forma intensa como as pessoas vivem os problemas da ria e a defesa dos seus interesses, interesses que, segundo Honório Novo, «parecem à partida difíceis de

conciliar, mas que na realidade convergem na medida em que todos dependem da Ria e necessariamente da sua sobrevivência».

Um ponto, porém, mereceu unanimidade: a situação da Ria de Aveiro é crítica e necessita de uma intervenção urgente, sem a qual a Ria tenderá a transformar-se progressivamente num verdadeiro esgoto pantanoso. Mas que não deverá confundir-se, segundo António Romão, «com práticas demagógicas ou manobras eleitoralistas», caso da recente operação de desassoreamento da JAPA na Ria que custou cerca de um milhão de contos e «deixou a generalidade das pessoas incrédulas perante tanta incompetência».

A questão do saneamento básico foi também referida como uma das grandes causas poluidoras da Ria de Aveiro, distrito onde esta componente

está longe de ser uma prioridade do poder autárquico, apesar da sua densidade populacional, cerca de 150 vezes superior à média nacional. Com efeito, de acordo com um estudo elaborado pelo Forum Ambiente em colaboração com o Observatório do Ambiente, das 19 Câmaras do distrito de Aveiro, 13 têm a classificação de *péssimo* (menos de 30 por cento da população servida com drenagem de esgotos) e três a classificação de *mau* (entre 30 e 60 por cento da população servida com drenagem de esgotos).

A solução para a Ria de Aveiro, passando por um amplo estudo científico que tenha em conta as variadíssimas vertentes da Ria e ouça as populações residentes nos seus concelhos limítrofes, ultrapassa, segundo Honório Novo, o âmbito da autarquia local, sendo «um exemplo-tipo onde a regionalização pode funcionar». Com efeito, se por um lado o trabalho de uma autarquia isolada não irá nunca resolver o problema da Ria, a realidade é que acima das câmaras municipais dominam entidades mais ou menos anónimas, povoadas maioritariamente por «boys» sem qualquer tipo de legitimidade democrática, e muitas vezes sem o necessário conhecimento da realidade em questão.

6ª Assembleia dos Ferroviários Reforçar o Partido

Sob o lema «Reforçar o Partido - Defender o Sector Ferroviário», realizou-se no passado dia 27 de Junho, com a participação de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, a 6ª Assembleia de Organização do sector Ferroviário-Barreiro do PCP.

A assembleia, onde estiveram representadas as principais empresas criadas após o desmembramento, aprovou por unanimidade a Resolução Política, após um debate vivo onde foram avançadas e aceites algumas propostas de alteração, umas respeitantes ao Partido - estruturação, recrutamento, quotas, aumento de venda do «Avante!» -, outras aos movimentos unitários, ao seu reforço e das suas estruturas, à sua abertura a trabalhadores novos e prestigiados.

Durante a Assembleia foram ainda discutidos os problemas actuais dos trabalhadores, a necessidade de o Partido intervir mais na sua denúncia e de se afirmar cada vez mais como a grande força de esquerda, com propostas de solução, que mobiliza os trabalha-

dores para a luta contra o desmantelamento da CP e o ataque do Governo aos direitos dos trabalhadores.

A 6ª Assembleia da Organização do Sector Ferroviário-Barreiro elegeu ainda, com uma abstenção, o novo organismo intermédio de direcção do sector e aprovou uma saudação aos trabalhadores ferroviários em luta, valorizando a sua participação e apelando à continuação da mesma, no próximo dia 13 de Julho, face à intransigência do Governo PS e dos Conselhos de Gerência.

Francisco Lopes, que encerrou os trabalhos, centrou a sua intervenção na importância do papel das células do Partido no sector e do reforço da ligação aos trabalhadores, designadamente através das estruturas sindicais ou das Comissões de Trabalhadores. E, depois de referir os principais traços que marcam a política de direita do Governo PS, sublinhou a necessidade de reforçar o Partido, de intensificar a luta e de aumentar a influência social e política dos comunistas, com vista a uma alternativa política de esquerda.

Lei das Finanças Locais Açores quer mais descentralização

A aprovação da nova Lei das Finanças Locais «não encerra a questão do estatuto financeiro das autarquias», diz a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, em nota do passado dia 1 à comunicação social. É que o voto de abstenção do PCP, viabilizando uma lei que não corresponde ao que defende, tem apenas o sentido de não travar medidas que «embora insuficientes» impliquem, contudo, «o aumento das verbas a transferir».

Em articulação com a DORAA, o grupo parlamentar do PCP trabalhou no sentido de garantir que todos os municípios dos Açores recebam em 1999 verbas mais elevadas do que em 98. Designadamente através da proposta do PCP - aplicável a todo o País -, segundo a qual cinco por cento da verba global do Fundo de Gestão Municipal é distribuído por todos os municípios em partes iguais, são à partida compensados os municípios com pouca população e área pequena prejudicados pelos actuais critérios, como é o caso dos Açores.

No quadro das negociações havidas, foi ainda possível acordar um factor de ponderação específico para as Regiões Autónomas, aumentando a capitação média dos fundos transferidos para os municípios dos Açores, em 1999, de 38 para 44,9 contos por habitante.

A DORAA, que nos últimos dias tem mantido «intensos contactos» com a Presidência do Governo Regional no sentido da salvaguarda dos interesses da Região, neste novo quadro legislativo, assegura, por fim, que os objectivos entretanto alcançados não irão impedir o PCP de continuar a trabalhar por uma Lei de Finanças Locais mais descentralizadora.

S. Miguel

Por sua vez, a Comissão de Ilha de São Miguel do PCP manifestou publicamente a sua **total solidariedade** para com a luta dos trabalhadores das Autarquias Locais e a paralisação por estes realizada na passada segunda-feira em defesa dos seus direitos.

Carreiras por revalorizar, regulamentação do subsídio de penosidade e risco, equiparação dos índices-base dos vencimentos com o salário mínimo e definição do subsídio de insularidade são algumas das questões que os trabalhadores querem ver resolvidas, ao mesmo tempo que repudiam as ameaças de privatização que pairam sobre os serviços municipais essenciais.

Saúde Alerta em Aveiro

Apesar da população de Ovar já ter manifestado o seu repúdio pelo eventual encerramento da Maternidade do hospital local, aparecem agora notícias no sentido também do encerramento da Urgência do Hospital de São João da Madeira e da concentração destes serviços em Aveiro e Feira.

Entretanto, as reclamações de utentes e profissionais de saúde do Hospital de Aveiro sobre as más condições de funcionamento da Urgência obrigaram o Conselho de Administração a reconhecer a gravidade da situação e, em Oliveira de Azeméis, como forma de protesto pela degradação das instalações, há dois meses que se encontram demitidos todos os directores deste Hospital. Enquanto isto, continua adiada a abertura do novo Hospital da Feira.

«Demasiados problemas para o silêncio em que se mantém o Ministério da Saúde», diz a Direcção da Organização Regional de Aveiro, que, para minimizar a situação, defende a «clarificação» do modelo de gestão do Hospital da Feira e formas de articulação com os outros equipamentos de saúde, a elaboração de um programa de investimentos para a construção, recuperação e beneficiação dos mesmos e o preenchimento do necessário quadro de pessoal para os vários serviços.

A terminar, o PCP manifesta a sua disponibilidade para «integrar e dinamizar um amplo movimento de debate e acção política pela defesa, humanização e melhoria dos serviços de saúde do distrito de Aveiro.»

Regionalização Avançar sem «tibiezas»

Uma vez desencadeado o processo de regionalização, «não há mais lugar para tibiezas ou hesitações», consideram as Direcções das Organizações de Aveiro, Coimbra e Viseu do PCP.

Em conferência de imprensa realizada na passada quinta-feira, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, e António Salavessa, do Comité Central e da DORAV, afirmaram que, a partir de agora, «ou se é pelo avanço da regionalização, ou se é pela manutenção do centralismo», razão por que apelaram a todos os militantes e simpatizantes para que se empenhem na campanha pelo SIM, congregando no «mesmo esforço de esclarecimento», todos os democratas e apoiantes da regionalização.

Esta é «uma grande oportunidade para concretizar uma importantíssima reforma do Estado», pelo que «quaisquer hesitações em torno de questões menores» só servem objectivamente para reforçar as posições dos seus adversários. Tanto mais que a simultaneidade dos referendos da regionalização e da «construção europeia» pretendida por PS e PSD, a concretizar-se, introduz já «elementos de confusão e estimula o abstencionismo».

No referendo, a questão essencial é decidir se a regionalização deve ou não ser feita em todo o País e para essa questão a resposta é «SIM». Daí que dúvidas ou reservas, mais ou menos justificadas,

que surjam sobre o contorno das Regiões devam, neste momento, ser postas de lado.

Para o PCP, a regionalização é um processo de *organização* (não de *divisão*) do País em Regiões Administrativas, idênticas às autarquias só que de área superior e com competências adequadas à sua dimensão e localização. E entre as «múltiplas e decisivas» vantagens da regionalização, os comunistas destacam a maior democratização do País, com a aproximação dos eleitos às populações; a aproximação também dos serviços públicos às populações; a possibilidade de desenvolvimento das Regiões, de forma coordenada e integrada; a melhor aplicação das medidas de apoio às regiões menos desenvolvidas.

Aos que argumentam contra os contornos da Região da Beira Litoral, lembram que as forças políticas e os deputados que hoje protestam não apresentaram em devido tempo qualquer mapa alternativo na Assembleia da República, tendo o PSD e o CDS/PP levado a sua hipocrisia ao ponto de boicotarem na prática o processo ordinário de consulta às Assembleias Municipais.

A regionalização interessa, porém, de forma «inequívoca» às populações da Beira Litoral, sendo, por isso, essencial «juntar todas as forças dos que querem a regionalização, mobilizar a opinião pública, criar a Região».

Festa popular na Zona Oriental

No passado dia 4 de Julho, realizou-se na mata de Madre de Deus uma festa popular-comício, promovida pela organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP.

Passaram pela festa largas centenas de pessoas que ao longo do dia assistiram e participaram nas mais variadas iniciativas do programa. Foram envolvidas as colectividades da zona na manhã infantil e cultural, o grupo de teatro de Carnide, grupos de crianças dos "11 Unidos e do Real da Picheleira" da freguesia do Beato, e no desporto participaram as colectividades das freguesias do Beato e de Marvila. Depois do almoço, o espectáculo prosseguiu e contou com a presença de Jorge Lomba.

O comício foi ponto alto desta iniciativa, intervindo, entre outros, José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do "Avante!".

Marmeleira inaugura Parque de Merendas

O Parque de Merendas da vila da Marmeleira, no concelho de Rio Maior, foi inaugurado sábado passado. Uma obra que é fruto do trabalho da Junta de Freguesia de maioria CDU, em conjunto com a população e que, em cinco meses de mandato, transformou o que era uma lixeira num aprazível parque.

No programa de inauguração do parque, para além do descerrar de uma placa comemorativa, intervieram os presidentes da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Rio Maior.

Seguiu-se um piquenique com a presença da população.

Da parte da manhã decorreu uma sessão sobre questões de saúde, orientada por técnicos de saúde, militantes do organismo da Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP, que ali se deslocaram expressamente para o efeito e que contou com uma grande adesão da população local.

Espaço aberto à população

"O Encontro Concelhio da CDU e a sua preparação deverão ser um espaço aberto à intervenção da população" – entende a Comissão Concelhia de Alcochete do PCP, ao perspectivar a realização daquela iniciativa para o quarto trimestre do corrente ano.

Reunido na semana passada, o organismo dirigente do PCP em Alcochete aprovou as linhas de força do seu próximo boletim informativo, o qual, sobre matéria autárquica, assume que para os comunistas daquele concelho "não serão (como não estão a ser) de menor interesse ou pertinência as críticas que a gestão CDU possa merecer por parte dos cidadãos, neste ou naquele aspecto".

A Comissão Concelhia valorizou a informação prestada sobre o conjunto de medidas que a Câmara Municipal acaba de aprovar, incentivando e facilitando o contacto e a informação entre os municípios, os serviços e os eleitos, designadamente o atendimento telefónico de sugestões e reclamações, 24 horas sobre 24 horas.

Foi já, aliás, com os olhos postos no Encontro, que se realizou recentemente na Freguesia de São Francisco, de maioria PS, um debate aberto da CDU, de que não quis ficar alheio o Presidente da Junta. Um debate forte, com alguns pontos nos quais o vereador comunista António Luís.

Amares Zona de calamidade

A Assembleia Municipal de Amares aprovou, na passada sexta-feira, uma Moção a solicitar ao Ministério da Agricultura uma Declaração de Zona de Calamidade para o concelho de Amares.

A moção, apresentada pela CDU, foi aprovada por unanimidade, tendo em conta as más condições climatéricas, adversas à produção agrícola, designadamente de vinho e frutas.

Os produtores agrícolas de Amares enfrentam grandes prejuízos com a perspectiva da fraquíssima colheita de vinha, hoje principal fonte de riqueza agrícola no concelho, e as grandes quebras na colheita de fruta já verificadas.

A declaração da zona de calamidade pelo Governo é questão fundamental para que possa haver cobertura do seguro agrícola que é subsidiado pelo Estado.

Jornada na serra da Lousã

Por iniciativa da Comissão Coordenadora da CDU na Lousã, realizou-se sábado passado uma Jornada na serra aberta à participação de todos os interessados.

Para além do passeio e do convívio, a iniciativa teve em vista proporcionar uma reflexão e debate sobre as medidas necessárias para a salvaguarda e valorização da serra da Lousã. Nesse sentido, foram convidados diversos especialistas em temas como o ambiente, o património cultural, promoção e defesa das áreas florestais, turismo e desenvolvimento, tradições comunitárias e baldios.

O passeio incluiu uma visita à aldeia do Candal e ao antigo lagar de azeite, com passagem pelas aldeias de Vaqueirinho e Catarredor, até ao Talasnal.

O voto SIM dos jovens

"O nível de abstenção nas camadas jovens foi inferior à taxa geral e o voto dos jovens portugueses foi direccionado preferencialmente para o SIM" – esta uma das conclusões em destaque na análise a que a Direcção Nacional da JCP procedeu, dos resultados do referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Em documento divulgado à imprensa no passado dia 4 de Julho, os jovens comunistas consideram que:

- "A diferença de 50 mil votos entre o SIM e o NÃO, tendo em conta a enorme taxa de abstenção, não é nem pode ser conclusiva", pelo que a

Assembleia da República deveria assumir as suas responsabilidades nesta área.

- "A vitória tangencial do NÃO significa a continuação do flagelo do aborto clandestino", sendo as grandes prejudicadas as mulheres portuguesas.
- A não participação de

cerca de 70% da população portuguesa tem como responsáveis – o PS e PSD por terem utilizado este referendo como moeda de troca em políticas partidárias, o PS em particular pela falta de empenhamento e o Governo, por não ter utilizado os meios ao seu alcance para informar da importância do referendo e mobilizar a população.

- O secretário-geral da JS "deve ser responsabilizado por ter sido o primeiro, em declarações públicas, a colocar a hipótese de enviar para a gaveta a resolução deste pro-

blema minutos após o conhecimento dos resultados que dava à Assembleia da República toda a legitimidade para decidir".

- A campanha desenvolvida pelos defensores do NÃO "foi carregada de inverdades científicas, demagogia, incoerência e sobretudo de crueldade ao apelidar de assassinas todas as mulheres que, pelas mais variadas razões, recorreram ao aborto clandestino ou possam vir a recorrer".

Neste quadro, a Direcção Nacional da JCP saúda todos os jovens que participaram na campanha pelo SIM e afirma a sua determinação em continuar a luta pela despenalização da IVG. E sublinha: "Se, por um lado, os resultados do referendo não são positivos, por outro, no campo de batalha das ideias, já o mesmo não se pode dizer. É com agrado que registamos hoje o consenso na defesa da necessidade da Educação Sexual nas escolas e na implementação do sistema de planeamento familiar para todos os jovens. Exigências que, para a JCP, já contam com dezenas de anos."

JCP solidária com Timor-Leste

A Direcção Nacional da JCP tomou uma vez mais posição de apoio à luta do povo timorense.

Manifestando particular preocupação com a actual situação em Timor Leste, os jovens comunistas condenam "a brutalidade usada nos últimos dias pelo exército indonésio para reprimir o povo que nas ruas exigia a autodeterminação".

A JCP saúda "a ampla participação popular

nessas acções e uma vez mais reafirma a sua solidariedade para com a luta do povo e da juventude de Timor pela autodeterminação e independência".

"No seguimento da deslocação dos embaixadores da troika comunitária ao território é neste ainda mais exigível que a União Europeia assumisse um papel determinante na pressão junto das autoridades ocupantes indonésias para a rápida resolução do problema", conclui a JCP.

Festa e luta no 20.º aniversário do MURPI

Cerca de três mil pessoas participaram no piquenique, realizado em Montachique, com que foi assinalado o 20º aniversário do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos – MURPI.

Uma grande iniciativa de festa e luta, que envolveu a participação de ranchos folclóricos e grupos corais de todo o país e incluiu ainda uma sessão solene com intervenções de Felicidade Montoito, presidente da Direcção da Confederação Nacional/MURPI; um representante do Centro Regional de Segurança Social; Maria Carmo Tavares, da CGTP; um representante da Câmara Municipal de Loures.

O MURPI nasceu em 27 de Maio de 1978, numa Conferência Nacional realizada em Lisboa. Uma estrutura que surge da necessidade sentida de traduzir num movimento colectivo os centros de convívio, as associações e comissões de reformados, que se foram desenvolvendo no pós-25 de Abril.

Um ano depois, a 17 de Novembro de 1979, o MURPI realizou um Encontro Nacional para Estudo e Análise de Soluções para os Problemas dos Idosos e Inválidos. Neste Encontro foram analisadas questões como a Segurança Social, doenças profissionais e acidentes de trabalho, o apoio social aos reformados e idosos, saúde e prevenção. As suas conclusões serviram de base às reivindicações entretanto avançadas pelo MURPI.

O lema deste Encontro – "Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da Vida" – foi adoptado pelo MURPI.

Em 1994, o Movimento transformou-se em Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos / MURPI.

Ao longo de todos estes anos têm sido numerosas as iniciativas, desde conferências nacionais a manifestações e concentrações,

marchas da fome contra as pensões de miséria, de par de iniciativas de carácter cultural e lúdico.

Em 27 de Setembro de 1997, realizou-se uma iniciativa inédita no nosso país – o 1º Parlamento Nacional do Idoso, que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República.

Carta Reivindicativa

Prosseguindo a luta destes vinte anos, a Carta Reivindicativa do MURPI para 1999, "sem abdicar de outras medidas contidas no

seu Caderno Reivindicativo de 1997/1999, no que respeita: à Saúde e Medicamentos; Apoios Sociais; Habitação e Rendimentos de Casa; Direitos, Liberdades e Garantias", reivindica um aumento intercalar, a partir deste mês de Julho, "para todas as pensões da Segurança Social, qualquer que seja o seu regime: 3500\$00/mês".

As razões desta exigência fundamental – "a esmagadora maioria dos reformados, pensionistas e idosos são forçados a viver com pensões de extrema pobreza, profundamente degradadas, mesmo abaixo do mínimo de subsistência". A maioria esmagadora dos pensionistas afectos à Segurança Social recebem pensões que não

ultrapassam o salário mínimo nacional.

A Carta denuncia que "nestes 3 anos de governação dita socialista foi atribuída, para o aumento das pensões, uma verba da ordem dos 180 milhões de contos (média de 60 milhões de contos/ano). Em contrapartida e no mesmo período, o governo actual concedeu aos grandes capitalistas mais de 600 milhões de contos em benefícios fiscais (no IRC, nas operações financeiras especulativas e nos milhões da Bolsa isentos de impostos)".

A VOZ DOS REFORMADOS
JORNAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS/MURPI

MURPI COMEMORA 20º ANIVERSÁRIO

PIQUENICÃO EM MONTACHIQUE

No dia 27 de Junho, a Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos/MURPI realiza um piquenício no Parque de Montachique comemorativo dos 20 anos da sua fundação

Ver Programa na pág. 6

Entrevista com Amadeu Rodrigues

NACIONAL

Agricultores exigem uma outra política

“Mais um ano trágico para uma agricultura há muito descapitalizada e endividada.” É este o balanço que a Confederação Nacional da Agricultura-CNA faz de um ano marcado por intempéries, sem que se perfilam no horizonte, quer os necessários apoios públicos aos agricultores quer uma política que corresponda aos interesses da agricultura nacional e dos que trabalham a terra. Pelo contrário.

Em documento divulgado em conferência de imprensa realizada a semana passada, a CNA comenta a reunião entre os ministros da Agricultura e a Comissão Europeia. Uma reunião em que estiveram em

debate, “a retalho e desligadas da Reforma Global”, algumas questões que dizem respeito aos agricultores portugueses – em particular as políticas relativas à produção de azeite e de vinho.

“O tão falado Plano Oleícola Nacional, que aponta para uma produção nacional de 12 000 toneladas de azeite, acabou por se ver reduzido a uma quota nacional de 50 000 toneladas, na prática um aumento de apenas 6000 toneladas relativamente às 44 000 que já estavam garantidas” – comenta a CNA.

Um aumento que, por acréscimo, “não foi nenhuma vitória”, mas sim por troca com a descida na ajuda à produção, numa média de 5%. Uma descida que terá reflexos de 2,6% nos maiores produtores e

10,6% nos pequenos produtores que, no nosso país, representavam, o ano passado, 90% do total que recebem ajudas neste sector.

Em relação ao vinho, “um sector importantíssimo para Portugal e em que a própria Comissão reconhece um aumento de consumo nos últimos anos e que o nível actual do potencial produtivo responde à procura global (em dez anos diminuiu a área vitícola da U.E. em 600.000 hectares e a produção em 40 milhões de hectolitros), propõe a Comissão novas estratégias, já a antecipar-se aos efeitos do alargamento”, sublinha o documento.

Medidas que passam, nomeadamente, pela proibição de novas plantações, uma reconversão varietal que iria atingir a Região de Lisboa e Vale do Tejo com “graves penalizações numa cultura com a tradição e importância económica e social como é a Vinha no Ribatejo e Oeste”, um prémio ao abandono, prevendo a Comissão uma área de 5.000 hectares por ano a arrancar durante 5 anos.

Também o congelamento ou mesmo descida dos preços para a próxima campanha é referido pela CNA como factor de agravamento do rendimento dos agricultores. “O simples congelamento, que se tem verificado há vários anos representa, já por si, uma diminuição dos rendimentos por simples efeito da inflação”, alerta o documento.

A marca das intempéries

Num breve balanço das culturas este ano atingidas pelas intempéries, a CNA refere, entre outras, a reduzida área semeada com cereais de Outono/Inverno e as sementeiras de Primavera/Verão, “que nalguns casos tiveram de ser feitas três vezes”, a cereja, as frutas na Beira Interior, Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste, a vinha, o olival, as hortícolas, o tomate no Ribatejo Oeste e Alentejo.

Uma situação a exigir medidas adequadas “no sentido de que os agricultores sejam justamente indemnizados dos prejuízos sofridos”.

A CNA sublinha que, só por si, o Fundo de Calamidades não resolverá todas as situações e lembra que “o ano passado, tendo ficado de fora muitas dezenas de milhares de agricultores (e a CNA apresentou uma proposta concreta, exequível e válida que não foi implementada), os 6.728 agricultores que o governo considerou enquadráveis, recebem apenas 4,5 milhões de contos de um prejuízo avaliado pelo próprio IFADAP em 10,4 milhões de contos”.

Madeira Economia em debate

“A Economia da Madeira: que futuro?” foi tema de um encontro promovido pela CDU, no passado dia 4, no Funchal, que contou com a participação do deputado comunista Octávio Teixeira.

Uma iniciativa que se integra no projecto político da CDU/Madeira, “Nova Política, Novo desenvolvimento”, que visa a definição de outras prioridades para o desenvolvimento, a vários níveis, da Região Autónoma da Madeira, através da apresentação de novas orientações e de novas propostas.

Tendo por base a perspectiva actual do turismo como mola impulsora da economia da Região, a CDU defende a diversificação e potencialização de todo um conjunto de actividades económicas complementares à actividade turística. A actividade turística surge assim – não como uma actividade isolada, uma monocultura económica – mas como uma área que se enquadra num vasto conjunto de actividades e serviços, nomeadamente a agricultura e o artesanato, que poderiam ser revitalizados se fosse posto em prática um melhor aproveitamento dos recursos.

No encontro foi sublinhada, como indiscutível, a condição de um efectivo desenvolvimento económico não poder pôr em risco os direitos e regalias sociais de quem trabalha.

Rede de Cidades Periféricas

Realizou-se, terça-feira passada, em Loures, um encontro da Rede de Cidades Periféricas – Edge Cities Network (ECN), que reúne os municípios periféricos de Nacka (Estocolmo), Fingal (Dublin), Kifissia (Atenas), Marne la Vallée (Paris), North Down Borough (Belfast), Gefate (Madrid), Espoo (Helsínquia), Croydon (Londres) e Loures. A ECN – rede constituída por municípios localizados na periferia de capitais europeias – tem como objectivo definir estratégias e acções que incentivem e promovam o desenvolvimento económico de uma forma sustentada, nomeadamente através da cooperação entre as diferentes regiões envolvidas na rede.

No encontro de Loures, em que o presidente do município português assumiu a presidência da ECN, foi apresentado o balanço do trabalho dos parceiros da rede, nomeadamente em relação à candidatura apresentada ao Programa Comunitário Recite II, que deverá ser aprovado pela União Europeia em Setembro.

Este projecto tem como objectivos centrais o desenvolvimento do potencial local específico para efeitos de criação de postos de trabalho e a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas (PME's), nomeadamente na melhoria das condições de acesso ao mercado europeu.

Lisboa solidária com povo guineense

A Assembleia Metropolitana de Lisboa aprovou uma Moção na qual se faz apelo às populações da região para o apoio solidário aos deslocados guineenses e se manifesta a esperança de uma rápida solução dos problemas existentes.

A Assembleia Metropolitana sublinha a necessidade de que “os prejuízos humanos e sociais possam ser rapidamente sustidos” e que os limitados recursos da população guineense “possam conhecer uma aplicação dirigida para o seu bem-estar e não para conflitos”.

A Moção manifesta a esperança numa “solução rápida, adequada e honrosa” e que dos processos em curso “não resultem fracções irreversíveis na unidade política do povo da Guiné-Bissau”.

Porto Capital Europeia da Cultura

O anúncio de uma solução organizativa e do respectivo coordenador para preparar o Porto Capital Europeia da Cultura no ano 2001, feita à revelia do executivo municipal, é frontalmente condenado pela vereadora da CDU, Ilda Figueiredo.

Em nota à comunicação social, a vereadora sublinha – “quando se impunha uma máxima representatividade e envolvimento da cidade e dos seus eleitos na preparação deste importante evento, é mau começo um anúncio e uma escolha que não foram objecto de qualquer debate no órgão fundamental da cidade, a Câmara Municipal”.

Entretanto, a proposta apresentada em 9 de Junho por Ilda Figueiredo, sobre a criação de uma Comissão Municipal de Cultura, ainda não foi agendada.

Esta Comissão deveria envolver representantes de grupos, comunidades, associações e instituições da cidade, de par de artistas e criadores e de representantes dos partidos políticos com expressão na Câmara e Assembleia Municipal.

Teria como principais objectivos: debater estratégias de intervenção para a dinamização cultural do Porto, dar pareceres sobre os planos de intervenção cultural a realizar e dinamizar práticas de envolvimento da cidade na concretização dos planos de intervenção e dinamização cultural.



O vinho é um dos sectores particularmente afectado pelas políticas comunitárias

Baldios em debate em Viseu e no Gerês

No passado dia 5 de Julho, em Viseu, 350 compartes dos baldios discutiram, num Encontro Distrital organizado pelo Secretariado dos Baldios, problemas e experiências do exercício diário da administração democrática destes bens comunitários.

Um debate particularmente pertinente num momento em que o governo anuncia a criação de uma empresa pública para gerir matas públicas e comunitárias e se fala de um plano para desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa.

Este, aliás, um dos temas mais insistentemente tratados neste encontro. Os compartes temem que esta possa vir a ser a forma velada e subtil de tentar de novo a privatização dos seus baldios e reafirmaram a sua determinação em prosseguir, se necessário, a luta secular em defesa da sua propriedade comunitária.

O encontro foi palco de divulgação de exemplos múltiplos da obra realizada – no plano económico, social e cultural – em centenas de comunidades, fruto desta forma de administração. Referidas foram também as dificuldades passadas e presentes que os compartes defrontam para conseguirem romper os boicotes, os atropelos, as ingerências, a usurpação, a falta de apoio por parte de muitas

Juntas de Freguesia e dos próprios Serviços Florestais.

Os compartes aprovaram, por unanimidade, uma Resolução, de que daremos notícia alargada no próximo “Avante!”.

ACEB reúne no Gerês

“Baldios, passado (...) e que futuro?” foi o tema do primeiro Seminário organizado pela ACEB e que decorreu, dia 27 de Junho, no Centro de Animação Termal da Vila do Gerês.

A ACEB, Associação para a Cooperação Entre Baldios, é uma organização de âmbito regional, abrangendo os distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo. Tem como principal objectivo a promoção, defesa e desenvolvimento das áreas baldias, através do apoio aos Conselhos Directivos, Assembleias de Compartes e populações, na administração dos baldios que lhes pertencem.

Esta iniciativa permitiu um significativo encontro de opiniões e experiências. Entre os temas em debate – a história dos baldios, legislação e políticas nacionais e comunitárias; as potencialidades dos baldios, nomeadamente como motor de associativismo; formas de gestão e experiências concretas.

Mineiros russos bloqueiam transiberiano

Os mineiros russos do carvão voltaram a bloquear a linha transiberiana, em protesto contra a ameaça de encerramento de uma série de minas consideradas não rentáveis. A jornada de luta começou em Anzhero-Súdzhens, cidade mineira da província de Kémerovo, com os trabalhadores a reivindicarem medidas económicas para a região e a demissão do presidente Boris Yeltsin. Já em Maio último os mineiros saíram à rua exigindo o pagamento dos vários meses de salário em atraso. Na altura, o país ficou praticamente dividido em dois, com inúmeras empresas à beira da paralisação por falta de matéria-prima, o que forçou o governo a adoptar uma série de medidas de urgência, tendo então firmado um protocolo com os trabalhadores em que se estabelecia um calendário para o pagamento dos salários em dívida.

Fim do embargo de armas à Serra Leoa

O Conselho de Segurança da ONU decidiu na sexta-feira, por unanimidade, pôr termo ao embargo de armas e material imposto à Serra Leoa em Outubro como forma de pressão sobre a Junta Militar que em Maio de 1997 derrubou o governo do presidente Ahmed Tejan Kabbah. A resolução de levantamento do embargo destaca os esforços do actual governo da Serra Leoa para restabelecer a paz, a segurança, uma administração eficaz e o processo democrático, e promover a reconciliação nacional.

Oficiais indonésios em tribunal militar

Começou esta semana, em Jacarta, o julgamento dos dois oficiais da polícia indonésia acusados de terem disparado sobre estudantes em 12 de Maio nas manifestações que levaram à demissão do presidente Suharto. Os dois oficiais presentes ao tribunal militar - tenente Agus Tri Hayanto, de 28 anos, e tenente Pariyo, de 38 - são acusados de terem violado as ordens recebidas ao abrirem fogo sobre uma manifestação de estudantes na Universidade de Trisakti. Do tiroteio resultaram vários mortos - quatro, segundo fontes policiais, e seis segundo fontes universitárias.

Kosovo

Jogos de guerra em nome da paz

Na sequência do recente encontro em Moscovo entre o Presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, e o Presidente russo, Boris Yeltsin, uma missão diplomática de embaixadores do chamado 'Grupo de Contacto' (que vigia a paz na ex-Jugoslávia) chegou segunda-feira ao Kosovo em «missão de paz».

A visita ocorre num momento em que parece existir total coincidência entre os EUA e a Rússia na vontade de encontrar uma solução pacífica para a crise no Kosovo.

No entanto, se é um facto que o novo embaixador norte-americano junto da ONU, Richard Holbrooke, e o vice-ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Nikolái Afanasiévski, se mostraram em completa sintonia após o encontro de domingo que ambos tiveram com o presidente da Liga Democrática do Kosovo (LDK), Ibrahim Rugova, em Pristina, não é menos verdade que as recentes declarações do porta-voz do «Exército de Libertação do Kosovo (ELK), Jacup Krasniqi, ao semanário alemão *Der Spiegel*, revelam uma crescente intransigência e um aparente divórcio entre as duas organizações kosovares.

«Não devemos nem vamos colocar-nos sob o comando de Rugova», afirma Jacup Krasniqi na entrevista publicada segunda-feira no *Der Spiegel*, sublinhando que a Liga Democrática do Kosovo «só teve desaires nos últimos 10 anos».

«Rugova cometeu demasiados erros», diz Krasniqi, que não hesita mesmo em garantir

que «neste momento não é Rugova que decide sobre o Kosovo, é o Exército de Liber-

sentante autorizado do movimento» e que o «encontro foi uma tentativa de Rugova de apresentar aos americanos um militante do ELK fiel à LDK». O outro emissário norte-americano nos balcãs, Richard Holbrooke, também não «falou com os representantes competentes do ELK», segundo Krasniqi.

reunificação de todos os albaneses nos balcãs», pois «quer mais do que a independência».

Quem paga as contas?

A gravidade destas declarações é tanto maior quanto se

kus Ederer, o governo alemão advertiu o «governo no exílio» dos kosovares, instalado em Bona, contra a compra de armas por parte do Exército de Libertação do Kosovo com os donativos financeiros que recebe da Alemanha.

Uma utilização das verbas na compra de armas seria inaceitável, sublinhou Ederer, afirmando que esta posição foi notificada tanto a Bujar Bukoshi, chefe do «governo» no exílio, como a Ibrahim Rugova, o dirigente dos albaneses do Kosovo.

Bona reconhece, no entanto não dispor de quaisquer meios para controlar uma eventual mafia de albaneses do Kosovo na Alemanha ou a sua participação nas fileiras do ELK. Enquanto isso, um colaborador de Bukoshi reconheceu que o «governo no exílio» reclamava aos albaneses de todo o mundo uma contribuição equivalente a 3 por cento dos seus rendimentos.

O dinheiro - garantiu - é transferido para um «fundo da República do Kosovo» que só é destinado a fins humanitários e em nenhum caso a compras de armas. As autoridades alemãs reconheceram-lhe utilidade pública, acrescentou. Vivem na Alemanha cerca de 400 mil kosovares.

Sendo certo que o «Exército de Libertação do Kosovo» dispõe de um crescente poder militar, a questão que se coloca é a de saber quem está a financiar a guerra contra Belgrado.



tação», já que «fala a única linguagem que o poder sérvio compreende: a violência».

Segundo aquele porta-voz (designado pelo movimento a 12 de Junho), o responsável do ELK que se encontrou no final de Junho com o emissário norte-americano Robert Gelbard, «não era um repre-

Krasniqi afirma ainda que, em caso de uma intervenção da NATO na província, o seu movimento não se colocaria sob a sua protecção, «a não ser que a Aliança garanta a nossa vitória e a nossa liberdade».

Explicitando os objectivos do movimento, Krasniqi garante que o ELK deseja «a

sabe que já nem a Alemanha, desde a primeira hora apoiante da Liga Democrática do Kosovo, consegue iludir as suspeitas de que os donativos financeiros que fornece à Liga estão a servir para a compra de armas.

Segundo informou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mar-

Cuba

A globalização em debate

O Presidente cubano, Fidel Castro, exortou os economistas da América Latina e das Caraíbas a reflectirem e a apresentarem respostas às importantes questões da actualidade: Existe ou não globalização? Trata-se de um processo irreversível? A globalização constitui uma lei da História, do desenvolvimento da humanidade? Que tipo de globalização vamos ter? Pode conceber-se o futuro do mundo sem a globalização da solidariedade?

O desafio de Fidel foi feito na sessão inaugural do encontro internacional «Economia 98», convocado pela Associação de Economistas da América Latina e das Caraíbas (AEALC), e a decorrer em Havana até à próxima sexta-feira.

Roberto Verrier, presidente da AEALC e da Associação de Economistas de Cuba, deu as boas-vindas aos participantes do encontro identificando o objectivo do evento com o mais legítimo sonho da humanidade, neste fim de século marcado pelo desespero e governado pela globalização, por um pragmatismo que se orgulha de ter derrotado a utopia, o que está longe de corresponder à verdade.

Verrier situou os economistas cubanos na «vanguarda das transformações (internas), não do ponto

de vista da vigilância tecnocrata, que ignora os custos sociais em prol da eficácia, mas na perspectiva da angustiante busca do investigador comprometido com o destino do seu povo com quem partilha necessidade e sonhos».

A abertura do debate propriamente dito esteve a cargo de Osvaldo Martínez, deputado e director do Centro de Investigações da Economia Mundial. Martínez começou por definir duas interpretações dominantes sobre a globalização: uma que radica no seu condicionalismo histórico, e outra que ganha o apelido de neoliberal, penetra no mundo da manipulação ideológica com um discurso fundamentalistas e estrutura um pensamento único, cuja validade parece ser a que respeita às condições vitais para o mercado: privatização, abertura ao capital transnacional, redução do Estado a mero guardião da ordem, equilíbrio financeiro e estabilidade de preços.

Fracasso económico, êxito ideológico, desastre social

O neoliberalismo - disse - é um fracasso económico, um êxito ideológico e um desastre social.

No que toca a este último aspecto, recordou que 41 por cento da população em idade activa está desempregada, subempregada ou com trabalho precário. Cerca de 300 milhões de pessoas dependem do mercado de trabalho paralelo, sem direito a reforma, segurança social e outros direitos laborais.

Um em cada 10 habitantes dos países desenvolvidos está sem trabalho, o que representa cerca de 30 milhões de pessoas, e pelo menos 80 milhões de crianças são usados como força de trabalho, o que em alguns países equivale a 25 por cento dos menores de 15 anos.

Referindo-se ao êxito ideológico do neoliberalismo, Osvaldo Martínez sublinhou como se impôs em grande escala o pensamento único, com os algozes a enganarem as vítimas e impondo-lhes os seus modelos de consumo. A referida concepção, referiu, apresenta a ruptura do equilíbrio entre o Estado e o mercado, aponta o primeiro como corrupto e inoperante, e destaca o segundo como símbolo da eficácia e da estabilidade, gerando a convicção de que não existe outra alternativa a não ser a resignação.

Os economistas - disse o deputado - não podem ficar indiferentes face à deformação neoliberal da globalização, face ao empobrecimento da ciência económica.

Irlanda

A paz ameaçada

O incêndio de uma série de igrejas católicas, primeiro, e as marchas orangistas, depois, lançaram de novo a Irlanda do Norte em violentos confrontos, confirmando como continua frágil a paz alcançada e como permanecem abertas as feridas geradas em décadas de ocupação britânica.

No início da semana, cerca de mil dos 5000 membros da Ordem de Orange que domingo participaram na parada de Drumcree assentaram arraiais para uma longa vigília frente a 2000 polícias e soldados que os impedem de continuar a marcha. O ar pacífico, e até mesmo festivo, do acampamento, em que participam famílias inteiras, não diminui em nada a gravidade das violentas manifestações de protestantes registadas na noite de domingo, em reacção à decisão da Comissão de Paradas (independente) em não autorizar os orangistas a regressar à sede na cidade de Portadown atravessando os bairros católicos. Todas as informações são unânimes em considerar que estes distúrbios foram os piores que ocorreram no Ulster desde o acordo de Sexta-Feira Santa, e podem pôr em perigo o processo de paz.

Em Belfast, a polícia foi ata-

cada com bombas incendiárias, numerosos veículos foram incendiados e os manifestantes bloquearam com fogueiras e barricadas várias ruas. Idênticas manifestações ocorreram noutras cidades norte-irlandesas e a polícia foi também atacada em Lisburn.

Os protestantes lealistas consideram-se traídos pelo governo britânico de Tony Blair, que sancionou a proibição dos percursos, e falam abertamente de 'rendição' ao republicanismo do Sinn Féin. Cada vez mais pressionado está também o novo primeiro-ministro do Ulster, David Trimble, que enfrenta uma rebelião interna no Partido Unionista do Ulster (UUP) e a ofensiva das forças protestantes lideradas pelo extremista Ian Paisley, pelo seu apoio ao processo de paz. Ao contrário, no entanto, do que chegou a ser anunciado, Trimble não ameaçou demitir-se caso os

orangistas não sejam autorizados a percorrerem a rota tradicional das marchas. «Não fiz tal ameaça», disse, mas alertou que se não se encontrar uma saída para o impasse, «podem estar em perigo todos os progressos alcançados no domínio político».

Verão escaldante

Já se sabia que o Verão ia ser uma prova difícil. As cerca de 300 marchas que tradicionalmente se realizam nesta época para comemorar a vitória de Guilherme de Orange sobre o rei católico James II na batalha de Boyne, em 1690, sempre deixaram atrás de si um rasto de destruição e morte. O que se percebe mal é que um evento com mais de trezentos anos continue a servir de pretexto para aprofundar as divergências entre duas comunidades 'condenadas', para a sua própria sobrevivência, a viver em conjunto.

Na verdade, o que é suposto ser uma festa para os orangistas (protestantes), sempre foi para os católicos uma provocação, tanto mais que os percursos das

marchas, pôr 'tradição', não dispõem a travessia dos bairros católicos. Mas seria de esperar que, uma vez chegados tão longe no complexo processo de paz - que teve no referendo de Maio e nas primeiras eleições locais de 25 de Junho a confirmação da vontade popular em pôr fim à guerra civil -, ambas as partes se empenhassem em afastar do caminho tudo o que de algum modo possa contribuir para acirrar os ânimos. Não é o que se verifica, seja por incapacidade ou por falta de vontade das duas comunidades seja porque de ambos os lados haja quem esteja apostado em fazer abortar o processo de paz, não hesitando em manobrar a população para atingir os seus intentos.

Importa não esquecer que o que está em causa é muito mais do que uma questão religiosa, embora esta sirva às mil maravilhas para escamotear o cerne da questão. O que está em causa é a dominação política e económica, é o poder que ao longo de décadas os defensores do domínio britânico sempre detiveram na sociedade do Ulster, sacrificando, discriminando e perseguindo os independentistas.

Rússia

A receita do FMI

O governo russo, a braços com uma profunda crise económica, decidiu aplicar as receitas draconianas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional. No início do mês, o primeiro-ministro Serguei Kirienko apresentou à Câmara Baixa do Parlamento, Duma, um conjunto de 21 leis que pretende ser um plano de «rigor orçamental».

Entre as medidas preconizadas só não suscitam controvérsia as respeitantes à redução da carga fiscal sobre as empresas: os deputados dizem-se prontos a aprovar a diminuição das tarifas de gás e electricidade, em qualquer coisa como 50 por cento.

As medidas drásticas para redução do consumo público foram recebidas com menos entusiasmo. Preocupados com a renovação dos seus mandatos em Dezembro do próximo ano, os deputados encaram com mesquinha preocupação a tomada de decisões impopulares.

O projecto de orçamento prevê uma redução de 6,7 mil milhões de dólares nas despesas públicas e um aumento de 3,2 mil milhões de dólares nas receitas do Estado, provenientes sobretudo de novos impostos.

Não é, no entanto, de prever nenhuma tempestade política. A exemplo do que sucedeu em casos anteriores, os protestos contra o que Guennadi Ziouganov, presidente do Partido Comunista da Federação da Rússia, apelidou de «plano de falência» do primeiro-ministro, devem redundar em aprovação do plano de austeridade. A confiança do FMI neste resultado é tanta que desbloqueou há dias 670 milhões de dólares do empréstimo de 10,2 mil milhões de dólares concedido a Moscovo.

O presidente russo pediu a sua adopção do plano até 16 de Julho, fim da sessão parlamentar.

Segundo fontes militares, um total de 18 membros das forças de segurança indonésia, entre os quais nove oficiais, deverão ser julgados por envolvimento no tiroteio de 12 de Maio, a que se seguiu uma onda de violência em que foram mortas 1.188 pessoas, de acordo com a Organização dos Direitos Humanos indonésia.

Protestos na Argélia

Milhares de pessoas têm vindo a manifestar-se quase diariamente em Tizi Ouzou, na Cabília, leste da Argélia, em resposta a um apelo dos estudantes para «prolongar a luta de Matoub», cantor berbere assassinado segunda-feira da semana passada. O assassinio de Lounès Matoub foi reivindicado por um chefe dissidente do Grupo Islâmico Armado (GIA). Desde a morte do cantor, a Cabília tornou-se palco de manifestações e de motins que se estenderam a diversas outras localidades. Em entrevista ao diário francês "Le Figaro", Hocine Ait Ahmed, dirigente da Frente das Forças Socialistas (FFS), interroga-se se não se estará, com a entrada em vigor (domingo último) da lei da arabização, «a provocar e a tentar acabar com um dos bastiões da democracia e da paz». Para o dirigente da FFS, a língua árabe não foi promovida como devia e «em vez de se fazer um balanço, de se abrir ao mundo considerando que a língua francesa é uma importante aquisição e que mais vale promover a diversificação linguística para entrar na modernidade, fez-se uma fuga para a frente».

«Euro-11» reúne em Bruxelas

O «Euro-11», órgão informal de controlo político da união monetária, iniciou segunda-feira em Bruxelas a análise dos projectos de orçamentos nacionais para 1999 dos países participantes da futura moeda única. O objectivo da reunião, em que têm assento os ministros das Finanças do primeiro grupo de 11 países participantes no euro, é evitar a tempo derrapagens orçamentais, já que as respectivas contas públicas não podem apresentar défices superiores a três por cento dos respectivos produtos internos brutos. Para além de examinar a execução dos orçamentos do ano em curso, o encontro serviu para discutir a preparação dos «planos de estabilidade» orçamental que cada um dos 11 países do euro deverá apresentar em Bruxelas até ao final do ano.

Alemanha

Kohl contra-ataca

O chanceler alemão Helmut Kohl prepara-se para as eleições de 27 de Setembro jogando forte no domínio que mais preocupa o eleitorado - a situação económica. Segundo Kohl, até ao final do ano o PIB deve crescer cerca de três por cento e o desemprego deverá diminuir.

O candidato social-democrata Gerhard Schröder tem motivos para se preocupar. Apesar das sondagens continuarem a revelar que muitos eleitores estão indecisos quanto ao seu sentido de voto, o veterano Helmut Kohl afirma-se cada vez mais confiante de que voltará a ser reeleito. O terreno de batalha começou segunda-feira a ser preparado e o interregno das férias não chegará para arrefecer os ânimos do político que se gaba de perder as sondagens e ganhar as eleições.

Kohl veio esta semana a público esgrimir uma arma poderosa: a alegada recuperação económica da Alemanha.

«A economia alemã está em plena expansão», anunciou Kohl, prometendo aos seus compatriotas que quando voltarem de férias «se vão dar conta de que o panorama político que os social-democratas estão a apresentar não é o correcto». «Se conseguimos diminuir o

desemprego para menos de quatro milhões de pessoas e ao mesmo tempo criarmos um milhão de postos de trabalho, o resultado é positivo», afirma o chanceler.

O «calcanhar de Aquiles» de Kohl continua a ser o Leste da Alemanha, onde a crise económica e o desemprego fizeram esquecer há muito os sonhos acalentados com a reunificação.

Segundo dados do Instituto de Investigação de Mercado de Leipzig, citados pelo «El País», se as eleições se realizassem agora, no Leste o SPD obteria 50 por cento dos votos e a CDU 22 por cento, seguidos pelos ex-comunistas do PDS com 17 por cento, ficando a extrema-direita da DVU e os liberais da FDP abaixo dos cinco por cento.

A última sondagem do *Bild Zeitung*, por seu turno, indica que 44 por cento dos alemães votaria no SPD, 35 por cento na CDU, seguidos pelos Verdes (sete por cento) e liberais (cinco por cento).

Uma outra sondagem do Instituto de Allensbach revela, no entanto, que 76 por cento dos eleitores continua indeciso. Esse é o alvo escolhido por Kohl. Depois das férias, a batalha promete ser renhida.

Senegal

Novo primeiro-ministro contestado

A decisão do presidente do Senegal, Abdou Diouf, de nomear Mamadou Lamine Loum para novo primeiro-ministro está a provocar fortes desconfianças no país.

As principais reacções à remodelação governamental levada a cabo na sexta-feira vêm do sector sindical, cujos dirigentes consideram que Loum «não terá grande papel a jogar, porque quem terá plenos poderes será Ousmane Tanor Dieng», ministro de Estado para os assuntos presidenciais, pasta considerada internamente como uma segunda presidência do Estado.

Segundo informações divulgadas pela Lusa, Iba Ndiaye, secretário-geral do Sindicato Único e Democrático dos Professores do Senegal (SUDES) considera que

«com Mamadou Lamine Loum, o posto de primeiro-ministro não terá qualquer utilidade e apenas servirá para gastar dinheiro do orçamento de Estado». Para o dirigente sindicalista, pouco há a esperar do novo chefe do executivo, no plano social, por ter sido ele até agora «o responsável por todos os bloqueamentos das negociações com os sindicatos».

Idêntica opinião é expressa no jornal «Sud-Quotidian», para quem o antigo ministro da Economia e Finanças será «um simples executor de ordens» de Abdou Diouf, para além de já ser um «homem de mão» de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o FMI.

Também o secretário-geral da União Democrática dos Sindicatos de Professo-

res do Senegal, Diop Castro, é de opinião de que Loum, que «foi um ministro sem coração», será agora «um primeiro-ministro cruel», ao serviço dos doadores internacionais e, especialmente, do Banco Mundial.

«Os trabalhadores senegaleses devem preparar-se para duras batalhas que estão para vir», afirmou Castro à imprensa de Dacar.

Para Semou Payhe Gueye, do Partido Independente dos Trabalhadores (PIT), a nomeação de Lamine Loum foi «encaminhada» pelas instituições financeiras do Senegal. «Em boa verdade, vamos ter um primeiro-ministro escolhido para aplicar as directivas das instituições de Bretton Woods», afirmou o dirigente do PIT.

A remodelação governamental levada a cabo por Abdou Diouf surge na sequência das eleições legislativas de 24 de Junho último, em que o PS senegalês obteve 93 dos 140 lugares no parlamento. Uma vitória que ficou à quem das expectativas e que estará na origem da nomeação de Loum, que nem sequer pertence ao partido do poder. Segundo os analistas senegaleses, trata-se de uma manobra política de Abdou Diouf para salvaguardar a imagem do PS e a sua própria, na perspectiva das eleições presidenciais do ano 2000.

Resta saber se, a par desta situação interna, o envolvimento do Senegal no conflito da Guiné-Bissau não terá as suas repercussões no que alguns classificam como regime de «autoritarismo moderado» de Abdou Diouf.

Texto: Domingos Mealha
Fotos: Jorge Caria

Trabalhadores reafirmam empenhamento na O Governo tem nas o futuro dos Cabos

Com a fábrica parada desde o início de Dezembro e a gerência de Teresa d'Ávila excluída do processo por abandono das suas responsabilidades, o Governo procura comprador para a mais antiga fábrica de condutores eléctricos. Os representantes dos trabalhadores — a CT e o SIESI — protestam, por não obterem nenhuma informação sobre as diligências do Governo e por não serem dadas garantias quanto à retoma da laboração, ao pagamento dos salários em dívida e à garantia de emprego no futuro.

Da situação que se vive nos Cabos d'Ávila, das dificuldades e preocupações dos trabalhadores e da determinação de prosseguir a luta falam-nos, nesta entrevista, Carlos José Ribeiro, dirigente do SIESI, canalizador de profissão, trabalhador de outra empresa de material eléctrico e um dos sindicalistas que têm acompanhado mais de perto o processo dos Cabos d'Ávila; Rosa Faria, delegada sindical e membro da Comissão de Trabalhadores, operária fabril há 30 anos no Ávila; Aida Catarino, delegada sindical, há 35 anos na empresa, empregada de escritório; José Ferreira, dirigente sindical e membro da CT, fogueiro, com 25 anos de Cabos d'Ávila; e Armindo Baltazar, membro da comissão sindical da empresa, electricista, há 32 anos no Ávila.



A luta agudizou-se no início de Dezembro, quando Teresa d'Ávila tentou retirar património da empresa

«Avante!»: Ainda há alguma possibilidade de evitar o fim da Fábrica de Cabos d'Ávila, com dificuldades que se arrastam há tanto tempo e depois de estar sem laborar há sete meses?

Carlos José: Penso que o fecho não é inevitável. As fábricas de cabos, em Portugal, funcionam vocacionadas para clientes nacionais, tendo como principais empresas consumidoras a EDP e a Telecom. O Ávila é a fábrica mais antiga e a que está há mais tempo implantada no mercado. Pensamos que os interesses do Estado na empresa e o emprego de 230 trabalhadores justificam um empenhamento do Governo em fazer com que os Cabos d'Ávila retomem a actividade normal.

A instabilidade surge na empresa por motivos que têm a ver com interesses familiares dos herdeiros da fábrica. O Estado, como principal credor, aprovou um projecto de viabilização para dez anos. Entretanto, houve desavenças entre a família e gerou-se um vazio de gestão.

Os actuais problemas devem-se muito mais a este vazio de gestão do que à maior ou menor capacidade dos Cabos d'Ávila para defenderem as suas posições no mercado.

Não há recessão nem problemas desta amplitude noutras empresas do sector?

CJ: De forma alguma. Que nós saibamos, a própria Enertel, uma empresa do grupo Quintas que teve problemas há uns anos, está hoje em franca ascensão. O que não entendemos é que o Estado, principal credor do Ávila, tenha aprovado há dois anos um plano de viabilização e agora não garanta condições

para continuar essa viabilização. Não estamos a discutir os moldes em que a fábrica vai funcionar, mas afirmamos que os Cabos d'Ávila têm condições para funcionar e têm lugar no mercado, fazendo aquilo que sabem fazer.

O que faltou para levar avante o plano de viabilização?

CJ: Do nosso ponto de vista, um dos motivos para o plano não ter atingido os resultados que devia obter — e que no princípio obteve, tanto assim que foi possível voltar a ter actualização de salários, congelados em 1994 — prende-se com a alteração na gestão. Com a morte de herdeiros, instalou-se, a partir de 1996, alguma descaracterização e alguma incapacidade, mesmo algum caos, com a gerência dirigida por Teresa d'Ávila. Foi isso que levou a que não fossem pagos os salários em Novembro de 1997. Mas não era inevitável que se chegasse a este ponto, ao abandono da empresa por parte da gerência e Teresa d'Ávila.

Armindo Baltazar: A má gestão não é só de agora. Há responsabilidades que têm origem nos tempos de Manuel d'Ávila, mas a pior gerente foi Teresa d'Ávila. E antes, quando teve outros cargos na empresa, sempre fez sangue na relação com os trabalhadores.

Firmeza responsável

Os trabalhadores dos Cabos d'Ávila, ao longo dos anos, reagiram e lutaram com grande combatividade. As lutas desenvolvidas podem ser apontadas como uma das causas dos problemas da empresa?

José Ferreira: Os trabalhadores sempre têm contribuído para o melhor funcionamento da Fábrica de Cabos d'Ávila e para a manutenção dos postos de trabalho. Em 1994, aceitaram o congelamento de salários para apoiar a viabilização da empresa. Nos outros anos não têm reivindicado aumentos para além da recuperação do poder de compra.

A má gestão dos últimos tempos, acompanhada por uma série de dificuldades de tesouraria e dívidas acumuladas, veio debilitando a situação dos Cabos d'Ávila, e os trabalhadores sentiam essa debilitação. Por isso, as reivindicações se situavam mais no campo social e de combate à repressão, do que na exigência de melhorias.

Pelo que fomos entendendo, Teresa d'Ávila não tinha objectivos definidos para a sua actuação à frente da empresa. E começou a atacar direitos e regalias que, sem grande significado contabilístico para a empresa, existiam há muito tempo e eram importantes para os trabalhadores. Isto deu azo a descontentamento e lutas, como é natural.

Em vez de procurar responder aos problemas com adequadas medidas de gestão, Teresa d'Ávila foi por outro caminho e minou a paz social na empresa. Deixámos de saber o que era receber o salário por inteiro a tempo e horas. Isto não podia ser maneira de resolver problemas de tesouraria.

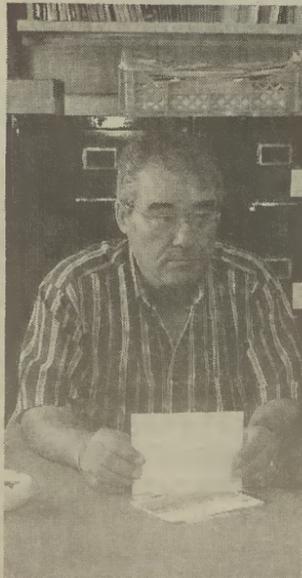
O que provocou a agudização da luta em Dezembro?

JF: No dia 7 de Outubro, salvo erro, os representantes dos trabalhadores foram chamados à gerência. Nessa tarde, Teresa d'Ávila transmitiu-nos a sua incapacidade para gerir a empresa; disse que a empresa tinha batido no fundo, não tinha encomendas, não tinha matéria-prima e não tinha dinheiro; quisemos saber o que a gerência iria fazer perante tal situação, mas Teresa d'Ávila apenas disse que não iria pedir a demissão nem iria reunir com os restantes herdeiros. Depois de meses e meses a receber aos bochechos, a falta de pagamento de salários no princípio de Novembro e a falta de perspectivas de solução dos problemas só podiam ter o desfecho que tiveram.

CJ: Os trabalhadores do Ávila têm uma grande consciência e uma grande experiência de luta em defesa dos seus legítimos direitos e interesses como principais obreiros da empresa. Desde 1966/67 que se desenvolveram grandes lutas.

A família Ávila foi sempre identificada com uma postura de donos de toda a gente.

Mas os trabalhadores foram capazes, como mostraram em



Carlos José Ribeiro, Rosa Faria, José Ferreira, Aida Catarino e Armindo Baltazar na Redacção do «Avante!»



O País e o mundo na Atalaia

Os contornos da Festa deste ano foram dados a conhecer anteontem

Música, teatro, artesanato, debates, exposições, desporto, gastronomia... O País e o mundo reunidos na Quinta da Atalaia durante três dias - é a Festa do Avante! no seu 23º ano. Os visitantes habituais voltam para mais uma edição, nos dias 4, 5 e 6 de Setembro, seduzidos pela festa que é a Festa: o encanto, a animação, a cor, a alegria. Os novos visitantes também não vão faltar, desejosos de participar na mais importante iniciativa político-cultural do País. Na terça-feira, teve lugar uma conferência de imprensa para a apresentação da Festa, com a presença de Ruben de Carvalho, Fernando Vicente, Zózimo Amado e Vítor Santos.



Do programa político da Festa destaca-se a sessão de abertura, às 19h00 de sexta-feira, com a intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas; o Comício de domingo, com a participação de Carlos Carvalhas, do Director do Avante!, José Casanova, e de um membro da Direcção Nacional da JCP; e a realização de diversos debates no forum do Pavilhão Central. Esta edição da Festa apresenta novos espaços de debate, situados no Café-Concerto da JCP, no Pavilhão das Mulheres, no Café-Concerto de Lisboa, no espaço de Setúbal, no Avanteatros e no Polidesportivo. Sublinhe-se ainda as exposições no Pavilhão Central, que apresentam, entre outros, os temas «Os 150 Anos do Manifesto Comunista»,

«Um Partido Mais Forte, Novo Rumo para Portugal - o Projecto e as Propostas do Partido», «A Política de Direita do Governo PS e a Luta dos Trabalhadores», «Os Referendos», «As Eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República», as «Comemorações dos 25 Anos do 25 de Abril» e «A Imprensa Partidária».

Cultura e espectáculos...

No âmbito do programa cultural, de destacar a exposição do arquitecto brasileiro Oscar Niemeyer, organizada pelo próprio e especialmente concebida para a Festa do Avante!, bem como o contributo de vários artistas plásticos, nomeadamente de Ambrósio, Luís Rodrigues,

Ivone Ralha, Rogério Ribeiro, Santa Bárbara, António do Carmo, Eduardo Neves e Malangatana. Paralelamente, de mencionar a participação das diversas modalidades artísticas subordinadas a Brecht, no qual participarão mais de duas dezenas de jovens artistas. Em relação aos espectáculos, estes vão-se distribuir por diversos palcos: o palco 25 de Abril e o auditório 1º de Maio (ver texto sobre os artistas previstos), o palco arraial (dedicado ao folclore, com ranchos, bandas filarmónicas e música de baile), o palco Novos Valores (com bandas de todo o País), os Cafés-Concerto de Lisboa e da JCP, o Café da Amizade, e os palcos de Setúbal, Bragança, Coimbra e Algarve. O Avanteatros, uma vez mais, irá marcar a sua presença na

Festa, com espectáculos de teatro, dança e canto, este ano em torno de García Lorca e Bertold Brecht. Na Feira do Livro e do Disco, a par das últimas novidades e dos preços de lançamento, é possível encontrar as edições menos recentes, aqui postas à disposição dos visitantes.

... desporto e muito mais

Do vasto programa desportivo da 22ª Festa salienta-se os concursos de pesca, os torneios e exhibições de futebol, o basquetebol, a ginástica, a aeróbica, as artes marciais, os torneios de tiro com chumbo, o xadrez, as damas, o triatlo, o chinquillo e outros jogos tradicionais. Destacam-se ainda as danças desportivas de salão - com a

participação da Sociedade Alunos de Apolo - e o pára-quedismo, com uma demonstração da responsabilidade da Associação de Pára-quedismo de Loures. De referir também a prova de ciclismo, no dia 9 de Agosto, evento que reúne centenas de atletas. Como habitualmente, a Festa vai contar com a participação de partidos comunistas e outras organizações progressistas. Está já confirmada a presença de 23 delegações dos seguintes países: Alemanha, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, China, Colômbia, Coreia, Cuba, Espanha, Grécia, Iraque, Itália, Kurdistan, Moçambique, Palestina, Peru, Timor, Uruguai, e ainda da Dinamarca, França e Chipre. De salientar ainda a campanha «Medicamentos para Cuba», da responsabilidade da

Associação de Amizade Portugal-Cuba. Uma das novidades apresentadas consiste na abertura do parque de campismo exterior uma semana antes do início da Festa. Este espaço irá manter-se em funcionamento durante a semana seguinte, de modo a possibilitar aos visitantes de fora de Lisboa a estadia num local que permite o rápido acesso à Expo'98. Este ano verifica-se também a criação de novas zonas de sombras e de descanso e numa diferente disposição dos espaços. Assegurados que estão os transportes fluviais e rodoviários de acesso à Festa, esta dispõe ainda de zonas de estacionamento na Amora, com as adequadas medidas de condicionamento de trânsito.

de CANÇÕES atalaia



Faithless

Desde 1996, com o primeiro concerto realizado pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, a noite de sexta-feira da Festa adquiriu um recorte particular com manifestações musicais de elevada qualidade em géneros pouco frequentes em palcos de ar livre.

Para este ano, a Festa tomou pela primeira vez a iniciativa de encomendar uma obra original especialmente para ser estreada na noite de sexta-feira.

Com o título «Canções de Atalaia», a peça musical assume características próximas de uma suíte para vozes e orquestra tendo como tema o tratamento de canções populares universalmente conhecidas e historicamente ligadas aos grandes movimentos sociais e políticos dos últimos dois séculos.

Tratadas como elementos condutores centrais são trinta canções de dez nacionalidades diferentes (Alemanha, França, Estados Unidos, América Latina, Itália, Brasil, Polónia, Rússia, Espanha e Portugal, de «La Carmagnole» da Revolução Francesa a temas de José Afonso) harmonizadas com suporte noutros temas contemporâneos.

Do ponto de vista vocal e instrumental, a composição destina-se a uma orquestra de 28 elementos (sopros, guitarras, percussões, piano, teclados e acordeão), cinco vozes e coro.

As interpretações vocais estão a cargo do barítono Jorge Vaz de Carvalho, de um soprano lírico ainda em fase de definição, de Amélia Muge, Jorge Palma e da cantora catalã Carmen Canela.

A orquestra inclui músicos portugueses, americanos (o trompetista Jack Walrath e o trombonista Conrad Herwig) e espanhóis (o sax Perico Sembeat, o guitarrista Riqui Sabatés, o trompetista Antonio Mesa e o teclista Joan Monne).

A composição e direcção é de José Eduardo Conceição e Silva. Encontra-se em estudo a possibilidade de gravação do espectáculo com vista a futura edição.

Márcia Freire

Prosseguindo a tradição que tem feito da Festa um local privilegiado de divulgação da música brasileira, apresentar-se-á este ano no Palco «25 de Abril» a cantora baiana Márcia Freire, criadora do estrondoso êxito «Vermelho» (e que com ele vendeu mais de 2 milhões de discos no Brasil), entretanto também gravado por outros intérpretes.

Márcia Freire é unanimemente considerada como a mais significativa figura ascensionista da cena baiana (com destaque para a sua participação nos «blocos» do carnaval de S. Salvador), cena que tem vindo a adquirir crescente importância na renovação da MPB. Márcia Freire far-se-á acompanhar por um grupo de 11 músicos.



Janita Salomé



Jorge Palma

A Festa da Música

Faithless e Loop Guru

Retomando uma área que tem estado ausente nas últimas edições, a Festa de 1998 apresentará duas das mais destacadas bandas da actual cena pop-rock londrina: o grupo Faithless e o grupo world music de origem balinesa Loop Guru.

Luis Pastor, Si Kahn e Dick Gaughan

Na mesma linha programática que conduziu à encomenda das «Canções de Atalaia», a Festa apresentará este ano três dos mais destacados intérpretes de música de intervenção que continuam a ser uma presença activa nas cenas de todos os países europeus e dos Estados Unidos.

O músico espanhol Luis Pastor estreia-se na Festa sendo já uma figura justamente conhecida do público português, nomeadamente pelo relevantíssimo papel que tem desempenhado na divulgação no País vizinho da música de José Afonso. Si Kahn é considerado pela crítica especializada («Folk Roots», «Sing Out», «Trad», etc.) como o grande herdeiro da tradição da topical song norte-americana que contou com expoentes como Woody Guthrie, Pete Seeger, Tom Paxton e muitos outros. Além de músico, Si Kahn é um destacado activista cívico, autor de dois livros essenciais dos movimentos sindicais e

democráticos dos EUA e é presença habitual, ao lado de figuras como os cantores Richie Havens e Pete Seeger ou a actriz Susan Sarandon, em manifestações e organizações de esquerda como seja o caso do Rosenberg Fund for Children, National Association of Social Workers, etc.

O cantor escocês Dick Gaughan começou a sua carreira como membro do grupo «Boys of the Lough» (já presente na Festa), seguindo depois um percurso a solo que levou igualmente a «Folk Roots» a considerá-lo como uma das mais relevantes presenças da folk inglesa, tanto como compositor, como intérprete. Dick Gaughan desempenhou papel de particular relevância no movimento de solidariedade dos músicos britânicos com a greve dos mineiros ingleses, tendo na altura gravado um álbum («True and Bold») para o Sindicato dos Mineiros da Escócia que é hoje parte obrigatória da vasta discografia sobre o folclore mineiro.

Fernando Carvalho e os Black Feelings

O cantor guineense Fernando Carvalho preparou, com a sua banda luso-guineense *Black Feelings*, um espectáculo especial para a Festa do «Avante!», dando continuidade à presença de músicos africanos de língua portuguesa que tem sido uma constante dos nossos palcos.

Janita Salomé

Janita Salomé apresentará no Palco «25 de Abril» um espectáculo ligado ao seu próximo CD (cujo lançamento se prevê possa ocorrer na própria Festa). Com o suporte musical de nove músicos (incluindo um quarteto de cordas) e a participação de Vitorino Salomé, apresentam-se ainda três grupos corais alentejanos (Serpa, Pias e as Mulheres de Castro Verde) num total de mais de meia centena de vozes em cena.

Sérgio Godinho

Sérgio Godinho é seguramente um dos músicos que melhor conhece a Festa e os seus palcos. No ano passado, realizou no «25 de Abril» um espectáculo memorável a que trouxe um portentoso leque de convidados, de Kalu a Manuel Faria e Gregory Spector. Este ano, Sérgio quis voltar à Festa mas para um espectáculo no Auditório «1º de Maio», com um quarteto e a face intimista do autor do «Primeiro Dia».

Jorge Palma

Também Jorge Palma preparou um espectáculo especial para a 22ª edição da Festa com um repertório que inclui canções de Lou Reed, Brecht/Weill, Léo Ferré, Fausto, Leonard Cohen, Jacques Brel, etc. A acompanhá-lo um conjunto de cinco vozes — Né Ladeiras, Amélia Muge (também braguesa), Filipa Pais, Flak (também guitarras) e Zernesto (também violino) — e cinco músicos: José Salgueiro, Filipe Larsen, Rui Júnior, José Carrapa e Manuel Paulo.

João Afonso

Galardoado este ano com o prémio «Blitz» para a Melhor Voz Nacional, João Afonso faz este ano a sua estreia na Festa após uma carreira que já o confirmou como um dos mais sólidos novos nomes da música portuguesa.

Carlos Mendes

Acompanhado por um quinteto e três vozes (Nuno Gomes dos Santos, Margarida Reis e Elsa Cunha), Carlos Mendes regressa aos palcos da Festa com o espectáculo «Vagabundo do Mar»: «De volta às canções. E aos poetas. O reencontro do cantor com os poetas». Do repertório de «Vagabundo do Mar» fazem parte poemas de Manuel da Fonseca, Sophia de Mello Breyner, Joaquim Pessoa, Carlos de Oliveira, José Fanha, J. J. Letria e Ary dos Santos.

Paulo Bragança

Desde as suas primeiras edições que a Festa do «Avante!» dedicou especial atenção ao Fado, contrariando mesmo algum injustificado criticismo de que sofreu a canção urbana de Lisboa. Com o aparecimento nos últimos anos de novos nomes, a presença do Fado na Festa tem vindo a conciliar a actuação de fadistas consagrados com a renovação a que se assiste. É neste quadro que este ano se apresentará Paulo Bragança, uma das actuais presenças mais originais que consegue simultaneamente o reconhecimento

da sua qualidade pelos amadores do Fado clássico.

Maria Anadon

Uma das vozes portuguesas do jazz mais elogiadas pela crítica especializada, Maria Anadon estreia-se este ano na Festa, trabalhando-se ainda sobre a formação que a acompanhará, tendo nomeadamente em conta as excelentes

apresentações já realizadas com músicos estrangeiros.

Manuel d'Oliveira e Mediterrâneo

O jovem guitarrista vimaranense Manuel d'Oliveira recebeu uma valiosa herança musical à qual tem dado excelente continuidade. Filho do conhecido intérprete Aprígio Oliveira, Manuel d'Oliveira seguiu um caminho claramente influenciado pela guitarra clássica espanhola, pelo flamenco, com resultados que têm surpreendido os próprios executantes espanhóis ao lado de quem já actuou em numerosos espectáculos no país vizinho. À semelhança do que tem acontecido com as formações espanholas, o solo de Manuel d'Oliveira é suportado por uma 2ª guitarra (Stefano Ricciardi), baixo e contrabaixo (Zé Lima) e percussão (Kiné).

Comemoram-se este ano os centenários de nascimento de duas das mais relevantes figuras da música popular norte-americana: o actor e baixo lírico negro Paul Robeson (também destacado militante comunista e lutador pelos direitos cívicos dos negros norte-americanos) e o compositor George Gershwin. A Festa do «Avante!» encomendou especialmente ao cantor lírico português Jorge Vaz de Carvalho um recital dedicado à obra dos dois músicos, a realizar no Auditório «1º de Maio» e que será igualmente objecto de edição de um material de apoio e divulgação.

Pó d'Escrever

A nova banda Pó d'Escrever, com presença já assinalada não apenas pela gravação do seu primeiro CD, mas também por espectáculos onde se destacam apresentações ligadas a movimentos de intervenção cívica, actuará também na Festa.

Flack

A apresentação do novo disco a solo de um dos mais importantes nomes do rock português. Com diversos convidados...

Telectu com Jack Berrocal e Tim Hodgkinson

Com assinalável regularidade, o grupo Telectu (Jorge Lima Barreto e Vítor Rua) tem-se apresentado na Festa acompanhado de alguns dos mais destacados músicos de vanguarda europeus e dos EUA, um trabalho tornado possível sobretudo pelas suas frequentes actuações no estrangeiro (como seja o caso da celebrada gravação realizada na lendária Kintting Factory de Nova Iorque). Com os Telectu estarão este ano o trompetista Jack Berrocal e um dos nomes mais destacados da cena alternativa londrina, o clarinete e sax alto Tim Hodgkinson.

Jorge Vaz de Carvalho:

Paul Robeson e George Gershwin

FESTA



Passar um dia a trabalhar na preparação da Festa é juntar o útil ao agradável. Ao mesmo tempo que se contribui para a implementação dos vários stands, palcos, exposições e restaurantes, os militantes e simpatizantes do PCP aproveitam para conviver com amigos e camaradas, travar novos conhecimentos e... até para apanhar sol.

São cada vez mais os que participam, mas estamos a menos de dois meses da Festa e ainda há muito que fazer. Por isso, quando programares os teus fins-de-semana não te esqueças de incluir no roteiro a Quinta da Atalaia como paragem obrigatória.



Jornadas de convívio e trabalho

É na Ta' tudo a subir!!

Olhe que não... Olhe que não...

EP à venda

A Entrada Permanente (EP) para os três dias da Festa já está disponível nos centros de trabalho do PCP e da JCP. Com o preço de 2500\$00, a compra antecipada até à 5ª feira anterior à Festa, beneficiando de um desconto de 20 por cento, reduz o seu custo para 2000\$00.



viabilização mãos d'Ávila

1994, com o congelamento dos salários, de convergir na sua acção com o interesse da viabilização da empresa, que movia a gestão da altura. E até aceitaram o pagamento dos salários em duas prestações.

A elevada consciência dos trabalhadores esteve sempre à altura dos momentos históricos que a empresa vivia.

A situação nos Cabos d'Ávila atingiu uma dimensão nacional, não tanto pelo facto de a gerência ter abandonado as instalações, mas por ter depois entrado na fábrica para roubar material.

Confirmou-se uma certa ideia de que parte dos herdeiros teria interesses convergentes com os trabalhadores?

CJ: Uma parte da família surgiu também com críticas a Teresa d'Ávila, mas por razões puras e simplesmente pessoais. Não é dessa parte da família que pode vir um contributo decisivo para a viabilização. Se houvesse alguma intenção nesse sentido, já o teriam feito em tempo útil.



Corte de estrada, à porta da empresa, em Março de 1995

O caso dos Cabos d'Ávila é o caso de muitas empresas neste país. Os patrões sentem-se apoiados ou, pelo menos, não molestados por não cumprirem a Constituição, as leis e a contratação colectiva. Se isso fosse punido, situações destas não se verificariam. Só que o Governo, falando por todos os portugueses, actua apenas no interesse de meia dúzia.

Aida Catarino: É bom não esquecer que os trabalhadores também têm família. Há alguns casais com marido e mulher a trabalhar no Ávila. Uma grande maioria mora nos arredores da fábrica. O que, por enquanto, nos vale, é o subsídio que recebemos por termos suspenso os contratos, pela lei dos salários em atraso.

Medidas urgentes

Em que medidas concretas se traduz a exigência de uma intervenção do Governo?

CJ: Desde meados de 1996 que nos começámos a aperceber do rumo tomado pela gerência, que não apontava nada para a viabilização. Solicitámos a intervenção do Estado, através de reuniões em vários ministérios, para corrigir os erros de gestão. Houve uma passividade do Governo, quer deixando acumular as dívidas ao fisco quer não acautelando os interesses dos trabalhadores. O Governo pode alegar que não é entidade patronal, mas tem que fazer alguma coisa para defender o direito dos trabalhadores ao emprego e a receber um salário.

Devia ter havido dos governos, pelo menos desde há 12 anos, quando se começou a acumular a dívida, uma intervenção activa, mas não houve intervenção absolutamente nenhuma. O problema dos Cabos d'Ávila devia ter outro acompanhamento.

JF: O Governo deixou acumular a dívida dos Cabos d'Ávila e acabou por publicar um edital para venda da empresa, agora em Maio, e entrou depois em negociações directas com potenciais interessados. Uma vez que o Estado assumiu a posse da empresa, tem que responder pelo seu futuro.

Para nós, neste momento, o fundamental é retomar a labo-



Na tarde de 1 de Julho os trabalhadores concentraram-se junto ao Ministério da Economia, exigindo informação, garantias e reabertura da empresa

História de trabalho e lutas

A Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo d'Ávila nasceu há 76 anos, apenas com dois trabalhadores, no Bairro Alto, e produzia fios para automóveis. Mais tarde passou para o Dafundo e de seguida para as actuais instalações, em Alfragide, dando nome àquela que ainda hoje é conhecida por «recta dos Cabos d'Ávila».

Dos dois filhos de Diogo, Manuel ficou com a responsabilidade pela área industrial. Falecido em 1992, Manuel d'Ávila deixou marcas na história da empresa, pela frieza com que despedia, pelos baixos salários que sempre fez pagar e pelo recrutamento de mulheres porque lhes podia pagar ainda menos que aos homens. Rosa Faria e Aida Catarino, ao recordarem esse passado, lembram também que, não por acaso, as primeiras reivindicações após o 25 de Abril foram de aumentos salariais e de acabar com os despedimentos à maneira de Manuel d'Ávila.

Teresa é uma das filhas deste patrão, cuja biografia os nossos entrevistados remetem para notícias já publicadas

(designadamente no «Tal e Qual», no início deste ano). Lembrem, contudo, que teve uma tempestuosa passagem pela empresa, como administradora social. Recusou-se a negociar o acordo de empresa, mesmo depois de uma greve de 14 dias, e mais tarde mandou colocar 50 trabalhadores na «sala amarela», mantendo-os desocupados durante um ano, e passou toda a gente para o regime de turno fixo. Também tem no seu palmarés o fim da creche que funcionava na fábrica. Chegou a despedir a própria irmã, ao saber que esta engravidara.

José Ferreira refere que a entrada de Teresa d'Ávila na fábrica foi feita numa altura de reestruturação e acompanhada da admissão, para cargos de chefia, de uma série de oficiais comandos, que «pisavam tudo e todos» para fazerem valer as suas razões. «Os trabalhadores encolheram-se um bocado, e começou aí o declínio dos Cabos d'Ávila», lamenta, recordando que naquela altura os processos de despedimento surgiam diariamente, «até no meio judicial se comentava».

Armindo Baltazar nota que não foram bem sucedidas as tentativas de Teresa d'Ávila para denegrir o sindicato e a comissão de trabalhadores. «O tempo acabou por mostrar a verdadeira face dela e, agora, até já num plenário houve quem reconhecesse que se deixou enganar.»

Ao mesmo tempo, é reconhecido que o SIESI nunca deixou de acompanhar os trabalhadores do Ávila, «está sempre presente», e que os comunistas «estão na vanguarda da luta e sempre a marcar a força da resistência».

ração. Não pomos de parte a venda a outros grupos económicos do sector, mas defendemos a manutenção da empresa e dos postos de trabalho. É isso que queremos e é por isso que, ao fim destes sete meses, os trabalhadores ainda se mantêm nas instalações da fábrica, dia e noite.

Somos 230 trabalhadores, com um nível etário elevado que tornará muito difícil encontrar alternativas no mercado de trabalho. Quando o Governo assumiu a ruptura com a gerência e viu que não tinha condições para negociar com os herdeiros, deveria ter assumido a gestão controlada, para vir depois fazer o que está fazendo agora, mas com a empresa a funcionar.

CJ: Não vamos cruzar os braços enquanto não for paga a dívida aos trabalhadores, que já ascende aos 150 mil contos, sem contar o prejuízo por não estarem a trabalhar. O Governo tem que garantir a retoma da laboração, o pagamento desta dívida e a manutenção do emprego.

E tem que informar os trabalhadores sobre as negociações para vender a empresa e sobre o futuro que quer desenhar para o Ávila. Deixa-nos muito preocupados, por exemplo, que o ministro Pina Moura mantenha contactos com grandes empresários do sector, e apenas com os grandes, e que, entretanto, venham a público notícias sobre as empresas que se devem manter — onde não aparecem os Cabos d'Ávila.

O Governo tem que dar resposta às justas reclamações e preocupações que lhe colocámos. Até lá, vamos continuar a lutar.

AB: Quanto a essa parte da família que parecia estar com os trabalhadores, a verdade é que acabou por nos abandonar. Desde Março que guardamos as instalações, de dia e de noite, e essa parte da família Ávila nunca mais deu notícias nem procurou saber como estão as coisas. O único interlocutor que temos neste momento é o Governo.

Rosa Faria: A empresa só não está abandonada graças ao esforço dos trabalhadores, que ali se mantêm em permanência, com a mesma consciência de classe que caracterizou as lutas travadas antes do 25 de Abril.

Recordo-me que houve, em 1969, uma greve de três dias

por aumentos. A empresa tinha muito mais mulheres que homens. Encheram a fábrica de pides, armados, para nos intimidar. Ao segundo dia, deram os aumentos às mulheres, pensando que assim acabavam com a greve. Mas a greve manteve-se, até haver aumentos também para os homens e até voltarem para a fábrica os trabalhadores que tinham sido postos na rua durante a luta.

Nessas lutas houve despedimentos, houve comunistas e outros trabalhadores que foram presos, passámos muitos sacrifícios, mas resistimos.

O elevado nível etário também significa muitos anos na profissão. Isso traz-vos algumas vantagens?

RF: Naturalmente que sim. Somos trabalhadores altamente qualificados da mais antiga empresa de cabos do País, que até há poucos anos só tinha uma concorrente. Hoje a concorrência é maior, mas o Ávila tem o seu espaço neste mercado, com grande qualidade nos cabos de geleia e nos cabos de energia. Sem dúvida que os trabalhadores representam um grande valor dos Cabos d'Ávila, pela sua qualificação.

O fabrico de cabos é um trabalho muito interessante, muito bonito e muito difícil. Um cabo é um cabo e saber fabricá-lo exige muitos anos de conhecimento e especialização.

AB: O problema é que, com o nosso nível de idades, é muito difícil que outra empresa admita o pessoal do Ávila nos seus quadros. Podem aceitar um ou outro, mas deixar morrer os Cabos d'Ávila seria dramático para a grande maioria.

RF: Se a fábrica chegou a esta situação, foi porque o Governo consentiu. Portanto, não pode agora fugir à responsabilidade e tem que encontrar uma solução que evite o fecho da empresa. O Governo e as próprias Finanças foram alertados em devido tempo pelos trabalhadores. E não se tratava apenas de garantir a cobrança da dívida ao Estado, tratava-se também de fazer valer a lei. Que país é afinal este, onde uma senhora pode impunemente ocupar o cargo de gerente como quem ocupa um trono, ficar a dever 5 milhões de contos ao Estado, parar uma empresa e deixar 230 pessoas sem trabalho?

■ OCTÁVIO
TEIXEIRA

Membro
da Comissão
Política

Da irresponsabilidade à fuga para a frente

A DECISÃO do PS, em consonância com PSD e PP, no dia imediato ao referendo sobre a despenalização do aborto, de aprovar a proposta ao Presidente da República de convocação de mais dois referendos causa enorme perplexidade.

Ao agir como o fez, o PS dá mostras de ter entrado numa escalada de grande irresponsabilidade nas suas decisões. Decisões que terão a ver, eventualmente, com o deprimir de pequenos "ódios" intrapartidários, mas se alheiam da ponderação exigida a um qualquer partido político responsável.

É um facto que a principal causa da não aprovação da despenalização do aborto no referendo foi a enorme abstenção registada. Abstenção que, entre muitas razões explicativas que exigem ser estudadas e meditadas, teve a ver com a múltipla irresponsabilidade política demonstrada pelo PS em todo o processo.

Irresponsabilidade quando após a aprovação da lei de despenalização do aborto na Assembleia da República, o PS deu o dito por não dito e impôs a realização de um referendo.

Irresponsabilidade aumentada com o ostensivo alheamento do PS, enquanto estrutura partidária, da campanha de esclarecimento e mobilização dos cidadãos para o referendo.

O PS e o seu Secretário-Geral e Primeiro-Ministro são os grandes responsáveis pelos resultados do referendo sobre o aborto.

Essa responsabilidade e o facto de a repetição de uma abstenção idêntica num novo acto referendário poder pôr em causa, definitivamente, o instituto do referendo eram razões mais que suficientes para imporem ao PS e ao eng. Guterres um período de reflexão e séria ponderação.

Pura ilusão. As razões da razão foram sacrificadas a uma irresponsável atitude de fuga para a frente. PS e Primeiro-Ministro passaram como gato sobre brasas por cima do referendo da despenalização do aborto. Fizeram de conta que nada de invulgar se tinha passado no dia anterior (aliás, o fazer-de-conta parece ser, actualmente, a grande especialidade do PS e do Governo). Fecharam os olhos ao significado da abstenção e às suas responsabilidades próprias nesse resultado. E uma dúzia de horas depois, com o apoio directo do eng. Guterres, o PS aprovou, autista e irresponsavelmente, a proposta de realização de mais dois referendos.

Alegadamente, o PS e o Governo entenderam que não poderiam deixar de fazer o referendo sobre a regionalização, porque a instituição em concreto das regiões administrativas era uma sua promessa eleitoral a que nem o PS nem o Governo queriam deixar de dar cumprimento. Pura hipocrisia.

Foram o PS e o Governo que, contrariamente às tais promessas, não quiseram concretizar a regionalização administrativa no quadro da Constituição vigente até há um ano.

Foram o PS e o Governo que impuseram a alteração da Constituição para exigir a obrigatoriedade de um referendo.

Foram o PS e o Governo que atrasaram todo o processo da regionalização e são as públicas disputas internas, no seio do PS e do Governo, e declarações tolas de algumas das suas figuras públicas que têm vindo a levantar crescentes dúvidas nos cidadãos sobre a regionalização.

O Primeiro-Ministro já se apressou a dizer que se empenhará pessoalmente na campanha do referendo sobre a regionalização. Mas haverá sinceridade nessa alegada vontade política do Primeiro-Ministro e do PS de fazerem vingar a regionalização, depois de tudo o que até hoje fizeram para a dificultar? Se essa vontade política é sincera, por que razões querem colar ao referendo da regionalização o referendo sobre a União Europeia?

Tenho para mim que se alguém, honesta e seriamente, quer fazer vingar a causa da regionalização administrativa (por entender que ela é uma importante reforma do Estado que pode trazer grandes benefícios para um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado), certamente não estará disposto a pôr em risco o resultado do referendo tornado necessário para concretizar esse objectivo juntando-o a um referendo-fraude.

Fraude, sem dúvida, e não comédia como alguém lhe chamou.

Porque quando os actores que têm de representar a acção, quando os agentes a quem se dirige o referendo são os cidadãos eleitores, não estamos perante a encenação de uma comédia, mas sim perante um embuste, um autêntico conto-do-vigário com que PS, PSD e PP querem enganar os portugueses.

Há duas questões essenciais que se colocam ao referendo sobre a União Europeia.

A primeira é que um tal referendo só teria razão de ser, e tinha, se pudesse incidir sobre a questão central da UE: a moeda única. Não é por acaso que essa foi a questão única ou central que foi colocada em todos os referendos que se realizaram noutros países europeus. Esse referendo deveria ter sido feito na altura do Tratado de Maastricht, como o PCP o defendeu. Não o tendo sido, então seria agora, antes que a moeda única

entre em vigor, a derradeira oportunidade para o fazer, como o PCP o propôs.

Mas não é essa a questão que Governo, PS, PSD e PP querem colocar à apreciação e decisão responsável dos portugueses. Em boa verdade, eles não querem colocar nenhuma questão aos cidadãos. Querem fazer de conta que colocam, mas não colocam. Aí a falcatura. Ninguém dá resposta à questão, fulcral em qualquer referendo, que o PCP e o seu Secretário-Geral têm insistentemente colocado: quais as consequências de uma eventual vitória do Não à pergunta "concorda

tade de burlarem os portugueses. Mas a responsabilidade institucional está igualmente colocada, desde já, ao Tribunal Constitucional.

Não permitindo a Constituição referendar "os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais", para deixar passar a proposta de referendo o Tribunal Constitucional tem, necessária e indispensavelmente, de clarificar qual a "questão de relevante interesse nacional", no quadro do Tratado de Amesterdão, que está contida na pergunta formulada. E deixar claro quais as consequências institucionais e políticas da vitória do Sim ou do Não nesse referendo. Se não houver nem questão relevante nem consequências práticas e efectivas, ao Tribunal só restará concluir pela inconstitucionalidade do referendo.

Do mesmo modo que deverá deixar claro se é constitucionalmente permitido juntar dois referendos sobre matérias totalmente diferentes. Embora a questão lhe não tenha sido formalmente colocada pela Assembleia da República nem, ao que se saiba, pelo Presidente da República, o Tribunal Constitucional não pode deixar de saber que essa questão está pública e politicamente colocada em cima da mesa.

E, em última análise, o Presidente da República, se vier a convocar o referendo sobre a União Europeia e a marcar a respectiva data para o mesmo dia do referendo sobre a regionalização, terá de igualmente que assumir individualmente a sua responsabilidade.

O PS e o seu Secretário-Geral e Primeiro-Ministro são os grandes responsáveis pelos resultados do referendo sobre o aborto.



com a continuação da participação de Portugal na construção da União Europeia no quadro do Tratado de Amesterdão?"

Mas, para que o referendo possa realizar-se, é politicamente indispensável que essa resposta seja antecipada e claramente dada. Por todos os que têm uma intervenção decisiva na convocação do referendo. A ausência de resposta de um dos intervenientes não pode permitir o lavar de mãos dos restantes. Cada uma das instituições tem as suas responsabilidades próprias.

Se o referendo vier a ser convocado com esta pergunta inócua e trapaceira, as responsabilidades institucional e política terão de ser assumidas frontalmente por cada uma das instituições intervenientes na decisão. Sem subterfúgios.

O Governo, o PS, o PSD e o PP, que apresentaram e aprovaram a pergunta na Assembleia da República e não quiseram responder à questão expressamente colocada pelo PCP, têm de assumir a sua irresponsabilidade política, a sua manifesta von-

Explicando aos portugueses as consequências da resposta à pergunta. Para com esse esclarecimento didáctico maximizar a legitimidade política de apelar a todos os cidadãos eleitores que cumpram o seu dever cívico de votar, e não se absterem como o fizeram no passado dia 28 de Junho. Tal como, se hipoteticamente o vier a decidir, tem o dever irrecusável de justificar as fundadas razões políticas e de interesse nacional que justifiquem a realização de dois referendos no mesmo dia.

Constitucional e politicamente, é ao Presidente da República, e só a ele, que compete decidir da convocação de referendos e da sua amalgamação ou não. Independentemente das posições assumidas pelas outras instituições democráticas intervenientes no processo.

Em todo este processo, é ao Presidente da República que cabe a última e decisiva palavra. Qualquer que ela seja, é ele, e só ele, que terá de assumir essa responsabilidade.

Portugal e o futuro da UE (e do PE)

Há poucas semanas, nesta "tribuna", o camarada João Amaral, a propósito da campanha do referendo sobre a despenalização do aborto, pedia debate democrático.

Pertinentemente. Dando exemplo. Outros debates andam por aí. Um sobre o futuro da União Europeia. Em que escasseiam amostras de democracia. Em que, a propósito de fundos (e de milhões), se dão golpes baixos, se falta à verdade, ainda por cima com a agravante de tais métodos servirem de cortina de fumo para não se debaterem as causas das consequências que se lamentam e cuja responsabilidade se imputa a quem exige (e luta por) alternativas.



■ Sérgio Ribeiro

Alternativas para a estratégia do capital financeiro transnacional, contra "a vitória das teses neoliberais (que) subalterniza claramente a coesão económica e social, a política social, as 'novas políticas' (ICT, ambiente, etc.)", como há 10 anos escrevia o dr. José Barros Moura, a propósito do Acto Único (1). É precisamente um artigo de agora do mesmo autor (2) que nos estimula a debater o futuro da UE e, nela, do Parlamento Europeu, e de Portugal no PE e na UE. Porque, a nosso ver, tal artigo tem duas facetas. A do debate ausente de pressupostos democráticos, a raiar a provocação, mas, também, a do debate prenhe de potencial democrático.

O mais breve possível, fica o repúdio pela "venenosa" insinuação de que "só o esquecimento de que o esquerdismo é uma 'doença infantil' levou o grupo comunista a inviabilizar um compromisso que teria evitado o mal pior...". O "mal pior" era findar o acesso ao Fundo

de Coesão para os países no euro que, no cumprimento do objectivo da coesão económica e social, a ele têm direito. Ficaria para nós o ónus da culpa; para nós, que desde sempre vimos denunciando a estratégia em que essa exclusão se insere; para nós, que em todas as circunstâncias - e também naquela - lutamos para minorar os males da dita estratégia. Mas que não aceitamos travestir o "mal pior" com uma tanga faz-de-conta que lhe faria parecer um "mal assim-assim".

Talvez BM, para se curar da doença que cita e de que terá eventualmente sofrido, tenha tomado tal dose de remédio que agora sofra de doença simétrica, que se poderia chamar "síndrome de senilidade social-democrata", e que não só o leva a aceitar os males piores se disfarçados como a ter fixações no que res-

peita a culpas e responsabilização. Fora essa manifestação de doentia agressividade, aliás dispensável no conjunto do artigo, as posições de BM, e como as defende, podem servir o debate "o Parlamento Europeu e o futuro da UE", como propõe no título.

Contra uma "lógica renacionalizante"?!?

Este debate é tanto mais necessário e oportuno quanto se aproximam as eleições para o PE e desejável é que se identifiquem estratégias e políticas, e se discutam ideias e projectos. Caminhos percorridos e a percorrer.

Para BM, o PE é a "instituição supranacional independente, de suporte à coesão económica e social e ao apoio comunitário aos países e regiões menos desenvolvidos" que, com a Comissão, jogaria "o jogo institucional supranacional que faz contrapeso à negociação intergovernamental do Conselho e promove a síntese, tão original, de método comunitário de decisão".

Passado o entusiasmo encomiástico, que o leva - hoje! - a dizer que esse jogo foi "exemplarmente praticado pela Comissão Delors", BM ataca a metodologia intergovernamental que foi a que trouxe a integração europeia até ao actual estádio. Foram governos, legitimados democraticamente, que entre si negociaram e levaram os resultados dessas negociações a ratificação, seja pelos eleitos directamente, isto é, pelos parlamentos, seja por via de referendos. Assim se deram todos os passos, com base em soberanias nacionais, mesmo quando desses passos resultavam transferências de competências para nível supranacional.

É esta metodologia, traduzida no equilíbrio interinstitucional "comunitário" pela continuidade intergovernamental no Conselho, que é posta em causa por BM. Com uma clareza de pensamento e de exposição raro encontrada noutros que alinham nas mesmas posições, alguns sem saberem o que atacam e o que defendem.

O Conselho representa, para BM, a "lógica renacionalizante", que seria, para ele, o caminho inverso do que até agora se percorreu, a Comissão ter-se-ia transformado "numa espécie de secretariado de apoio ao Conselho", traindo o Parlamento Europeu que, pelo seu lado, também não anda lá muito bem, com uma "clara renacio-

nalização de atitude", como exemplos recentes revelariam.

O Parlamento Europeu (e Portugal!) e o futuro da UE

Daqui não parte BM para uma reflexão sobre se não se teria andado depressa e longe de mais na concretização das teses neoliberais, sendo o Acto Único o antepassado de Maastricht e este de Amsterdam e este de Bruxelas da decisão sobre moeda única, num percurso que, pelo caminho, veio esmagando quanto possível as resistências que se podem rever no objectivo, também no Acto Único definido, de coesão económica e social. Caminho que tem feito crescer desemprego, divergências e exclusão sociais, quer chova ou faça sol, isto é, seja a conjuntura económica boa ou má. Não por ser intergovernamental o método mas por a intergovernamentalidade vir servindo opções de classe. Que, agora, a dispensariam, já capaz - a classe, na sua dimensão transnacional - de regular a economia sem empecilhos estatais e, ainda por cima, democráticos.

Reconhece BM que não há controlo democrático para o Banco Central Europeu, a primeira instituição federal, liberta de intergovernamentalidades. Mas, em vez de encontrar nesse reconhecimento a prova de que "o domínio das transnacionais" (1) foi demasiado longe, ataca a intergovernamentalidade (que então defendia, com salvaguarda do direito de veto e tudo!) e quer avançar, em força, para "uma fiscalidade europeia e a coordenação das políticas económicas e do emprego". E quer mais: "não tenhamos dúvidas (!), mais tarde ou

mais cedo, um orçamento da UE que garanta a coesão económica e social". O que, face à intransigência da Agenda 2000 no "plafond" orçamental dos 1,27% apesar do alargamento em negociação (e também face à perspectiva de aceitação ou submissão a tal imposição pelos grandes partidos "europeus"), pareceria ingenuidade se não se conhecesse o autor.

A culpa, diz BM, é do método, da "intergovernamentalidade renacionalizante", impondo-se voltar ao trilho, "refazer o caminho"... Ora, em 1988, escrevia BM:

"Isso corresponderia a supor, anti-cientificamente, contra os ensinamentos do marxismo-leninismo, que na CEE desaparecem as contradições de classe e as contradições nacionais. Não é verdade. Cavaco pode dizê-lo - para tentar desvalorizar a oposição interna à sua política antipatriótica e antipopular. Lucas Pires pode apregoar o suposto consenso europeísta para mistificar a oposição real à política (ultraliberal) dos monopólios. Nós não podemos meter tudo no mesmo saco."

O debate democrático e uma lembrança/homenagem

Já agora, sendo o artigo em comentário dedicado a Francisco Lucas Pires, não metamos nós todos no mesmo saco, e lembremos que este, à medida que o tempo ia avançando e a "construção europeia" dando passos, levantava dúvidas e punha questões, com que a sua prática política poderia não ser coerente mas que mostravam, pelo menos academicamente e sobre as alternativas institucionais no terreno, reservas que BM ignora.

Não sobra espaço para citações, mas lembra-se que, a propósito da CIG (Conferência Intergovernamental) para 1996, LP escreveu um livro (3) em que alertava para o risco de se entrar por vias, como em Duverger se descortinava, que substituíssem o Estado-nação pelo Estado-população, reforçando a via de adopção de um Directório e em que, ao abstrair-se, segundo LP, da "valia autónoma da ideia de Estado", não susceptível de se reduzir a uma "realidade puramente económica ou populacional", os "pequenos países" mais pequenos ficariam.

Este é, julgamos, um debate maior. Em aberto. E não se trata tão-somente do futuro do PE na UE, e vice-versa, mas do futuro de Portugal na União Europeia, ou melhor, de que União Europeia será compatível com a preservação do Estado-nação enquanto ideia com uma "valia autónoma" (e dinâmica), como tantos séculos de Portugal o mostram.

Para fazer prevalecer a oposição a uma política antipatriótica e antipopular que prossegue.

(1) - Situação Actual na CEE, in Portugal e a CEE Hoje, Edições Avante, 1988.

(2) - O Parlamento Europeu e o futuro da UE, in Diário de Notícias de 16 de Junho de 1998.

(3) - Portugal e o futuro da União Europeia - sobre a revisão dos Tratados em 1996, Difusão Cultural, 1995.



Álvaro Cunhal no Porto

Luta de classes – uma realidade que se agudiza

Centenias de trabalhadores do Porto, entre os quais muitos independentes, debateram na passada sexta-feira com Álvaro Cunhal «A actualidade dos ideais comunistas e a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores». Alguns, como uma jovem operária de Vila do Conde, aproveitaram o momento para se inscrever no Partido. Foi um vivo e oportuno debate sobre a identidade, a luta e as tarefas do Partido para um novo impulso em direcção aos trabalhadores. Foi claro, nas diversas intervenções, a violenta ofensiva contra o mundo do trabalho, que se caracteriza pela redução dos postos de trabalho, pela retirada de direitos e a precarização das relações de trabalho, a par do crescimento de uma nova e jovem geração de trabalhadores sujeita à mais ignóbil exploração.

A necessidade imperiosa de os trabalhadores se organizarem para travar esta ofensiva a que o Governo do PS vem cedendo ao patronato em toda a linha, nomeadamente através da revisão da legislação laboral, foi outra das tónicas presentes no debate.

Álvaro Cunhal, na intervenção que proferiu (de que a seguir se transcrevem extractos), falou da actualidade dos ideais comunistas e da luta a travar.

(...) A defesa dos interesses, direitos e liberdades da classe operária e dos trabalhadores em geral é uma das tarefas centrais que se colocam na actualidade.

(...) Coloca-se com particular gravidade na actual situação nacional em que está em curso uma ofensiva para liquidar direitos fundamentais dos trabalhadores e instaurar e institucionalizar e mais graves formas de exploração.

Nessa luta com objectivos concretos imediatos, não esqueçamos que essa ofensiva brutal contra os direitos dos trabalhadores constitui um elemento inerente à restauração (pelo governo do PS na continuidade do governo do PSD), do domínio económico e político dos grandes grupos económicos e à entrega a poderosas transnacionais de sectores estratégicos da economia portuguesa.

Daí a luta firme que o Partido tem travado, contra as privatizações, contra o poder económico dominando o poder político, contra o crescente apossamento pelas gigantescas transnacionais de posições estratégicas na banca, seguros, indústrias e comércio.

(...) Luta que travamos com a consciência de que a perspectiva que corresponde aos interesses da humanidade não é o capitalismo feroz e desumano, mas a construção de uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem, de uma sociedade socialista, redefinida tendo em conta as experiências e ensinamentos de realizações de alcance histórico, de processos, de vitórias e de derrotas.

A afirmação comunista, não contraria nem enfraquece, antes confere mais força e capacidade de dinamização e de unidade na luta com objectivos concretos imediatos.

Ao mesmo tempo, contrariando o apagamento ou diluição do Partido, corta o passo a ilusões e a evoluções perigosas.



Lutando contra a política de direita, o nosso Partido está profundamente empenhado na luta «por uma alternativa democrática».

Nas condições presentes, uma alternativa democrática exigirá importantes decisões e medidas democráticas correctoras da política de direita nos domínios económicos, social, cultural e político. Exigirá também a defesa dos interesses nacionais e da independência e soberania nacionais, comprometidos pela política de capitulação na União Europeia.

O PCP faz propostas e promove debates.

Os objectivos de uma alternativa democrática na actual situação não podem porém ser confundidos com os objectivos de transformação social que caracterizam e identificam os comunistas.

O quadro de forças sociais e políticas susceptíveis de uma luta comum, concreta e imediata, em defesa dos interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores é necessariamente diferente do quadro de forças susceptíveis de uma luta comum por uma alternativa democrática e um e outro são diferentes do quadro de forças que lutam ou venham a lutar em comum por uma sociedade socialista.

Em relação a cada luta com objectivos imediatos, ou a curto ou a médio prazo, incluindo por uma alternativa democrática, é necessário

grande flexibilidade e agilidade e por vezes audaciosas mudanças no sistema de alianças.

Necessariamente diferentes o quadro de forças sociais e políticas susceptíveis de se unirem na luta pelo socialismo.

Não se podem tomar, senão num ou noutro aspecto, como objectivos programáticos e estratégicos de um partido comunista objectivos de luta que, muito justamente, em tal ou tal momento histórico, não põem em causa o sistema capitalista.

Assim, por exemplo, seria absurdo tomar como Programa do PCP os objectivos de luta do Partido por uma alternativa democrática na actual situação.



(...) As profundas modificações que o desenvolvimento do capitalismo, com tecnologias revolucionárias, provoca no aparelho produtivo, na própria composição da classe operária e outros sectores de trabalho assalariado, colocam complexos problemas de definição de conceitos, de concepções ideológicas, de organização e de direcção.

(...) Aqui e além no movimento comunista tem sido pelos menos precipitado adiantar que cabe agora a outra classe ou sector social o papel que a classe operária e os trabalhadores em geral e o Partido com «a (sua) natureza de classe», desempenham em toda a história e na identidade específica do movimento comunista desde o «Manifesto Comunista» de 1848.



A perspectiva da luta que actualmente travamos nas várias frentes da nossa intervenção, tem necessariamente de ter em conta não só a

vêm com o seu poderio militar para afogar em sangue a resistência de Estados e nações. Em nome da democracia instaura e apoia ditaduras. Utiliza o terrorismo de Estado.

É seu ambicioso objectivo, que só não vê quem não queira ver, liquidar todas as forças que se lhe oponham, por um lado utilizando todos estes meios, por outro lado tentando também miná-las por dentro.

Num breve e incompleto enunciado dessas forças. Países que, tendo no governo partidos comunistas, insistem em empreender a construção de uma sociedade socialista. Partidos comunistas e outros partidos revolucionários. Movimento sindical de classe. Países que defendem a sua independência e soberania nacionais em as imposições imperialistas.

Lançado na ofensiva e confiante no sinistro plano de domínio mundial, o imperialismo proclama a «globalização» capitalista como evolução mundial imparável e o sistema capitalista como sistema único e final, com a humanidade pacificada e submissa, o comunismo e a sua ideologia definitivamente mortos.

(...) Nós não aceitamos que seja essa a real perspectiva.

O capitalismo está roído por contradições inerentes ao próprio sistema. Mostra-se incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores, dos povos, da humanidade. A luta de classes continua a ser uma realidade objectiva e a sua agudização será inevitável. O que espera o capitalismo não é uma humanidade pacífica e submissa, mas novos fluxos da luta da classe operária, de todos os trabalhadores, das nações, das populações exploradas, discriminadas, oprimidas. Novos desenvolvimentos de partidos comunistas e outros partidos revolucionários. Novas revoluções socialistas e nacional libertadoras.

E inspirando estas lutas, explicando o mundo e indicando como transformá-lo estará também presente a ideologia dos trabalhadores explorados e oprimidos, que, traduzida na luta, desmente a utopia capitalista do «pensamento único». (...)



(...) O reforço do Partido surpreende e contraria os prognósticos que há muito anunciam a morte do comunismo.

Nada de estranhar pois que, ante o reforço do Partido, dia a dia sejamos literalmente bombardeados por «conselhos» que nos dão de fora do nosso Partido – «conselhos» que, segundo os conselheiros, poderiam assegurar o futuro do PCP na vida nacional. Dão-nos tais «conselhos», não só comentadores políticos encartados que proliferam na comunicação social. Dão-nos também generosamente tais conselhos medicamentosos para sobrevivência do nosso Partido dirigentes do PS e do PSD. Entre outros, Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa, para não falar de diversos conselheiros menos qualificados.

E fazem-no sem papas na língua.

Aconselham-nos, no fim de contas, a renegar o património de luta de gerações, a abandonarmos os nossos ideais, a não insistirmos no objectivo de construir uma sociedade socialista, a tomarmos como exemplo e a seguir as ideias e o caminho de tais ou tais partidos que (curioso como exemplo de sobrevivência!) tendo sido comunistas o deixaram de ser e alguns se tornaram co-gestores do capitalismo em governos de direita.

Em síntese: para não estarmos condenados a desaparecer devíamos deixar de ser comunistas. Ou seja, para o PCP sobreviver deveria aceitar a própria morte. Suicidar-se, afinal.

As pressões directas e indirectas neste sentido são constantes.

Vê-se que não conhecem nem o PCP nem o que é, o que vale, o que sente, o que quer o nosso grande colectivo partidário, com as profundas raízes que 77 anos de luta criaram no povo português. Este partido necessário, indispensável e insubstituível precisamente porque é um partido comunista portador dos ideais comunistas.

Um partido forjado na luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional. Forjado na Revolução de Abril e suas conquistas. Convicto e afirmativo no seu projecto de construção de uma sociedade socialista. Orgulhoso do seu património de 77 anos de luta, da sua identidade política e ideológica – o marxismo-leninismo como base teórica contrária à dogmatização e impulsão da criatividade.

Um partido cuja democracia interna resultou da aprendizagem própria e do desenvolvimento criativo do centralismo democrático.

Um partido cujo símbolo é a foice e o martelo, cuja bandeira é vermelha, cujo hino é a Internacional.

Em síntese, um partido comunista firme, corajoso, dedicado, digno deste nome.



complexa situação nacional mas também a situação e as perspectivas do seu desenvolvimento.

(...) Impõe-se dar resposta à questão de saber para onde vai o mundo, que perspectiva se apresenta para nós, comunistas, que perspectiva apresentamos nós, comunistas.

Ao longo do século XX, a União Soviética fez frente e conteve a partilha e repartilha do mundo pelo imperialismo e, com outras revoluções socialistas, com o movimento comunista e os movimentos nacional-libertadores, avançou a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Desaparecida a União Soviética, verificadas outras graves derrotas do movimento comunista e de outras forças revolucionárias, o imperialismo, usando os colossais meios e recursos de que dispõe (económicos, financeiros, diplomáticos, militares, propagandístico) desencadeia uma ofensiva «global» para impor o seu domínio em todo o mundo. Decreta bloqueios, sanções económicas, estrangulamentos financeiros. Inter-

Carta a uma jovem para o século XXI

■ Odete Santos

Um dia, entre recortes e recortes dos jornais, ou no meio de uma História de Mulheres, tu ouvirás falar desta Campanha, desta luta que travamos pela dignidade das mulheres.

A hipocrisia contra a qual nos batemos vai chegar-te com todo o seu cortejo de mentiras, de caras falsamente compungidas com a sorte das coitadas das mulheres.

Vais ver como houve quem ousasse falsear estatísticas, números, e ficasse insensível a mortes de mulheres, ao sofrimento das mulheres, às angústias do sexo feminino.

E vais achar brutal, tu que viverás no século XXI, e que lerás os ecos do flagelo do aborto clandestino, que tenha havido quem, neste final do século XX, ainda tenha defendido que o aborto inseguro, feito muitas vezes em bárbaras condições, é o destino inseparável da mulher, que a ele se tem de submeter, em sofrimento. Vais achar brutal a intolerância do Não.

As poucas e minguidas estatísticas, onde encontrarás a cosmética dos registos, mas que não puderam deixar de afirmar que o aborto clandestino é uma das principais causas de mortalidade materna, vão falar-te de pessoas reais, de vidas perdidas e mortes evitáveis.

Na nossa voz, que ouvirás nas páginas dos jornais, lerás com emoção Nakajima, Director da Organização Mundial de Saúde, afirmando no Cairo:

«A saúde não pode ser fragmentada; a saúde da esfera da reprodução é uma parte integral e essencial da saúde geral.»

Um dia, a ti, jovem que serás do século XXI, vão contar-te que havia quem teimasse em exigir do Estado que às mulheres continuasse reservada uma infamante pena de prisão. Mesmo que aplicada não fosse, apenas para que dessa forma sobre a Mulher se exercesse a pedagogia austera e hipócrita da Moral Única, do Pecado.

E vais ouvir-nos falar de tolerância, de convivência sã entre as mais variadas convicções. E ouvir-nos-ás falar deste final do século XX, contra uma lei que, de tanta intolerância feita, é filha da insensibilidade, da desumanidade, do regresso a tabus repressivos, das ideias retrógradas sobre o papel da Mulher no Mundo.

Esta campanha vai falar-te das mulheres que nunca se julgaram criminosas, da sociedade que não as considera criminosas, mas que se viram estigmatizadas, culpabilizadas, por feroz campanha que às mulheres reservou o papel de Rés, e que na Praça Pública não teve pejo de exigir a hipocrisia na Lei, ainda que o saber, de experiência feito, diga aos seus autores que mais mulheres morreriam, que mais mulheres e famílias teriam a vida perdida, se o Não cerrasse as portas à liberdade de opção.

Daqui dizemos, para que no tempo bem longe se ouça: Sim ao direito de decidir. Sim à liberdade de optar. Contra a imposição cega que nega o direito à liberdade.

Remontarás no tempo, e saberás que também em nome do pecado e da moral única e hipócrita chegaram a estar presas mulheres como Margaret Sanger, pioneiras na luta pelo planeamento familiar.

E como ainda hoje estamos lutando pelo direito a controlar a nossa fertilidade, lutando contra os falsos Fazedores da Moral, que hoje subitamente descobriram as mil e uma maravilhas da educação sexual.

Saberás que quando fomos raparigas, jovens, sempre nos defrontámos reprimindo a alegria de ser Mulher, com o direito inalienável a viver a sexualidade.

Eles despertaram, de novo

Sossegados na apatia de cerca de 14 anos – que são tantos os que medeiaram entre a lei que conquistámos em 1984 – julgando saber que tudo estava calmo, que as jovens e as mulheres aguentavam uma vida sofrida, que os cidadãos deste país se esqueceram

mulheres, nomeadamente das mulheres das classes mais desfavorecidas.

O que lhes importa (e como é possível que tal aconteça, perguntarás tu, no século XXI), o que lhes importa é que o Estado continue a invadir e a reprimir a privacidade das mulheres.

«Um Estado que restringe o direito da mulher a pôr termo a uma gravidez, no primeiro trimestre (e verás que fomos bem modestos e pelas 10 semanas nos ficámos), esse Estado priva a mulher do direito a tomar as suas próprias decisões acerca da reprodução.»

«Porque a maternidade tem um impacto dramático nas expectativas de formação educacional das mulheres, nas oportunidades de emprego, no direito à autodeterminação, as leis penalizadoras do aborto no primeiro trimestre da gravidez, privam-nas do mais elementar controlo da sua vida.»

Mas é o que eles querem: restringir o direito das mulheres à cidadania.

E não se importam que os hospitais se ocupem dos abortos, desde que os mesmos sejam clandestinos.



das mulheres, acordaram com palavras que se esforçaram em não por tornar serenas, mansas, cúmplices das mulheres coitadas... coitadas das mulheres.

Conhecemo-los. Desconhecem a vida das mulheres.

Eles não falam das mulheres vistas por Álvaro Feijó com um olhar terno e triste:

«Aqueles
que não têm mantos da cor do céu,
nem fios d'ouro nos cabelos,
nem anéis nos dedos;
aquelas
que não trazem um menino nos seus braços
porque os seios mirraram
e já não têm pão para lhe dar.»

Não falam das mulheres que tomam a difícil decisão de abortar para salvar o direito à qualidade de vida da família.

Eles não falam do direito à vida digna de ser vivida.

Só o que lhes importa é dormir um sono sossegado (e como é isso possível?) sobre a lei que promove doenças e mortes de

E também acedem a que os seus impostos se utilizem no tratamento de milhares de mulheres que abortaram, desde que os abortos sejam clandestinos.

E não se importam que as clínicas pratiquem o aborto, desde que este seja clandestino.

E já defendem a actual lei que combateram, porque em 14 anos tudo fizeram, por acção e omissão, para que a mesma não se cumprisse.

Eles, dirás tu (jovem que tiveste a tua mãe, pai, ou avós, nesta luta pelo direito a decidir), são hipócritas.

E saberás como foi difícil, a nós que nos batemos pelo direito a decidir, arrostar a intolerância e o obscurantismo.

Foi uma luta justa pela verdade, pelo direito das mulheres à cidadania, pelo direito à dignidade.

A dignidade que tu, jovem que nos lês em recortes dos jornais, terás no século XXI.

Com uma lágrima furtiva, pela aspereza da luta, mas contida, porque é preciso resistir e lutar, daqui te enviamos notícias para que saibas que já sentimos saudades do Futuro.

■ Honório
Novo

Sobre o Fundo de Coesão

“Uma das maiores inovações do tratado de Maastricht foi a decisão de criar um Fundo de Coesão (...)” Por isso se propõe “a manutenção deste Fundo, na sua forma actual; os Estados membros cujo PNB por habitante seja inferior a 90% da média comunitária e que tenham aderido à terceira fase da UEM mantêm-se elegíveis a uma contribuição do Fundo de Coesão” – é assim, de forma clara e sem qualquer ambiguidade, que a Comissão Europeia se refere ao FC na Agenda 2000, documento apresentado há quase um ano.

Até esse momento era compreensível admitir que o PE se pronunciasse de forma cautelosa sobre o Fundo de Coesão. A partir de então teria sido aconselhável defender de forma clara aquela proposta. Antes do mais por se tratar de uma ideia conforme o espírito e a letra do Tratado; depois, porque definia meios financeiros para se poder ainda dar continuidade, mesmo que a um nível mínimo e inferior às necessidades, a uma política de coesão; finalmente, por se tratar de fazer assumir pelo PE uma das poucas orientações positivas da Agenda 2000.

Mas ao contrário do que sucede em grande número de situações – em que suporta sem hesitações as ideias da Comissão Europeia –, o PE tem-se mantido, neste caso, numa postura estranhamente recuada em relação às propostas da Comissão. Mais: tem-se mesmo afastado, ainda que de forma lenta, dessas propostas. Ao longo de quase um ano, durante o qual se aprovaram diversos relatórios com incidência directa ou indirecta sobre o Fundo de Coesão, tem-se verificado uma regressão lenta mas clara nas formulações utilizadas quando se fala do Fundo e quando se fala das perspectivas do futuro quadro financeiro com ele directamente relacionado.

A tendência para compromissos que dão guarida à posição daqueles que querem realizar um alargamento sem aumentar o orçamento comunitário, desviando apenas meios financeiros dos actuais países menos desenvolvidos da UE, é crescentemente inadmissível. Tais compromissos poderão ter incidências políticas negativas já que se aproximam os momentos de tomadas de decisão, e já que poderão contribuir para debilitar as posições nacionais face a um quadro que, por si só, é profundamente preocupante.

O relatório sobre a execução do FC em 96, da autoria de um deputado espanhol, foi o penúltimo episódio desta evolução negativa. Adoptada, em sede de Comissão da Política Regional, uma formulação que, pela primeira vez, abandonava os compromissos sem sentido e suportava as propostas da Comissão para o Fundo de Coesão, o relatório sofreu em plenário várias alterações que o minaram por completo, já não apenas com ambiguidades mas igualmente com uma tendência claramente favorável àqueles que advogam que o Fundo de Coesão não continue a beneficiar os actuais destinatários que integrem a moeda única.

Surge mesmo uma emenda, da autoria de um deputado alemão do PPE, que, ao texto original que pedia a prorrogação da “aplicação do FC para além do ano de 1999”, acrescentava a expressão “embora apenas para os estados membros que não participem na UEM”.

Todo este “cocktail” apenas mereceu do relator a apresentação de uma alteração oral, feita apenas no momento da votação desta última, através da qual se propunha substituir, no seu próprio texto, a frase “aplicação do Fundo de Coesão” pela expressão “aplicação de um Fundo de Coesão”.

Aceitar esta alteração oral correspondia a dar luz verde a um texto ainda mais ténue do que aquele que constava de relatórios anteriores, ainda por cima no contexto de um relatório já integralmente minado por outras alterações inaceitáveis. Por isso nos opusemos à aceitação dessa emenda oral, tendo sido depois aprovado o texto do deputado alemão, com o apoio maioritário dos grupos socialista e popular europeus.

Neste quadro, importa imputar responsabilidades políticas a quem votou favoravelmente as alterações aprovadas e, do mesmo modo, a quem, depois, votou o relatório alterado. E, aqui, atribuir maiores responsabilidades ao grupo socialista que, com a sua abstenção (111 em 452 votantes, 175 a favor,

166 contra) permitiu a passagem do relatório.

O relatório sobre a coesão da Agenda 2000

Já depois deste episódio, foi votado, na última sessão plenária do PE, um outro relatório da autoria de uma deputada verde alemã sobre a parte da coesão da Agenda 2000.

Gostaríamos de nos associar àqueles que consideram que o PE teria voltado a recomendar “a manutenção das ajudas do Fundo de Coesão a Portugal, Espanha e Irlanda, países que, sendo actuais beneficiários, vão integrar a moeda única”. Por apego à verdade, e ainda que a contragosto, não o podemos fazer. Por idênticas razões não acompanhamos quem exultou com aquela sugestão, logo afirmando que o PE teria, assim, corrigido uma decisão tomada em sessão anterior, logo afirmando que o PE teria, assim, corrigido uma decisão tomada em sessão anterior, onde se afirmara que... Fundo de Coesão, sim, mas apenas para quem não fizer parte do euro.

A opinião pública inquietou-se, justamente, quando foi aprovada uma tal emenda de um eleito alemão do PPE. De igual

Obviamente que a aprovação destes textos decorre de uma votação maioritária. Mas isso não nos obriga a subscrevê-los, pois não correspondem ao que interessa a Portugal, antes formalizam uma regressão relativamente ao que consagra a própria Agenda 2000. Muito menos a aprovação desses textos justifica as leituras (no mínimo abusivas) que deles alguns fizeram.

Alguns dizem, porventura para esconder a respectiva incapacidade e diminuto poder de influência, que tal formulação é o compromisso possível em vésperas de eleições alemãs... Cabe perguntar se é aceitável que o PE seja uma espécie de câmara de eco do actual e do futuro parlamentos alemães. Cabe perguntar-nos se a situação seria análoga caso houvesse eleições em Portugal, na Finlândia ou na Grécia. Cabe perguntar se a “Europa” dos directórios das grandes potências e das várias velocidades já está institucionalizada. Cabe perguntar se o PE, que se afirma como defensor dos cidadãos europeus e órgão eminente de elaboração de sínteses para além das fronteiras nacionais, afinal só o é (e como tal se assume) quando se trata de políticas monetárias e outras que tais – onde não há compromissos, nem contemplanções por especificidades – e facilmente o esquece quando se trata da coesão (cada vez mais encarada como “caridadezinha” por quem para ela contribui mas não quer enxergar o que dela beneficia).

Neste contexto, convém aliás voltar a chamar a atenção para o facto desta polémica em torno do Fundo de Coesão se



forma, a opinião pública não pode ficar sossegada com o texto “corrigido”. A menos que se pretendam criar falsas e ilusórias expectativas sobre o que foi aprovado, tentando subvalorizar o que teria sido justo e necessário aprovar-se...

De facto, como pode aceitar-se que, um ano depois da divulgação da Agenda 2000, o PE se limite a apoiar “a manutenção de um Fundo de Coesão a partir do ano 2000, sem prejuízo da sua posição definitiva a manifestar no quadro do procedimento legislativo relativo ao regulamento do Fundo de Coesão”? Como pode aceitar-se que o PE mantenha total indefinição no que respeita à ilegitimidade para o FC e que, ainda por cima, adie uma vez mais qualquer clarificação sobre a questão para o procedimento legislativo?

E como pode aceitar-se que, em complemento do texto supra, o PE apenas “tome nota que a CE propõe a manutenção de um Fundo de Coesão para os Estados membros cujo PNB *per capita* seja inferior a 90% da média comunitária”, nem sequer se preocupando com a inverdade (manipulação?) de tal registo, já que a Comissão fala desse Fundo e não de um (qualquer) fundo, e afirma que para ele são ilegíveis os países naquelas condições de PNB que tenham aderido à UEM?

poder estar a constituir em cortina de fumo que, perante a eventualidade de uma ratificação em Conselho da proposta da CE sobre o Fundo de Coesão, permita ao governo reivindicar “vitória” e esconder cedências graves noutros aspectos da Agenda 2000, seja nos fundos estruturais seja na reforma da PAC.

Entretanto, não subscrever compromissos inócuos, crescentemente limitativos e comprometedores, antes tomar a iniciativa para defender a manutenção do Fundo de Coesão na sua formulação actual foi, e será, a opção natural dos que (mais uma vez) não estão dispostos a abdicar de instrumentos essenciais, cuja necessidade, aliás, se reforça no quadro da união monetária. De momento, tal objectivo não foi ainda conseguido, mas isso não impedirá que se retome a iniciativa, para a qual, aliás, é importante a disponibilidade e capacidade de influência e trabalho de outros, até ao momento infelizmente limitada. O que se rejeita, neste quadro de desejável colaboração, é que, à falta de iniciativa própria, alguns se bastem com o elevar dos calcanhares e a crítica destrutiva às posições alheias.

■ Zillab Branco

Memória banida no Chile

O medo que um ditador tem de um povo consciente e de uma história capaz de despertar a solidariedade internacional levou Pinochet e seus seguidores a tudo fazerem, durante 25 anos, para que a memória chilena fosse apagada. Tal como no Brasil, a ditadura militar fez-se conhecer como uma «revolução capitalista» e a cultura americanizada foi adoptada como moderna e superior aos valores mais profundos e às imagens tradicionais do país. Como autoritarismo esquecem que a história é um resultado e que os seus valores foram forjados através dos quatro séculos e meio que fizeram do Chile um país produtivo, organizado, com elevado grau de consciência social e de criatividade em múltiplos sectores, um povo com marcante personalidade.

O neoliberalismo foi implantado ali antes mesmo de se ter desenvolvido na Inglaterra pela mão da Sra. Thatcher. O país serviu de laboratório e recebeu todo o apoio dos Estados Unidos e outros países interessados em transformar as sociedades dependentes em importadoras dos seus produtos e fornecedoras de mão-de-obra barata. Para isso ajudaram a criar uma capa moderna para a sociedade — desde linhas de metro até um estrato social da classe média (estilo empresário de sucesso norte-americano) enriquecido e com acesso à ante-sala do poder.

Tendo vivido no Chile durante o período da Unidade Popular e trabalhado ali pela reforma agrária e organização camponesa, aprendi a admirar aquele povo cuja história foi sempre feita de lutas e de elevado sentido de solidariedade. A classe média, social e economicamente muito próxima dos operários e camponeses, preocupava-se mais com a instrução e com a criatividade do que com uma aparência copiada às altas camadas. Vestiam-se sempre com muito apuro mas de maneira sóbria e económica. Habitualmente comprava-se móveis e objectos de uso doméstico nos mercados ou em lojas que os vendiam usados. Tudo era cuidadosamente tratado incorporando novos traços artísticos e muito afecto.

O hábito da leitura fazia do chileno um grande consumidor de livros. Assim foi que a Editora Quimantú, durante o governo de Allende, passou a editar em livros de bolso todo o tipo de literatura clássica em dezenas de milhares de exemplares que esgotavam rapidamente. O mesmo acontecia com os jornais que eram lidos até pelas crianças. As conversas sociais tinham conteúdo, iam muito além das banais observações sobre os factos superficiais. Era uma sociedade enriquecedora mesmo enquanto se cumpria as tarefas domésticas de compra de alimentos e de cuidados com as crianças. As escolas oficiais mantinham os alunos integrados nos trabalhos de conservação das salas e pátios de recreio além de acompanharem de perto os acontecimentos nacionais organizando visitas aos bairros pobres e recolhas de roupa e outros produtos nos bairros ricos. As crianças aprendiam a medir uma melhor distribuição da riqueza e a prestar a sua ajuda aos que mais necessitavam. Os que já tiveram essas experiências sabem a alegria que provocam em quem se sente útil e participante da vida social. Não havia paternalismos, tudo se resumia numa questão de justiça social e de aperfeiçoamento da distribuição dos recursos. Esta era a escola das crianças e de todo o povo chileno.

A brutalidade do golpe fascista de Pinochet, apoiado pela CIA e secundado pelos fascínoras que assassinaram os seus opositores e destruíram as conquistas populares, não foi suficiente para apagar o significado do governo Allende. Aquele episódio histórico tinha raízes profundas nas lutas dos mineiros, dos camponeses, dos indígenas, dos educadores, das mães chilenas. Não foi um programa político superficial com pequenas variações do discurso e das personalidades como o que ocorre sob o domínio da burguesia capitalista. Allende teve a coragem de dar espaço à história da maioria chilena até então oprimida pela oligarquia. E o sentimento de libertação despertou a criatividade artística que transformou em música e poesia a consciência popular. Foi o engrandecimento do ser humano, a purificação do seu relacionamento social, o despojar do seu egoísmo, a sua realização humanista plena.

Para destruir essa memória seria necessário muito mais que exterminar os seus líderes e queimar os seus livros. Pinochet foi buscar

os exemplos fascistas de dominação dos povos quando eram proibidas as expressões da cultura do vencido. Sem poder substituir o idioma nacional, mudou o ensino, proibiu textos, banuiu palavras e músicas, inventou novos significados deturpando velhos conceitos, impôs um modelo estrangeiro como superior, enterrou a história. Em 25 anos cresceu uma geração condenada a nada saber do passado heróico do seu povo e a atribuir as suas dificuldades presentes aos pais que estiveram comprometidos com a luta. Além dos crimes hediondos cometidos pela ditadura de Pinochet ainda sobressai o da tentativa de destruir os bons sentimentos de um povo, a identidade de uma nação, o afecto e respeito pela família e pela história pátria.

A emoção do reencontro

Durante muitos anos evitei voltar ao Chile. Tinha medo de enfrentar a tristeza que me ficara gravada com os bombardeios, as mortes, as torturas, os desaparecimentos de amigos, as brutalidades policiais que presenciei em 1973.

A primeira visita ao centro da cidade foi dolorosa. Diante do palácio de «La Moneda» revia o horror das bombas, as pessoas correndo em pânico à procura de abrigo e dos seus filhos que haviam ido à escola, o sacrifício de Allende, a vitória do inimigo animalizado pelo ódio. As recordações são feitas de cenas, ruídos, cheiros, sentimentos. Não são quadros estáticos. Relacionam-se com outros acontecimentos. Aquela mesma praça fazia-me lembrar a fitura do general Carlos Prats, dois meses antes do golpe de Pinochet, descendo do seu carro com uma metralhadora pequena e desarmando cinco tanques que ameaçavam o palácio do Governo num primeiro intento golpista. O povo todo acorreu numa manifestação entusiástica onde surgiu pela primeira vez a mensagem «soldado, amigo, o povo está contigo», que foi aplicada em Portugal em Abril do ano seguinte.



Eu via com consternação todas as alterações físicas da cidade feitas para apagar o passado. Uma horrível torre iluminada dominando com a sua arquitectura incompatível o cenário antigo do centro de Santiago. Nos jardins do palácio dos presidentes foram homenageados com a colocação dos bustos: Alessandri e Frei, os que antecederam Allende. Naturalmente o visitante pensa naquele que foi morto ali e a quem, por medo, ainda negam a homenagem. Aos poucos comecei a perceber as fissuras daquela imagem de força golpista e tratei de procurar a memória do Chile que conheci e sempre amei.

Percorri as ruas onde o comércio mais pobre permanece. Dezenas de lojas de roupas usadas hoje anunciam a origem do produto: Europa, Canadá, Estados Unidos e outros. Chegam constantemente toneladas de roupas usadas. Como se estrutura este comércio que nos países de origem não são visíveis? Há muitas áreas económicas informais que não são contabilizadas.

Prestei atenção às pessoas da classe trabalhadora que conservam as mesmas maneiras de há 25 anos apesar de jovens, vestem-se com a mesma simplicidade sem se preocuparem com a moda. A diferença que notei foi na tristeza e no aparente desinteresse por temas que não os do seu trabalho imediato. No hotel, ao pedir uma lista telefónica para encontrar o endereço de um Partido (sem dizer qual), recebi a lista com o comentário seco: «Este é um tema que não me agrada.» Há muita gente apavorada, principalmente os que trabalham no turismo ou no Estado.

O desenvolvimento nacional começa a tropeçar nos problemas criados pela ditadura. Além de uma pretensa democracia apresentada aos visitantes por funcionários amedrontados, o turismo sofreu um rude golpe com a revelação de que as fronteiras do Chile com a Argentina, com a Bolívia e o Peru estão minadas. Depois de alguns acidentes fatais nos parques nacionais de Lauca, Salar de Surire, Los Flamencos, Lullullaco (frequentados por turistas nacionais e estrangeiros), o exército confessou que ali existem 500 mil minas antipessoais armadilhadas. Diante do elevado custo (dezenas de milhões de dólares) para a retirada das minas que só poderia ser feita em 20 anos, o responsável dos parques concluiu: «São poucos os casos de acidente para tão elevada despesa. O melhor será vigiar a zona.» Na TV apareceu um jovem que pensa

de maneira oposta por haver perdido os movimentos de um braço com a explosão de uma mina. Mas o que interessa aos herdeiros de Pinochet que existam Direitos Humanos e proibição internacional de terrenos minados se estão com o comércio exportador de fruta em ascensão e as rodovias privatizadas e melhoradas?

Contrastes

Conheci um professor universitário de Ciências Políticas. Jovem de 35 anos disse ter estado no Partido Comunista mas que saiu «à esquerda», distinguindo-se de outros que saíram «à direita» e hoje estão no governo. Senti um certo cansaço ao lembrar este filme... E ele não se dava conta de que saiu «à esquerda da direita que saiu antes». Reclamava um comportamento revolucionário ao PCCh e um projecto próprio. Perguntei qual seria e ele respondeu que deviam reflectir. Lembrei-me do actual Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, no mesmo papel quando jovem.

Para não alimentar a tristeza deste último encontro, saí à procura de prendas para os netos com os símbolos da cultura chilena. Não encontrei. Numa loja reclamei da falta dos desenhos típicos do país e a balconista respondeu-me com amargura: «Lamentavelmente no hay.» Estranhei que uma jovem de 30 anos (portanto 25 desde o Golpe), numa loja quase luxuosa, sentisse a falta da antiga imagem do Chile. «Tenemos la memoria en el corazon, nuestras familias conservan la historia en la casa. Somos obligados a vestir como ellos con los colores de ellos. Pero somos chilenos como antes. Us ted pude estar tranquila que como yo hay mucha gente». Fiquei emocionada e ela também.

Comecei a ver Santiago com outros olhos, com esperança. Mesmo com as mudanças que apagaram a liberdade de cada um e que impuseram um novo ritmo nervosinho nas ruas tornando impossível a antiga prática de se fazer malhas nos autocarros ou nas filas (que em Lisboa também havia e desapareceu), em casa as famílias cultivam a história e a personalidade nacional. Conseguiram apagar apenas a fachada mas não a memória do verdadeiro Chile. Mantém-se clandestina a cultura Nacional. E não é por acaso que os jovens comunistas estão vencendo todas as eleições nas associações estudantis.

«Opinião pessoal»

De ministro do Comércio do governo de Cavaco Silva, Faria de Oliveira passou a membro da Comissão Executiva do IPE - empresa pública assim siglada, inicialmente, por se chamar «Instituto de Participações do Estado» e, actualmente, por ter passado a chamar-se «Investimentos e Participações Empresariais». Muitas vezes nas bocas do mundo por razões várias e, recentemente, em consequência do célebre negócio levado a cabo no Brasil em parceria com a Sonae, o IPE é rentável na ordem dos milhões de contos de lucro por ano. Há meia dúzia de meses, o IPE constituiu a EPI (com um capital social de 5 milhões de contos, totalmente subscrito pelo IPE). Para além da criatividade patente na sigla da nova empresa, que nos mostra um IPE virado do avesso, é justo sublinhar que a jovem EPI (Estudos e Projectos Internacionais, S.A.) tem como objectivo dar resposta àquela que é hoje «uma das missões relevantes do IPE»: «o apoio à internacionalização das empresas portuguesas no contexto da globalização económica». Foi no cumprimento dessa missão que o EPI adquiriu 20% do capital

PONTOS CARDEAIS

social da MIB (Modelo Investimentos do Brasil), sociedade de direito brasileiro que detém a totalidade do capital social da Real Companhia de Distribuição (CRD) - empresa na qual a Sonae entrou em 1989 e da qual passou a assumir a gestão em 1995. Sempre nesta harmónica e regular evolução, a Sonae comprou, enfim, à EPI uma cota que lhe permitiu passar a detentora de 80% do capital da MIB. E pronto. Tudo simples, claro, transparente: IPE forma EPI; EPI adquire parte da MIB; Sonae compra CRD que é da MIB; Sonae adquire MIB... e eis concretizada a patriótica missão internacionalizadora do IPE - empresa pública e rentável na ordem dos vários milhões de contos por ano. Assim sendo, não é de espantar que Faria de Oliveira venha agora sugerir a privatização do IPE. Mas prevenindo logo - transparência *oblige* - que se trata de uma «opinião pessoal que não vincula a instituição». Pois claro.

«A essência»

Na mesma linha de pensamento de Faria de Oliveira circula a sempre

suprema e profunda inteligência de Santana Lopes sobre a matéria. Sublinhando, e muitíssimo bem, que «o PPD/PSD sempre defendeu a existência de grupos económicos fortes» e que, por isso, só tem razões para se «regozijar pelo facto de os grupos económicos serem apoiados na sua internacionalização» (...) «nomeadamente em mercados vitais para a economia portuguesa» (...) «como é o mercado brasileiro», Santana cai como a sopa no mel do IPE e revela ser possuidor de todas as condições curriculares requeridas para estar à frente de uma qualquer empresa pública rentável. Na verdade, o ex-Presidente do Sporting e actual Presidente da Câmara da Figueira da Foz - onde, segundo proclama, «estou a trabalhar muito» (...) «pelo Portugal novo com que sonho» - sabe, e di-lo com toda a frontalidade, que «atacar todos os grupos económicos não faz sentido. E quando algo vai contra a essência é sempre grave». Quanto mais não seja porque atacar «a essência» põe em causa, e de que maneira, a construção do «Portugal novo» dos sonhos de Santana.

Outras «essências»

Notícia de última hora chegada à Redacção do «Avante!» dá-nos conta de que o Governo do Engenheiro Guterres se prepara para proceder a dois inesperados e, por isso, espectaculares processos de privatização. Segundo a nossa fonte que, naturalmente, deseja manter a anonimato, a ideia destas novas privatizações foi sugerida pelo Ministro Pina Moura e dado que, pelo menos num dos casos, vai privilegiar todos os grandes grupos económicos e financeiros - sem excepção! -, teve desde logo a entusiástica anuência do Primeiro-ministro Dada a retumbância que a divulgação da notícia provocaria e apesar de ela ser oriunda de fonte digna de todo o crédito, a Redacção do «Avante!» entendeu proceder a uma confirmação rigorosa da veracidade da informação. Assim, contamos fazer chegar aos nossos leitores, na próxima semana e em primeiríssima mão, a sensacional revelação.

As ordens do ministro

A democracia em que vivemos está repleta de transparência, de solidariedade, de modernidade, de internacionalização e de muitas outras palavras que, como as acima referidas, constituem bengalas de uso diário no suporte do discurso dos membros do Governo e dos grandes empresários. A Comunicação Social dominante repete o discurso da ordem - perdão: da Ordem - fazendo suas as palavras da família governamental/empresarial, assimilando-lhes a forma e o conteúdo. Pensava-se que tal facto decorria de uma qualquer privilegiada capacidade dessa comunicação social. Afinal, parece que não é exactamente assim. Escreve Manuel Falcão, no Diário Económico, que vivemos uma «época em que a comunicação está ferreamente controlada pelos assessores de comunicação de ministérios e de grandes empresas públicas e privadas. Não há-de ser por acaso que uma das maiores injustiças dos últimos anos reside no facto de o Clube dos Jornalistas ainda não ter atribuído o prémio de "Editor do Ano" ao ministro Jorge Coelho, tal é a forma como a sua influência na escolha de títulos de capa e no alinhamento dos jornais das estações de rádio e televisão se fez (faz?) sentir». Trata-se, de facto, de uma injustiça gritante a exigir reparação imediata. Como? Por exemplo: dando às ordens do ministro Jorge Coelho o destino que merecem.

PONTOS NATURAIS

Explorados e perseguidos

Júlio Magalhães - Os trabalhadores da multinacional McDonald's, do Porto, protestaram hoje contra a administração. Dizem que ganham mal, que não têm condições de trabalho, não têm uma alimentação condigna e são obrigados a uma grande polivalência. Os que são sindicalizados acusam ainda a administração de os perseguir.

Repórter - Manifestação de protesto dos trabalhadores de três restaurantes da cadeia McDonald's do Porto. O objectivo era sensibilizar os clientes e a população em geral para as precárias condições de trabalho. Nestes três restaurantes há apenas uma categoria profissional, e quem lá trabalha tem que fazer de tudo: cozinha, caixa e limpeza. Os funcionários queixam-se do magro ordenado.

Trabalhador - A loja fecha às onze ou meia-noite, depende dos dias, ao fim-de-semana é à meia-noite, e a gente fica até às três, quatro da manhã, depende da hora que o gerente quiser. Não recebemos mais por isso, a fazer as tais limpezas.

Por isso é que eu estou assim todo marcado. Não temos segurança. Eu ainda estou mais ou menos, agora um colega nosso, acho que foi no Bom Sucesso, o óleo caiu-lhe em cima e ele ficou completamente desfeito.

Repórter - Vocês quanto é que ganham?

Trabalhador - Trezentos e pouco à hora.

Trabalhadora - Nós, a partir das onze da noite, ganhávamos o salário nocturno, e ele não: chegou lá, começou a dar prémios, dá-nos um conto e quinhentos e a gente é obrigado a estar até às sete, já ficámos até às nove da manhã.

Repórter - O Sindicato do sector garante que todas as tentativas de diálogo com a gerência dos restaurantes têm sido recusadas.

Francisco Figueiredo (sindicalista) - Nós já fizemos várias diligências para dialogar com o senhor Jorge, que é administrador da empresa que explora estes três McDonald's. Ele recusa constantemente o diálogo para resolver os problemas dos trabalhadores.

Repórter - O Sindicato já pediu a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho. A RTP tentou falar com a gerência destes três McDonald's, mas foi-nos dito que não estava ninguém para nos receber. E não houve sequer resposta quanto a uma entrevista para breve.

Júlio Magalhães - A administração do McDonald's enviou há minutos um fax que vou passar a ler: No ponto 1 informa que o McDonald's cumpre as leis em vigor. Diz que desde que o McDonalds está em Portugal nunca se registou nenhum incidente em qualquer dos seus restaurantes e no terceiro ponto diz que as afirmações feitas são destituídas de fundamento.

Sem mais.

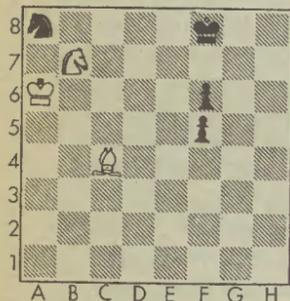
(Jornal da Tarde, 30-6-98)

XADREZ

DCLXIV - 9 DE JULHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X27

Por: **Enrico Paoli**
«L'Italia Scacchistica», 1951

Pr.: [4]: Ps. f5, f6 - Ca8 - Rf8
Br.: [3]: Cb7 - Bc4 - Ra6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X27 [E. P.]

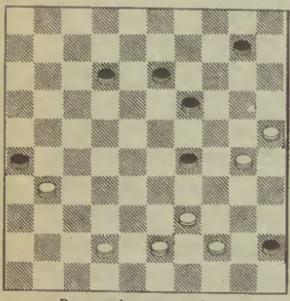
1. Rb5!, Cb7 +; 2. Rç6, Cc8; 3. Rd7, Cg7;
4. Cc5, f4; 5. Rd8, Cf5; 6. Cc6 +, Rf7; 7.
Cd4 +, Rg6; 8. Bd3 e ganha. A. de M. M.

DAMAS

DCLXIV - 9 DE JULHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D27

Por: **Maurice Nicholas** [F]
«Eu - Le Tréport», F., 1.VIII.1952

Pr.: [7]: 10-12-13-19-26-29-45
Br.: [7]: 25-30-31-39-42-43-44



Branças jogam e ganham

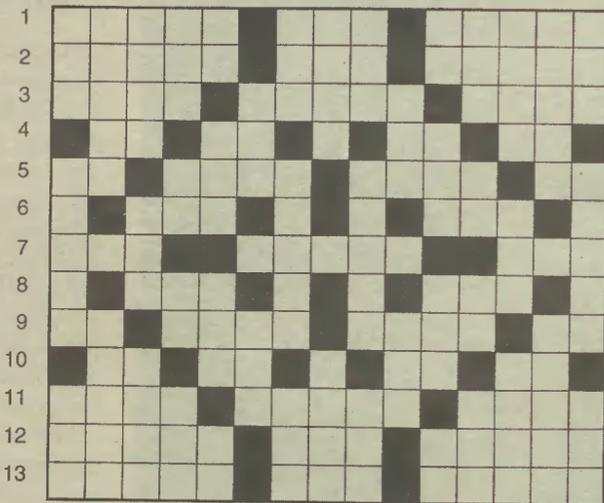
SOLUÇÃO DO Nº 1998D27 [A.P.]

1. 44-40! (26x48=D); 2. 39-34, (48x39);
3. 34x5=D, (45x34); 4. 25-20, (34x14);
5. 5x5+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Cavidade da parte interna da região onde o braço se insere no tronco; na companhia de; parte superior da ramagem das árvores (p.l.). 2 - Especiaria indiana; ave corredora, originária da América do Sul; escondo. 3 - Vadia; azedo; o m.q. armadilho (mamífero). 4 - Nota musical; preposição; basta; suf. de agente. 5 - Igreja episcopal ou patriarcal; insignificância (fig.); porto abrigado por terras mais ou menos altas; Ósmio (s.q.). 6 - Cada um dos anéis de uma cadeia; rochedo (bras.). 7 - Também não; diz-se do verso que termina em sílaba acentuada; substância açucarada que as abelhas preparam com o suco das flores, e que depositam nos alvéolos dos seus favos. 8 - Letra grega; bago da videira. 9 - Espécie de escumilha; cóleras; vestimenta feminina que é traje típico da mulher indiana; utensílio de cozinha. 10 - Bário (s.q.); satélite de Júpiter; Sódio (s.q.); Cobalto (s.q.). 11 - Armadilha para pássaros; dissimulada; poeta e cantor ambulante entre os gregos antigos. 12 - Provido com asas; braço de rio; nome de homem. 13 - Adições; empunhei; colorações.

VERTICAIS: 1 - Mau cheiro (bras.); decrépito; chefe etíope. 2 - Espécie de manta com que as mulheres agasalham os ombros e o tronco; gordo. 3 - Interj. designativa de repulsa; nome de letra; elevam. 4 - Depósito que se forma nos líquidos fermentados; Alumínio (s.q.); planta lilácea oriunda da China; nome de mulher. 5 - O mais (ant.); eternidade; apelido de poeta português; aqueles. 6 - Patrão; aqueles. 7 - Dez vezes dez; tradição lendária dos escandinavos (p.l.); profere orações. 8 - Nome de homem; erva-doce. 9 - Grande extensão de água salgada; grosseiros; passa para fora. 10 - Base aérea portuguesa; nome de mulher. 11 - Cálcio (s.q.); acrescente; larva que se cria nas feridas dos animais; Actínio (s.q.). 12 - Carta ou documento escrito numa só folha; Astatino (s.q.); seis romanos; adoro. 13 - Dilatação existente no esfago da maioria das aves, onde se armazenam os alimentos antes da passagem ao estômago; mulher que cria uma criança de outrem; comer à ceia. 14 - Peça metálica que se coloca na extremidade da pena para escrever; putrefacto. 15 - Ribeira portuguesa; floresta equatorial densa ou floresta-primária da Amazónia, bacia do Zaire e da Indonésia; o sono das crianças (pl.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Axila; com; copas. 2 - Caril; em; alapo. 3 - Altra; amaro; apar. 4 - Lá; em; lá. 5 - S; avos; rada; Os. 6 - Eto; ra. 7 - Uva. 8 - Ela; v. 9 - L; tra; em; lá. 10 - Ba; To; Na; Co. 11 - Rcla; sonsa; acdo. 12 - Asado; rta; Amaro. 13 - Soma; asi; podre. 15 - Sor; selva; ois.
VERTICAIS: 1 - Aca; sent; rds. 2 - Xalit; obsco. 3 - Irat; em; alam. 4 - Lat; Al; Ada. 5 - Alt; cov; Ar; Os. 6 - A; mo; aos. 7 - Cem; sagas; ora. 8 - Om; art; anis. 9 - Mar; rudes; sal. 10 - Ora; Ana. 11 - Ca; adi; ura; Ae. 12 - Ola; Al; V; ura; Ae. 13 - Papo; ama; ceat. 14 - Aparo.

AGENDA

Carlos Carvalhas visita Santarém

Acompanhado por uma delegação do Partido, que integra nomeadamente o camarada Jorge Cordeiro, o secretário-geral do PCP visita na próxima terça-feira a cidade de Santarém, a convite do Presidente da Câmara Municipal.

Após a sessão de boas vindas e a assinatura do livro de honra do município, Carlos Carvalhas visita a exposição "O Descobrimento do Brasil", patente na Igreja da Graça e, após o almoço que terá lugar na Casa da Alcáçova, percorre a zona histórica e as novas urbanizações da cidade.

**Pela Regionalização
Pela Região de Entre Douro e Minho**

*Encontro aberto a todos os que,
nos distritos de Porto, Braga e Viana,
pugnam por esta reforma democrática
da Administração Pública*

a bem do desenvolvimento da região e do País
Porto - Hotel Tuela - Sexta-feira, dia 10 às 21h30

ÉVORA**1ª Assembleia da Organização
dos Intelectuais Comunistas de Évora**

Hoje, dia 9, a partir das 18h, no Palácio D. Manuel

ALMADA

Laranjeiro - Convívio no Centro de Trabalho, hoje, dia 9, a partir das 16h. Plenário de militantes, hoje, às 21h30, no mesmo local.

ALVITO

CDU - Encontro de eleitos e activistas para discussão do trabalho desenvolvido e a desenvolver na continuação do mandato, com a participação dos camaradas João Sarai-va e António João: domingo, 12, às 15h, no Centro de Trabalho.

MATOSINHOS

Reunião concelhia de militantes, para discussão de questões da organização do Partido e da dinamização da sua actividade e ainda da situação política e iniciativas, com a participação do camarada Emídio Ribeiro: dia 9, às 21h30, na Junta de Freguesia de Matosinhos.

SINTRA

- Plenários de militantes em **Almargem do Bispo** (dia 10, às 21h30, em casa do cam. Miguel Rodrigues) e em **Montelavar** (dia 11, às 21h30, no Centro de Trabalho de Montelavar).
- Plenário de militantes das freguesias de **Massamá, Monte Abraão e Queluz**, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**: dia 10, às 21h30, no Centro de Trabalho de Queluz.
- Reunião concelhia de Quadros: quinta-feira, dia 16, às 21h, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro.
- CDU / **Belas** - Reunião dos membros da lista CDU à Assembleia de Freguesia e outros activistas da CDU e do PCP, com a participação de **Lino Paulo**: dia 14, às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia (junto à URBIP).

TOMAR

Plenário de militantes: dia 14, às 21h30, no Centro de Trabalho de Tomar.

**Passeio das Mulheres CDU
a Arcos de Valdevez**

Porto - 12 de Julho - Partida às 8h da Praça da Liberdade - Regresso às 20h

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

**Trabalho e direitos
na mudança do século
O valor do trabalho, a evolução
das relações sociais e os direitos
dos trabalhadores**

Debate com a participação de
Alan Storeloff, Jerónimo de Sousa, João Arsénio Nunes
e Manuel Carvalho da Silva
Lisboa - Hotel Plaza - Hoje, dia 9, às 18h30

*

**A reforma estrutural
do sistema de Saúde**

Debate moderado por Emílio Peres
com a participação de
Edgar Correia, Nuno Grande,
Octávio Cunha, Sampaio Duarte
Porto - Auditório do Instituto Superior de Engenharia do Porto
- Segunda-feira, dia 13, às 21h30

*

**Visões sobre a Justiça
- Situação e Projecto**

Debate com a participação de
Alfredo Gaspar, António Cluny, Gonçalves Costa,
Guilherme da Fonseca, Luís Nunes de Almeida, Luís Sá
Lisboa - Hotel Continental - Sábado, dia 18, às 15h

**Acampamento
anual
da Região Alentejo
em
Vila Nova de Milfontes
Dias 10, 11 e 12****Sexta-feira**

Espera dos Campistas - das 16 às 20h. Ronda de Agit-Prop nos bares de Milfontes - às 22h. Música na Praia - às 24h

Sábado

Alvorada e ida à praia - a partir das 6h30. Desporto na praia, de manhã. Galo assado com a presença dos convidados Cláudio Percheiro e Bernardino Soares às 20h. Concerto na Manjedoura com os Urbanoligy às 22h

Domingo

Partida às 16h

**Acampamento distrital de Setúbal
"Juventude e Meio Ambiente"
Dias 10, 11 e 12**

na Lagoa de Santo André

Desporto - Convívio - Música

TELEVISÃO

Quinta, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.15 Isto Só Vídeo
- 15.55 Reis do Estúdio
- 17.20 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Cais do Oriente
- 21.05 As Lições do Tonecas
- 21.40 Terra Mãe
- 22.40 Grande Entrevista
- 23.55 Mundial'98
- 00.25 24 Horas
- 01.25 Especial Musical - Boyzone

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.35 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Tudo em Família
- 20.45 Portugalmente
- 21.25 Murphy Brown
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 A Filha de D'Artagnan (de Bertrand Tavernier, Fr./1994, com Sophie Marceau, Nils Tavernier, Philippe Noiret, Jean-Luc Bideau, Sami Frey, Claude Rich. Ver Destaque)
- 01.00 Mistérios do Espaço

Sexta, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.20 Os Andrades
- 15.50 No Tempo em que Você Nasceu
- 17.35 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Concerto "Os Três Tenores"
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.50 Terra Mãe
- 23.50 Mundial'98
- 00.20 24 Horas
- 01.20 Máquinas
- 01.55 Tensão Máxima em S. Petersburgo (de Doug Jackson, Gr.Br./Can./Rússia/1995, com Michael Caine, Jason Connery, Michelle René Thomas. «Thriller / Comédia»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Tudo em Família
- 20.45 Portugalmente
- 21.15 Quem Sabe, Sabe
- 22.00 Murphy Brown
- 22.30 Jornal 2

Sábado, 11

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 11.35 Companhia dos Animais
- 12.30 Jornal da Tarde
- 13.00 Automobilismo
- 14.00 Top +
- 15.20 Simpsons
- 15.55 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
- 16.55 Amor Fraternal
- 17.40 Conan, o Guerreiro
- 18.40 Há Horas Felizes
- 19.55 Mundial'98 (Disputa dos 3º e 4º lugares)
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.50 Nós, os Ricos
- 00.25 86-60-86
- 01.00 Mundial'98
- 01.30 24 Horas
- 02.25 A Modelo (de Christian Duguay, EUA/1993, com Sean Young, Franke Janssen, Stephen Shellen, Shannon Tweed. Telefilme / «Thriller»)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Faenas
- 12.30 Música Maestro
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.00 2001
- 19.30 Tenchi Muyo
- 20.25 Ruby Way: Sharon Stone
- 21.00 Onda Curta (Aulas de Respiração: A Vida e Obra de Mark O'Brien, de Jessica Yu, EUA/1996; Parabéns, de João Pedro Rodrigues, Port./1997. Curtas Metragens)

Domingo, 12

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Fórmula 1
- GP de Inglaterra
- 16.00 Made in Portugal
- 17.25 Emoções Fortes
- 18.00 Casa Cheia
- 18.35 Jet 7
- 19.10 Major Alvega
- 19.55 Mundial'98 - Final
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.45 Assalto à Televisão
- 00.35 Mundial'98
- 01.10 24 Horas
- 02.00 Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.30 Um Berço no Mar
- 12.30 Sinais do Tempo
- 13.30 Jornal d'África
- 14.00 Rios de Portugal
- 14.50 Pretenders Concert
- 16.00 Desporto 2
- 18.20 Relação Fiel e Verdadeira (de Margarida Gil, Port./1987, com Catarina Alves, António Sequeira Lopes, Laura Soveral, Jorge Rolla, Cremilda Gil. Ver Destaque)
- 19.55 Bombordo
- 20.35 História da Arte Americana (UHº Epis.)
- 21.35 Rhodes, o Poderoso
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Horizontes da Memória
- 23.30 Bailado: «Celebrando Balanchine»

Segunda, 13

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.40 Nico d'Obra
- 16.20 Top+
- 17.45 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 Reformado e Mal Pago

Terça, 14

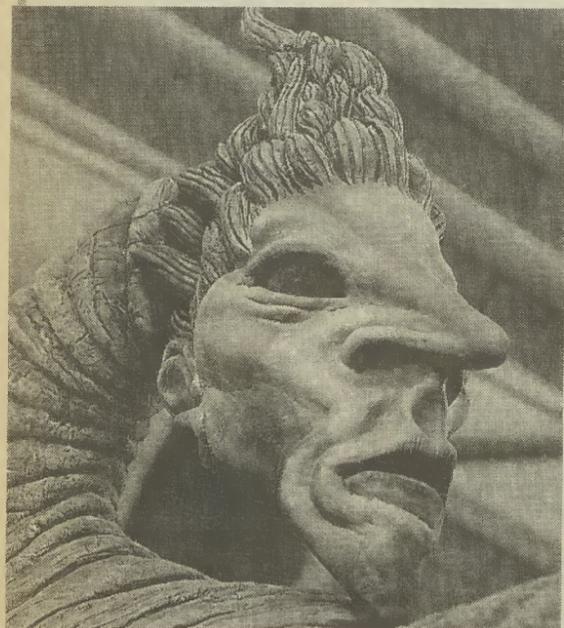
RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.35 Lições do Tonecas
- 16.15 Made in Portugal
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 22.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 Terra Mãe

Quarta, 15

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.30 Consultório
- 15.25 Nós, os Ricos
- 16.05 Concurso 1, 2, 3
- 18.35 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 TV Verdade



A «Tele Expo», com programação própria, todas as manhãs na RTP2



Os 3 Tenores cantam em honra do Mundial na próxima sexta-feira e a RTP1 transmite

- 21.55 Murphy Brown
- 22.30 Jornal 2
- 23.05 O Lugar da História
- 00.10 Terra Bruta (de John Ford, EUA/1961, com James Stewart, Richard Widmark, Shirley Jones, Linda Cristal, John McIntire. «Western»)
- 02.10 O Sexo em Hollywood

- 00.20 Figuras do Século: «Alexandra Kollontai»

SIC

- 08.30 Buééré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Como Agarrar um Marido (de Frank Oz, EUA/1992, com Steve Martin, Goldie Hawn, Donald Moffat, Julie Harris. Comédia Romântica)
- 16.00 Viper
- 17.00 Stargate
- 18.00 O Feitiço do Tempo (de Harold Ramis, EUA/1993, com Bill Murray, Andie MacDowell, Chris Elliott, Stephen Tobolowsky. Ver Destaque)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Diário do Mundial
- 20.50 Camilo na Prisão
- 21.00 Surprise Show
- 22.10 Corpo Dourado
- 23.15 Diário do Mundial
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Encontro com o Amor (de Ulu Grosbard, EUA/1984, com Robert De Niro, Meryl Streep, Harvey Keitel, Jane Kaczmarek. Romântico)
- 02.00 Trovão Azul

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.30 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Gigantes Perdidos
- 15.10 Hospital Universitário
- 16.10 Competente e Descarada
- 16.40 O Toque da Morte (II)
- 18.45 Desafios
- 19.00 Nightman
- 20.00 Flipper
- 21.00 Directo XXI
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Causa Justa
- 23.00 Alguém Por Quem Morrer (de Clay Borris, EUA/1995, com Ally Walker, Corbin Bernsen, Robert Stewart. Drama)
- 01.00 A Magia do Cinema

SIC

- 23.10 Acontece
- 23.25 Os Ladrões (de André Téchiné, Fr./1996, com Catherine Deneuve, Daniel Auteuil, Laurence Côte, Benoît Magimel. Ver Destaque)
- 01.20 Ternuras e Arrufos

SIC

- 08.00 Buééré
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Diário do Mundial
- 21.00 Gala dos Pequenos Cantores
- 22.30 Por Amor
- 23.30 Diário do Mundial
- 01.20 Último Jornal
- 02.05 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 A Bela e o Monstro
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final (de Robert Mandel, EUA/1991, com Sally Kirkland, Jeffrey DeMunn, Louisea Katham, Joyce Van Patten. Telefilme / Terror)
- 01.00 Seinfeld
- 01.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Com Candice Bergen prestes a dizer definitivamente adeus à personagem, «Murphy Brown» despede-se (ou vai só de férias?) esta semana



- 21.45 Terra Mãe
- 22.40 Espiões de Classe
- 23.40 24 Horas
- 01.40 Segredo de Um Crime (de Beau Bridges, EUA/1994, com Beau Bridges, Lloyd Bridges. Drama)

- 22.10 Herman 98
- 24.00 Na Rota do Oriente
- 01.00 24 Horas
- 01.50 Rotações
- 02.30 Uma Grande Amizade (de Ross Cramer, G.Br./1991, com Bill Paterson, Sinead Cusack. Drama)

RTP 2

- 10.00 Espaço Expo'98
- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 Ciclismo - Volta a França
- 16.25 Fora de Casa
- 16.30 Amigos para Sempre
- 17.30 Madeira - Artes e Letras
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.10 O Fantasma Escritor
- 20.35 Tudo em Família
- 21.05 Portugalmente
- 21.35 Sarilhos com Elas
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Cenas da Vida Conjugal - I e II (Telefilme de Ingmar Bergman, Suécia/1973, com Liv Ullmann, Erland Josephson, Bibi Andersson. Ver Destaque)
- 00.30 Duckman, o Trapalhão

SIC

- 08.00 Buééré
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 19.00 Jornal da Noite
- 21.00 Por Amor
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Diário do Mundial
- 00.20 Último Jornal
- 00.55 Toda a Verdade
- 02.25 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 A Bela e o Monstro
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola
- 23.00 Contrato com o Assassino (I)
- 00.50 Seinfeld

RTP 2

- 10.00 Espaço Expo'98
- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 Ciclismo - Volta a França
- 16.45 Fora de Casa
- 16.50 Super Esquadra
- 17.30 Madeira - Artes e Letras
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.10 O Fantasma Escritor
- 20.35 Tudo em Família
- 21.05 Portugalmente
- 21.35 Ellen
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Cenas da Vida Conjugal - III (Telefilme de Ingmar Bergman, Suécia/1973, com Liv Ullmann, Erland Josephson, Bibi Andersson. Ver Destaque)
- 23.45 Desejos Proibidos

SIC

- 08.00 Buééré
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Diário do Mundial
- 21.00 Médico de Família
- 22.00 Por Amor
- 23.00 Diário do Mundial
- 23.20 Último Jornal
- 23.55 Guerreiros (de Shimon Datan, Can./Israel/1994, com Gary Busey, Michael Paré, Wendi Fulford, Catherine MacKenzie. Aventuras / Acção)
- 01.55 Os Anjos
- 03.20 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 A Bela e o Monstro
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Casos de Arquivo
- 23.00 Contrato com o Assassino (II)
- 01.00 Seinfeld
- 01.30 Ponto Final
- 01.55 Feedback

- 21.45 Terra Mãe
- 22.40 Mad Max 2: Além da Cúpula do Trovão (de George Miller e George Ogilvie, EUA/1985, com Mel Gibson, Bruce Spence, Adam Cockburn, Tina Turner. Ver Destaque)
- 00.35 24 Horas
- 01.25 Ciclismo
- 01.35 No Limite da Lei (de Paul Schneider, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Mel Harris, Peter Onorati. Telefilme. Drama)

RTP 2

- 10.00 Espaço Expo'98
- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 Ciclismo - Volta a França
- 16.35 Fora de Casa
- 16.45 Super Esquadra
- 17.35 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.10 O Fantasma Escritor
- 20.35 Tudo em Família
- 21.05 Portugalmente
- 21.35 Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Cenas da Vida Conjugal - IV (Telefilme de Ingmar Bergman, Suécia/1973, com Liv Ullmann, Erland Josephson, Bibi Andersson. Ver Destaque)
- 23.45 Paul Simon

SIC

- 08.00 Buééré
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Por Amor
- 22.00 Furor
- 23.15 Casos de Polícia
- 00.30 Último Jornal
- 01.05 Conversas Secretas
- 02.35 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 A Bela e o Monstro
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Tal Pai, Tal Filho (de Richard Pearce, EUA/1984, com Jessica Lange, Sam Shepard, Wilford Brimley, Jim Haynie. Ver Destaque)
- 00.55 Seinfeld
- 01.25 Lanterna Mágica
- 02.00 Ponto Final

Por isto e por aquilo...

A Filha de d'Artagnant

(Quinta, 22.50, RTP2)

«No Outono de 1654, a bela e jovem Eloise d'Artagnant foge do convento onde estuda após o assassinio da mãe superiora às mãos do duque de Crassac. Eloise está convencida de que o tenebroso duque, aliado à sua amante Eléonore de Rochefort, chefiam um complot contra o futuro Luís XIV. Parte para Paris em busca do seu pai, o célebre d'Artagnant. Consegue aproximar-se de Luís XIV e do cardeal Mazarino mas recusa-se a contar o segredo, enquanto d'Artagnant convoca os seus camaradas para lutar contra a conspiração. Por seu lado, Eloise, que sabe usar uma espada como nenhuma outra mulher em França, envolve-se numa série de perigosas aventuras para salvar o rei de um sinistro destino.» É assim que a RTP, habilmente atraindo-nos com a descrição do argumento, nos convoca para o visionamento destas aventuras à velha maneira dos filmes de «capa e espada», ainda por cima com a garantia de este ter sido realizado por um excelente cineasta, **Bertrand Tavernier**, ele próprio um amante do género. No principal papel, **Sophie Marceau** brilha na sua beleza e também na destreza com que maneja a espada.

Os Ladrões (Sexta, 23.20, RTP2)

O cineasta **André Téchiné** aborda neste filme, mais uma vez, sem contemplações e sem receios de chocar, o tema do melodrama psicológico, agora numa atmosfera de contornos policiais, ao focar a história de uma família dividida pelo cumprimento e a transgressão da Lei. Um filme escuro e sombrio, que se diz muito bem escrito e montado e cuja arte de narrar é bem própria deste realizador. As principais interpretações estão a cargo de **Catherine Deneuve**, **Laurence Côte** e **Daniel Auteuil**.

Seis Graus de Separação

(Sábado, 02.15, SIC)

Estreado no ano passado na SIC já depois de uma manhã, este filme é agora repetido pelo mesmo canal ainda mais tarde, num horário que lhe não faz a mínima justiça já que ele se tem destacado pela recolha de boas referências, sobretudo no que se refere ao realizador **Frank Schepisi**, o qual soube reconstituir com adequado requinte o meio da alta burguesia de Nova Iorque, que é abalado (e de que maneira) por um vigarista (desempenho exemplar de **Will Smith**) que se faz passar por um suposto filho de **Sidney Poitier**. Um filme em tom de comédia que, a certa altura, faz uma reviravolta e se transforma numa tragédia. Mais uma vez, a confirmar.

O Feitiço do Tempo (Domingo, 18.00, SIC)

Um meteorologista de uma estação de TV está numa localidade norte-americana para cobrir os festejos relacionados com um feriado e, uma vez terminado o trabalho, depois de uma noite bem dormida, acorda na manhã seguinte verificando... que estava de novo no dia anterior, com os festejos a repetirem-se e ele a ter de fazer a cobertura mais uma vez. E tudo se repetindo, dia após dia, para desespero do nosso «herói» e com as surpresas que não é difícil de adivinhar. Trata-se, obviamente, de uma comédia fantástica, própria deste tempo de Verão, mas cujas referências destacam por ter «algumas pernas para andar», como se costuma dizer, já que os seus autores foram capazes de inventar uma nova fórmula para nos fazer rir. Já não é mau!

Relação Fiel e Verdadeira

(Domingo, 18.20, RTP2)

Primeira longa-metragem realizada pela cineasta **Margarida Gil**, com argumento elaborado em conjunto com **João César Monteiro**, *Relação Fiel e Verdadeira* aborda as relações matrimoniais no seio de uma família aristocrata do Norte do país, adaptando ao presente o que se diz ser uma crónica real oriunda do século XVII e que deixa transparecer a cruel e anacrónica submissão da mulher perante o homem. Nos principais papéis, **Laura Soveral**, **António Sequeira Lopes** e **Catarina Alves**.

«Cinco Noites, Cinco Filmes» são dedicadas, a partir de segunda-feira, ao cineasta **Ingmar Bergman**



Cenas da Vida Conjugal - Partes I a IV

(Segunda, Terça e Quarta, 22.50, RTP2)

Marianne e **Johan** estão já casados há dez anos e o casamento parece sólido. Mas, bruscamente, acontece algo de imprevisível. **Johan** toma-se de amores pela jovem **Paula** e anuncia a decisão de se separar de **Marianne**. Esta, depois de uma reacção de desespero, encontra a pacificação interior numa outra ligação amorosa e é já numa atmosfera de injúria que o seu divórcio se consuma. Entretanto, sete anos mais tarde, ambos agora casados, encontram-se de novo e é já uma forte amizade que vem substituir o sentimento do amor. A versão que a RTP nos vai mostrar durante uma semana desta obra de **Ingmar Bergman** é, afinal, a versão original, dividida em seis filmes-capítulos realizados para a televisão. Reflectindo-se nestes filmes algumas notas biográficas – e independentemente da curiosidade que representa esta (segundo pensamos) sua estreia na televisão portuguesa – esta obra de **Bergman** não deixa de ressentir-se de não ter sido pensada para o grande ecrã e para a sala escura.



INGMAR BERGMAN
Scener ur ett äktenskap
MED LIV ULLMANN ERLAND JOSEPHSON
REN ANDERSSON JAN MALMSTRO
TOJO-SVEN NYKVIST
För Film Commission AB - Dab 82

Cartaz de lançamento sueco para o filme «Cenas da Vida Conjugal», de **Ingmar Bergman**

Country, A Minha Terra

(Quarta, 22.30, TVI)

Trata-se de um filme que, produzido pela própria protagonista principal **Jessica Lange**, parece configurar-se, como já alguém disse, como se fosse um *As Vinhas da Ira* visto de um ponto de vista feminista. De facto, a história mostra-nos o drama de uma família do interior rural norte-americano nos anos 80 que se vê desapossada das suas terras pela Administração, em virtude de atrasos no pagamento de dívidas. O chefe de família entrega-se à bebida e é a mulher que organiza uma luta de todas as mulheres das propriedades agrícolas da região, um movimento que trará os seus frutos. Algo subestimado, eis um filme notável (sobretudo de um ponto de vista documental) sobre a vida dos fazendeiros do Middle West, com boas interpretações da já citada **Lange** e, ainda, de **Sam Shepard**.

Mad Max - Além da Cúpula do Trovão

(Quarta, 22.40, RTP1)

Terceira dose do filão *Mad Max*, polícia e justiceiro do futuro apocalíptico, agora de visita a *Bartertown*, cidade onde pontifica uma ditadora - **Tina Turner** - que o envia para o deserto depois de uma refrega circense à maneira da antiga Roma. Montes de acção e pancadaria, *made in Australia*, para quem gosta.



Donald Sutherland, **Stockard Channing** e **Will Smith**, em «Seis Graus de Separação», de **Frank Schepisi**



Sam Shepard e **Jessica Lange**, em «Country, A Minha Terra», de **Richard Pearce**

CABO & SATÉLITE



+



«Torcida» no Brasil e atletismo em Salamanca

Num dia em que já está decidida a sorte do Brasil quanto à sua presença ou ausência na final do presente **Campeonato do Mundo de Futebol**, o canal brasileiro **GNT** transmite um documentário no qual será abordada a verdadeira paixão que este desporto desperta naquele país. Mas, se o seu interesse for o atletismo, então assista em directo no **Eurosport**, ao fim da tarde, ao **26º Meeting EAA de Salamanca** (Espanha).

(Sexta, Eurosport, das 18.30 às 20.00; GNT, das 21.00 às 22.30)



Picasso e a «Guernica»

O canal britânico **BBC Prime** vai transmitir no seu período de emissão «**Learning Zone**» (programa de características educativas) um filme documental realizado a partir do célebre quadro «**Guernica**», de **Pablo Picasso**, inspirado no trágico episódio da Guerra Civil espanhola. Dada a hora da transmissão (aliás, justificada pelo facto de este canal de transmissão via satélite e cabo transmitir 24 horas sobre 24 horas para todo o mundo), será mais uma vez oportuno dar uso ao videogravador.

(Sexta, BBC Prime, das 04.00 às 04.30)



Nova versão de «D. Quixote»

É já no próximo sábado que o canal franco-alemão **Arte** começa a transmitir uma série adaptada do famoso romance de **Cervantes**.

Com argumento escrito por **Camilo José Cela**, realização de **Manuel Gutierrez Aragon** e com o grande actor **Fernando Rey** no principal papel, os restantes episódios desta série serão transmitidos, sempre aos sábados, nos dias 18 e 25 de Julho e 1 e 8 de Agosto. O único (grave) senão é que será utilizada a dobragem em francês em vez do som original com legendas.

(Sábados, Arte, das 21.30 às 23.00)

Curtas-metragens inéditas

Intitulada «**Ayez donc les gosses**», trata-se de uma série que começará a ser transmitida no próximo domingo, também no canal **Arte**, durante os meses de Verão. A série, que virá substituir conjuntamente o habitual espaço dedicado por este canal à animação e intitulado «**Cartoon Factory**», será preenchida com a transmissão de inúmeras curtas-metragens norte-americanas, mudas, restauradas com grande rigor, todas elas inéditas em televisão e a maioria tendo os miúdos como personagens centrais das suas histórias.

(Domingos, Arte, das 18.00 às 18.30)



Entre as brumas da memória...

«Um dia um preto foi-se confessar. E o padre deu-lhe de penitência jejuar no outro dia. O preto, com receio de se esquecer, pediu ao padre que lhe escrevesse o dia em que havia de jejuar. O padre escreveu: "Amanhã, jejuará o preto!". Então o preto lia todos os dias o que estava escrito no papel. E, como nele se podia ler "Amanhã", o preto dizia para consigo próprio: "Ainda bem que não é hoje!..."»

Esta história simbólica, contada em grande plano por um actor negro, pontuava um momento essencial daquele documentário, modestamente chamado de «reportagem». O momento em que se dava conta de como a Igreja sempre abençoara, a partir de Roma, a sinistra empresa do escravagismo, amplamente legitimado pelas bulas papais concedidas aos reis e senhores dos vários impérios coloniais, até na utilitária e desinteressada perspectiva de que os escravos trazidos das paragens africanas fossem retirados ao território espiritualmente ocupado pelo «infiel muçulmano», assim fazendo-os reintegrar nos férteis terrenos da cristandade.

Entretanto, não foi apenas este acto de verdadeira bondade e espírito de compreensão tão

que é o segundo canal da RTP. A sua autora, durante anos correspondente da RTP em terras alentejanas, era Anabela Sain-Maurice, hoje transformada numa jornalista de investigação de grande qualidade, em curioso paralelo com o que se passa com Jacinto Godinho, outro excelente jornalista nesta área, durante anos correspondente da mesma estação por terras algarvias. Exemplos que não deixam de ser significativos pelo que demonstram ser talvez importante o afastamento temporário dos grandes centros populacionais e da vida profissional com as grandes parangonas da actualidade (às vezes tão artificialmente construída e encenada), assim porventura dispondo de mais tempo e disponibilidade para alimentar e dar rédea solta aos talentos latentes e ao desejo de investigar. Neste caso para se debruçar sobre o quotidiano dos portugueses e dos reflexos, hoje, do seu passado e da sua história, para melhor tentar perceber problemas, aspirações, rejeições, dúvidas, revoltas, convicções.

No documentário se abordou, então, uma parte ínfima da história do escravagismo português, desde que em 1444 desembarcou nas costas algarvias, para ser leiloado em Lagos, um primeiro contingente de 250 escravos africanos. Um longo percurso do qual pouco se fala talvez porque, como foi sublinhado por dois dos vários investigadores entrevistados, «há qualquer coisa de mental que ainda não foi resolvido» na consciência nacional a propósito desta «História cheia de incomodidades». Para além destes, o pequeno filme revelou-nos muitos outros aspectos até hoje menos divulgados: o tráfico de escravos já em território continental português, como se mercadoria semelhante à que era transportada nos porões dos mesmos barcos se tratasse, ou a sua transferência para outras regiões, seguindo as deslocções da corte e da aristocracia adjacente. E entre os sinais mais curiosos, ainda insuficientemente estudados,

estão aqueles que o filme foi descobrir mais a sul do país, concretamente na zona de Alcácer do Sal e, em particular, na aldeia de Rio de Moinhos, onde se ouviram reveladoras histórias de mestiçagem acerca dos chamados «mulatos do Sado» ou, ainda, lá para as bandas do Alto Douro, aquela dança popular mostrada em velhinho filme, o «pingacho», que embora cantada em mirandês apresenta na sua coreografia um gesto insólito: a chamada «umbigada».

Enfim, num país em que a estratégia de preservação documental de imagens e sons e o próprio documentarismo (mesmo o televisivo) continua a ser votado a um quase total desprezo e abandono, foi reconfortante assistir a mais este esforço para manter vivo o espírito do jornalismo audiovisual de investigação.



cristãos que assim surgiu referido no filme, com o peso que todos os simbolismos têm pela sua capacidade de, com maior agudeza, nos avivar as memórias ou alertar as consciências. Também outros sinais que fizeram ou continuam a fazer parte do nosso tão distraído dia-a-dia, aparentemente insignificantes mas afinal tão poderosos na sua expressão documental e iconográfica, nos foram mostrados ao longo de quase uma hora: por exemplo, tabuletas de ruas ou caminhos, como a Rua do Poço dos Negros (em Lisboa) ou a Rua da Eira do Preto (na Aldeia de Carviçais, em Moncorvo) ou a notícia da existência antiga de uma «Irmandade dos homens pretos» na Igreja das Mercês (separada dos confrades brancos), a par de recordações fragmentadas de imagens publicitárias, referências aos «intervaleiros negros» nas touradas ribatejanas ou, por fim, os rostos de emigrantes africanos, esses novos escravos, filmadas nos dias de hoje no Rossio dos nossos passos quotidianos.

O documentário em questão intitulava-se significativamente «As Jóias Negras do Império», estava incluído na rubrica «O Lugar da História» e encheu-nos parte significativa da noite televisiva do passado sábado, se bem que prudentemente escondido nesse outro «gueto»

TVISTO

■ Francisco Costa

Investigação e debate

Condições essenciais do projecto de esquerda

Escrevo sob a influência do debate de 1 de Julho à noite sobre o Projecto de Esquerda e de Poder. Sob a influência do debate em si — insisto — e não de notícias que li sobre o mesmo e que reflectem um problema central, quicá insolúvel para os profissionais da comunicação que lá estiveram: é que o debate foi de uma enorme densidade, sobretudo ao nível do diagnóstico da situação mundial e nacional, mas também das interrogações quanto ao futuro dos combates a travar. Impossível, pois, de traduzir num título, numa afirmação mais sonante a atribuir a este ou aquele dos participantes, na desejada confirmação de uma qualquer ideia feita.

Encaro o Portugal 2000 como um processo. Essencial à esquerda e ao seu grande partido. Não apenas como uma forma de alargar influência, mas porque a pluralidade de pesquisa e produção de ideias e a existência de contradição entre elas se me afigura indispensável para o acerto e o avanço.

Esta é a primeira questão. A investigação económica, sociológica, histórica e política faz-se hoje em muitas sedes: universidades, partidos, associações, centros, institutos, revistas de especialidade, etc. Dentro deste mundo, há muitos investigadores portugueses que, embora de forma e por razões diferentes, se reclamam do marxismo. É ou não interessante de todos os pontos de vista que um dos locais em que se podem encontrar seja em iniciativas promovidas pelo PCP? Mais: pode ou não o Partido, com a sua própria reflexão e não deixando de estar virado para a luta e a intervenção quotidiana (e precisamente porque esta ocupa uma boa parte das suas energias), beneficiar muito deste confronto e permuta de dados, interpelações e análises? A independência de pensamento e a identidade própria de que nos orgulhamos só têm a ganhar com o máximo de informação e comparação.

A segunda questão tem a ver com a globalização e com a disponibilidade da informação recolhida. No debate de quarta-feira foram referidos, ainda que de passagem, vários exemplos de experiências de luta, participação, movimentações noutras paragens do planeta. Elas podem ser usadas de duas maneiras: para dar um jeito às teses de cada um, na medida em que os factos recolhidos (e seleccionados porque) «encaixam» na moldura dessas teses; ou para, conhecendo o máximo do que por todo o lado se faz para resistir e lutar contra a globalização capitalista, tentar discernir, por um lado, as grandes linhas comuns dessa luta, por outro, as experiências que podem servir ao nosso combate em terras portuguesas. A disponibilidade desse enorme manancial de informação não está resolvido com a Internet. Importa, pois, contribuir por todas as formas, desde logo nas páginas deste jornal, para que o

máximo de leitores possa conhecer o que noutros pontos do globo se faz. Em tempo útil e não apenas depois de termos a certeza da justeza ou do êxito dessas teses, experiências e lutas.

A terceira questão que selecciono é a da geralmente apontada crise da democracia representativa, que tem a ver com outra que é a da relação dos cidadãos com a chamada «classe política». É legítimo assimilar crise deste modelo de democracia representativa, largamente vir-

CRÓNICAS DE ALMEDINA

■ Jorge Gouveia Monteiro

tual, distante e desacreditada, com crise dos partidos? O que remeteria para a prevalência de outro tipo de movimentos e associações na criação das condições de luta, rebeldia e superação do sistema. E sempre se teria de verificar se tais formas de acção colectiva não viriam a padecer do mesmo ou doutro tipo de vícios e problemas que hoje se apontam aos partidos. Ou, pelo contrário, há que buscar «articulações felizes» entre os partidos que, como o nosso, não se revêem na tal classe política e os movimentos e associações em torno de grandes causas e iniciativas. E isso bastará? Ou é necessário tornar muito mais nítida aos olhos de todos a diferente forma de fazer política, não bastando hoje, dada a descrença na mudança, as diferenças de projecto, de propos-



tas, de interesses de classe que se defendem? Que exigências de participação, que mergulhos em dinâmicas populares isto exige aos partidos comunistas? E às instituições locais em que detém o poder ou parte significativa dele?

Verifico que, escrevendo sob a sensação de um debate, o faço cheio de interrogações. E poderia continuar por aí fora, tal foi o número de questões levantadas pelos participantes no Debate.

Por isso é que ele foi bom. Não deu receitas ou soluções para a actividade imediata. Nem podia. Mas estimulou a investigação, a reflexão. E mais debate.

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES



Justino Alves

Simultâneas em galerias de Lisboa

Com inauguração simultânea no passado dia 4 de Julho, estão neste momento patentes ao público várias exposições de grande interesse em galerias da capital - Lisboa Arte Contemporânea 97/98 - numa iniciativa do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Por exemplo, uma exposição de Justino Alves na Galeria Ara; pintura de Mário Branco na Galeria São Bento, de Peralta na Galeria Novo Século, de António Viana na Galeria Monumental; uma instalação de Cristina Iglésias na Galeria Luís Serpa e outra instalação de Miguel Leal, Paulo Mendes e Fernando José Pereira na Galeria 1991-João Graça; exposições de fotografia de Martin Parr na Galeria Palmira Suso ou uma colectiva na Galeria Diferença; e, ainda, pintura, desenho ou escultura de Rui Serra na Galeria Arte Periférica, de Manuel Botelho na Módulo e colectivas na Galeria São Francisco e na Galeria 111.

Olhares em Lisboa

Engenheiro Civil de profissão, sempre tendo elegido Lisboa como tema predominante dos seus desenhos a tinta da china e aguarela, Albano Pereira inaugurou no passado dia 3 do corrente, na Sociedade Guilherme Cossoul, a exposição «Olhares em Lisboa». Com horário compreendido entre segunda e sexta das 17 às 22 horas e aos sábados e domingos das 15 às 22, esta exposição manter-se-á até ao próximo dia 12.

OLHARES EM LISBOA
Albano Pereira

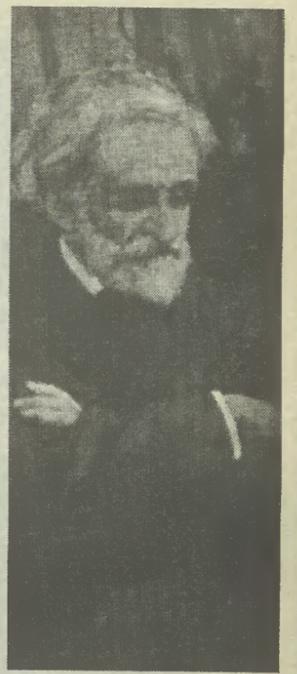
Por todo o lado e para todos os gostos

Com a chegada de Julho, multiplicam-se por todo o País alguns dos mais interessantes festivais de música de todo o ano, com programações generalistas ou especializadas que agradarão aos mais variados gostos. É assim que as nossas atenções se vão virar hoje, para começar, para o XX Festival Internacional de Música da Póvoa do Varzim que começou na passada terça-feira e prosseguirá até finais deste mês. Para os próximos dias, algumas escolhas possíveis são um concerto no Auditório Municipal pelas 21.30 com a Orquestra de Câmara Musicare, sob a direcção de Cesário Costa, com obras de Krisler, Holst e Britten, ou, no sábado, à mesma hora, na Igreja Matriz, um outro concerto pelo Quarteto de Cordas Prazak. O início da próxima semana traz-nos, na segunda-feira, no mesmo local, um recital pelo Huelgas Ensemble, enquanto que na terça-feira, mas no Casino da Póvoa, será a vez de actuarem em duo de guitarras Sérgio e Odair Assad. Entre as várias manifestações paralelas, conta-se um ciclo de óperas em vídeo com, por exemplo, «Manon Lecaut» de Puccini, «Don Giovanni» de Mozart, «Falstaff» de Verdi ou «Madame Butterfly» de Puccini.

Também no norte do País, começou no passado sábado aquele que é já considerado um dos melhores festivais de guitarra de todo o mundo: o V Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso. Para além de cursos específicos e outras realizações paralelas como várias conferências por destacados especialistas, destacam-se para os próximos dias recitais a solo por Robert Aussel (hoje, 9), Paulo Amorim (amanhã, 10), Eduardo Isaac (em 12) Abel Carlevaro (em



Benjamin Britten (1913-1976)



Giuseppe Verdi (1813-1901)

15), David Russel (em 16) e Carlos Bonell (em 18), para além de concertos por Bensunan & Didier (no dia 13) ou flamenco com Serranito (a 14).

No centro do país, concretamente em Coimbra, no Teatro Gil Vicente e integrado no Festival de Música daquela cidade, actuará a Orquestra Nacional do Porto sob a direcção de Michael Zilm e com Vladimir Viardo como solista em piano. No programa: Sinfonia n.º 5 op. 64 de Tchaikovsky e Concerto n.º 3 de Rachmaninoff.

Mais a sul, no XXXIII Festival de Música de Sintra, uma chamada de atenção vai para o recital que o violinista Gerardo Ribeiro e o pianista Pedro Burmester darão no Palácio Nacional de Queluz, integralmente preenchido com Sonatas de Beethoven.

PRESENÇA

Chaimite em (R)evolução

A meio caminho entre a Gare do Oriente e a correspondente porta de entrada na Expo'98, está patente aos muitos milhares de transeuntes que por ali passam a exposição «A Semana que Mudou Portugal», da qual uma das peças mais insólitas é a réplica de uma Chaimite usada em 25 de Abril de 1974. Ora este veículo foi no passado domingo objecto de uma intervenção artística que, não deixando de continuar a perpetuá-lo como símbolo, lhe aliviou a carga «negativa» - já que se trata da Chaimite que transportou o último dignitário da ditadura, Marcelo Caetano, do Quartel do Carmo até ao Posto de Comando do MFA, no dia em que o fascismo foi derrubado no nosso país pelo Movimento dos Capitães -, intervenção que foi realizada pelos artistas plásticos Collman, Kally e Pinhal.



OUTRAS MÚSICAS

No Centro Cultural de Belém e na Expo'98

O espectáculo «De Sol a Lua» que se estreou na passada segunda-feira, terminará a sua apresentação no CCB hoje à noite às 21.30 no Grande Auditório e terá uma sessão especial no auditório da Praça Sony na Expo'98, também às 21.30, é uma mescla de duas formas de arte popular sem dúvida diferentes: o flamenco e o fado. Mas, como sublinha o programa da sua apresentação, «com tantos pontos de contacto: o canto a solo, a utilização de instrumentos semelhantes, o modo "sentido" e "sofrido" como são interpretados, a abordagem de temas por vezes coincidentes, os amores contrariados, a paixão não correspondida, a separação, a dor, a morte, a resignação perante o destino». Neste espectáculo, que tem direcção artística de Pilar de Yzaguirre e de Ricardo Franco, actuarão bailadores de flamenco, guitarristas flamencos e portugueses, percussionistas, fadistas e «cantaoras». Entre outros nomes: Camané, Ana Sofia Varela, Paulo



Ribeiro, Antonio de la Malena, Rafael de Utera e Maria Carmona.

Encontros Musicais Europeus

Organizados pela cooperativa Etnia, começaram na passada terça-feira e prolongam-se até ao próximo dia 18 os IX Encontros Musicais da Tradição Europeia. Abrangendo várias cidades portuguesas, como Évora, Guimarães, Famalicão, Ton-



Coope, Boyes & Simpson

dela, Guarda ou Oeiras, o festival apresenta vários solistas e grupos musicais provenientes de diversos países europeus, fazendo uma demonstração muito diversificada das várias culturas populares do Velho Continente. Entre outros, o destaque vai para o trio inglês Coope, Boyes & Simpson, a filarmónica grega Florina Brass Band, o grupo Sigerico (de várias nacionalidades), o espanhol Javier Paxariño, a francesa Marilis Orionaa ou o grupo açoriano Azul. Os concertos começarão às 21.30.

TEATRO

Festival de Almada

Conforme foi largamente destacado no nosso último número, continua até ao próximo sábado 18 em Almada o XV Festival Internacional de Teatro de Almada, numa organização da Companhia de Teatro daquela cidade e com o apoio da autarquia local. Para os próximos dias, entre muitos outros, são de sublinhar os espectáculos das companhias Uroc Teatro, A Comuna, Absolute Theater, T.N.T., Seiva Trupe, Les Moumouches, Teatro Meridional, La Republica, Réalisations Nouvelles, Elinga Teatro ou da própria Companhia de Teatro de Almada. Informações: 275 21 75 / 275 65 67.



La Troppa «Viagem ao Centro da Terra» - Jules Verne

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Obrigado, Diana

«A minha aldeia é todo o mundo, todo o mundo me pertence. Aqui me encontro e confundo com gente de todo o mundo que a todo o mundo pertence.»

Ao contrário daquelas canções horrorosas que por vezes insistem – vá-se lá saber porquê – em martelar-nos a cabeça de manhanzinha à noite, num verdadeiro suplício, os versos de Gedeão com que amanheci são água fresca no deserto que – a contragosto embora – persiste em povoar-me os dias quando parece não fazer sentido tudo, ou quase tudo, o que me dá sentido à vida.

Devo esta frescura revigorante a Diana Andringa, que antontem, na passagem do testemunho à nova direcção do Sindicato dos Jornalistas, acordou a memória do profundo humanismo do poeta, dando vida às palavras adormecidas que povoam os sonhos e que as amarguras persistem tantas vezes em remeter ao silêncio.

Essas mesmas amarguras e desilusões que Diana não escamoteou quando, em jeito de balanço, lembrou as incontáveis vezes em que o desinteresse, o egoísmo, a má-fé, a inveja, a falta de carácter de uns quantos – porventura de muitos – lhe fizeram sentir o desejo de bater com a porta, de baixar os braços, de mandar tudo às urtigas, de desistir. O que nunca fez, para bem dela e nosso, porque mais forte que cada amargura e desilusão falou a solidariedade, a camaradagem, a dedicação, a entrega de uns quantos – porventura menos do que é legítimo desejar – que como Diana descobriram que a vida só faz sentido quando vivida com e para a gente de todo o mundo a que pertencemos.

Essa dádiva da Diana – que através do reconhecimento público ao Maia, à Noélia Oliveira, à Zé Garrido, ao Serra Pereira, à Maria João... abraçou todos os que anonimamente dão vida e força ao Sindicato que a classe nem sempre reconhece mas que nunca deixa de estar presente quando a classe necessita dele –, essa dádiva da Diana, dizia, é a água fresca que retempera quando a sede do desencanto nos toma de assalto. Obrigado, Diana.

Estreante absoluta nestas coisa do sindicalismo, é nas palavras de Diana e na certeza de que ela – e quantos como ela têm a coragem de se dar tão completa e desinteressadamente – estará sempre por perto, que encontro a coragem para encetar com um punhado de camaradas de profissão um caminho que de antemão sabemos não ser fácil.

É bom saber que há pessoas que não dizem adeus. É bom saber que há pessoas que legitimamente podem dizer, como o fez Diana, «cumpri, o melhor que soube, o meu serviço cívico sindical». Palavras modestas de quem fez – e continuará a fazer, não duvido – muito mais do que isso.

São pessoas como estas que rasgam caminhos, que não voltam costas às adversidades, que alimentam o sentido da vida. Saiba a nova direcção do Sindicato dos Jornalistas seguir-lhes o exemplo e a coragem. Tal como nas palavras do poeta, só assim poderemos reivindicar a pertença a um mundo onde, em plenitude, nos confundamos com gente de todo o mundo que a todo o mundo pertence.

■ Anabela Fino

Porto Câmara Municipal menospreza munícipes

Para balanço e análise ao trabalho dos seus eleitos, em seis meses de mandato nos vários órgãos autárquicos, a Direcção da Organização Cidade do Porto do PCP deu ontem uma conferência de imprensa com a presença de Ilda Figueiredo, vereadora da CMP, Rui Sá, deputado municipal, Carlos Sá, do Executivo da Junta de Freguesia de Cedofeita, e António Neto, da Assembleia de Freguesia de Paranhos.

Como primeira conclusão, o PCP refere o agravamento, na cidade do Porto dos «principais traços negativos que caracterizaram o final do segundo mandato da maioria socialista». Traços que, em sua opinião, se traduzem por «inactividade preocupante, tendência crescente para a transferência de competências municipais para associações e fundações que escapam ao controlo da Assembleia Municipal, incapacidade de resposta aos vários problemas, concentração de poderes, degradação do funcionamento democrático do Executivo, manutenção de uma situação

financeira delicada, menosprezo pelos munícipes.

A reduzida actividade da Câmara e a transferência de competências para associações e fundações de que desconhecem as regras de funcionamento e os critérios de intervenção, dizem os comunistas, acabam por traduzir o esvaziamento que se pretende fazer dos órgãos autárquicos, sendo de referir, por exemplo, que o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, não deu seguimento até à data ao requerimento apresentado pelos deputados municipais da CDU em Dezembro de 1997, no sentido de lhes serem fornecidas

informações sobre a actividade das associações e fundações em que a Câmara participa.

A par disto, existe um relacionamento negativo com as freguesias, tratadas com desprezo pela generalidade dos vereadores e dos serviços e não merecendo sequer, na maioria das vezes, resposta às suas solicitações e pedidos de reunião. «Lamentável», por isso, «a passividade pública e a conivência» dos presidentes das Juntas de Freguesia socialistas com esta situação.

O PS, acusam os eleitos da CDU, com uma tal actuação, «está a contribuir para a diminuição do prestígio dos órgãos

autárquicos da cidade» e para o «enfraquecimento da componente participativa» da democracia.

Pelo contrário, os eleitos da CDU (34), apresentam um balanço que permite constatar «um salto qualitativo e quantitativo» na actividade desenvolvida, colocando-os na «primeira fila da intervenção autárquica da cidade». Importando destacar, como características do seu trabalho, «o estudo aprofundado dos problemas, a capacidade de intervenção, a preocupação de estabelecer um contacto permanente com as populações e a capacidade de dinamização da actividade de órgãos autárquicos».



Carvalhas regressa a Lisboa

Regressou a Lisboa, na terça-feira à noite, a delegação do PCP que na semana passada se deslocou à África Austral.

Dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, e integrando Albano Nunes, do Secretariado, e Domingos Lopes, do Comité Central, a delegação do PCP visitou a República da

África do Sul, (onde se encontrou com o Vice-Presidente e Presidente do ANC, Tabo Mbeki, e participou no Congresso do Partido Comunista da África do Sul) e a República Popular de Angola, onde se encontrou com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Um tema a que voltaremos no próximo «Avante!».



PCP recebe trabalhadores de Macau

Uma representação da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau foi recebida na terça-feira passada, a seu pedido, por uma delegação do PCP constituída por Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, e Américo Costa e João Armando, do Comité Central.

A representação da ATFFPM (constituída pela sua Presidente de Direcção, Rita Botelho dos Santos, José Pereira Coutinho, Vice-Presidente, e Manuel Manso, assessor jurídico), que se encontra em Portugal para contactos com os órgãos do poder, organizações sindicais e forças políticas, deu uma desen-

volvida informação sobre os problemas que preocupam os trabalhadores da administração pública de Macau no quadro do processo de transição, visando a integração plena de Macau na República Popular da China.

Foram nomeadamente apontadas como questões que exigem medidas concretas do Governo português, o problema do contestado desconto do IRS nas pensões dos aposentados que são da responsabilidade do Estado português e o problema da consideração plena das carreiras dos quadros que optaram pela integração na Administração Pública portuguesa.

... e Câmara dos Despachantes

Ao fim da manhã do mesmo dia, foi a vez de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Américo Costa, do Comité Central, receberem uma delegação da Câmara dos Despachantes, integrando o Presidente do Conselho Directivo, dr. Fernando Carmo, e ainda Fernando Rijo.



Sesimbra Falta política de pescas

O Executivo da Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, depois de apreciar os resultados do referendo sobre a despenalização da IVG, de que destacou como factor negativo a elevada abstenção e como factor positivo a expressiva votação dos jovens no «sim», analisou questões como a falta de uma política de pescas do governo socialista, tendo em relação a isso reiterado a necessidade de defender a produção nacional.

Assim, reafirmando a sua disponibilidade para lutar em torno das aspirações dos pescadores, o PCP, em nota enviada à comunicação social na terça-feira passada, exige a reserva de 12 milhas para o exercício em exclusivo das frotas portuguesas; o alargamento da zona adjacente das 12 para as 24 milhas como reserva preferencial; a atribuição de subsídios de intempéries;

apoios financeiros à modernização da frota; a criação da Administração e da Capitania do Porto de Sesimbra; a valorização da 1ª emenda em benefício dos pescadores.

A Concelhia do PCP abordou ainda alguns aspectos da política autárquica da maioria socialista, concluindo que a mesma se caracteriza pela inoperância na resolução das mais simples situações, como são os casos já denunciados de deixar correr o esgoto para a praia até final de Maio, de o mesmo ainda hoje se encontrar por tapar, exalando um cheiro insuportável, e o atraso na abertura da lagoa de Albufeira.

